



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

EM TRES PARTES,

A PRIMEIRA TRATA DO MODO DE

cozinhar varios pratos de todo o genero de carnes.

NILZETE DA SILVA ROCHA

A SEGUNDA TRATA DE PEIXES, MA-

nsos, frutos e varias outras helleminhosas. E con-

servas pertencentes do mesmo genero

A TERCEIRA TRATA DA FORMA DE

banhar para qualq[ue] tempo do ano. E de ma-

diar com que se fize[m] e fize[m] a fize[m] e

CLÍTICOS:

INGREDIENTE NA COZINHA PORTUGUESA DO SÉCULO XVII

Estrangeira

Composta, & terceira vez acrescentada

Por **DOMINGOS RODRIGUES,**

Mestre da Cozinha de Sua Magestade

que Deus guarde.

E DEDICADA TERCEIRA VEZ

AO CONDE DO VIMIOSO.

LISBOA

Na Oficina de **MANOEL LOPES**

Ferreira. M. DC. XC. III

Com todas as licenças necessárias. & Privilégio Real.

2009

NILZETE DA SILVA ROCHA

**CLÍTICOS:
INGREDIENTE NA COZINHA PORTUGUESA DO SÉCULO XVII**

Dissertação de Mestrado em Lingüística
Histórica apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Letras e Lingüística (PPGLL)
da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Tânia Conceição
Freire Lobo

Salvador/BA,
2009

Biblioteca Reitor Macêdo Costa - UFBA

Rocha, Nilzete da Silva.

Clíticos : ingrediente na cozinha portuguesa do século XVII / Nilzete da Silva Rocha. - 2009.
163 f.

Orientador : Profª. Drª. Tânia Conceição Freire Lobo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2009.

1. Língua portuguesa - Pronomes. 2. Língua portuguesa - Sintaxe. 3. Língua portuguesa - Gramática histórica. 4. Língua portuguesa - Portugal - Séc. XVII. 5. Mudanças lingüísticas.
I. Lobo, Tânia Conceição Freire. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 469.5

CDU - 81'367.626

Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os teus juízos, e quão inescrutáveis, os teus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do nosso Senhor? Ou quem foi o Seu conselheiro? Ou quem primeiro deu a Ele para que lhe venha a ser restituído? Porque Dele, e por meio Dele, e para Ele são todas as coisas. A Ele, pois, a glória eternamente. Amém!

(Romanos 11:33-6)

A

Onésio da Silva Rocha (*in memoriam*)

Noemi da Silva Rocha (*in memoriam*)

meus primeiros e inesquecíveis Mestres

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que sendo um ser infinitamente justo e bom, cria, dirige e sustenta tudo, por ter colocado em meu caminho:

Tânia Lobo — pelo exemplo, ensino, paciência, cobrança e perseverança, responsável pela concretização deste trabalho.

Ari Sacramento — por, discutindo idéias e (pre)conceitos, crescermos juntos.

Célia Telles — pelo 1º resumo (artigo inicial e ponto final).

Clara Ramos — pelo acompanhamento fraterno.

Cristina Figueiredo — pelo apoio e ensino do *VarbRul*.

Grupo “gang” de pesquisa (Ari, Camilovsky, Lia, Lud e Rosi) s/120 — pelo compactuar (extra)acadêmico.

Ilza Ribeiro — pelo apelo que deu certo.

Noésio e Soraia Rocha — pelo apoio familiar.

Raquel Chéquer — pelo socorro em momento necessário.

Risonete Souza — pela “sonorização das oclusivas surdas intervocálicas”, orientação (LET 370), advertências e apoio.

Rosa Virgínia Mattos e Silva — pelo incentivo discreto e constante.

Sônia Borba — pelo apoio indireto.

Tiko, Lu, Pedro, Júlia, Bela, Bia, David e Fernandinho — pela alegria, amor, criatividade, espontaneidade e sinceridade (esperança de dias melhores).

Juju e Lara — pela fidelidade e companhia incondicionais.

O caminho vale por aqueles que conhecemos no percurso.

RESUMO

Clíticos: ingrediente na cozinha portuguesa do século XVII é uma dissertação que se deteve à descrição da sintaxe dos clíticos, característica do português europeu do século XVII, tendo como *corpus* o primeiro manual de cozinha impresso em Portugal, *Arte de cozinha* (1680). A história da sintaxe dos clíticos do português europeu (PE) revela, de forma evidente, as mudanças sintáticas ao longo do tempo. Por isso, tal sintaxe é considerada um dos maiores indicadores gramaticais, constituindo, assim, uma importante chave da história gramatical do PE. O português europeu contemporâneo é predominantemente enclítico, situação contrária à do século XVI quando era predominantemente proclítico. A datação da mudança da nova gramática dos clíticos, que deixou de ter como norma comum a próclise, fixando em seu lugar a ênclise nas orações não-dependentes cujos verbos não fossem precedidos por: a) operador de negação predicativa; b) quantificador; c) sintagma -qu; d) certos advérbios e; e) sintagma focalizado, é uma questão que ainda não está definida. Assim, examinou-se, nesse *corpus*, a sintaxe dos clíticos com três objetivos principais, que são: a) analisar a colocação dos clíticos no século XVII, a partir do *corpus* estabelecido; b) caracterizar o *corpus* a partir de variáveis sociolingüísticas relevantes para a análise: *quem escreveu, quando, onde, para quem e como*; c) confrontar os resultados obtidos com os oriundos de análises feitas por outros autores, particularmente, para a mesma sincronia, a fim de encontrar elementos reveladores da sintaxe dos clíticos que contribuam para definição da gramática internalizada pelos falantes do século XVII. Para o alcance desses objetivos, cumpriram-se três etapas de fundamental importância: a) a recolha exaustiva das ocorrências de clíticos no *Arte de Cozinha*; b) a classificação, inclusive estatística, da ordem (pré-verbal/pós-verbal) em que os clíticos se apresentam nos diversos contextos sintáticos; c) a análise dos resultados obtidos, descrevendo-se o uso dos clíticos na gramática de um autor não-canônico do século XVII.

Palavras-chave: clíticos; sintaxe; mudança gramatical; português europeu; autor não-canônico.

ABSTRACT

Clitics: ingredient in the Portuguese cuisine of the XVII century is a thesis focusing on the description of the syntax of clitics in European Portuguese in the seventeenth century. It uses as a *corpus* the first cookbook printed in Portugal, *Arte de cozinha* (1680). The history of the syntax of clitics of European Portuguese (EP) clearly shows syntactic changes over time. Therefore, clitic syntax is considered one of the most significant grammatical sources of relevant clues about the grammatical history of EP. Contemporary European Portuguese is predominantly enclitic, as opposed to the sixteenth century when it was predominantly proclitic. A question that is not yet defined is the timing of the change to a new grammar of clitics, which no longer has proclisis as a standard or common norm, since it was replaced by enclisis in non-dependent clauses whose verbs were not preceded by: a) a predicative negation operator b) a quantifier c) a wh-phrase; d) certain adverbs and; e) a focus phrase. Therefore, the investigation of the syntax of clitics in this corpus has three main goals: a) to analyze the placement of clitics in seventeenth century EP, taking into account the corpus data; b) to characterize the corpus by considering sociolinguistic variables relevant to the analysis: who wrote what, when, where, to whom and how; c) to compare the results with those from analyses proposed by other authors, particularly for the same synchronic period, in order to find revealing evidence about the syntax of clitics that can contribute to defining the grammar used by seventeenth century speakers. To achieve these goals, three crucial steps were taken up: a) a complete collection of clitic occurrences in the *Arte de cozinha*; b) the classification, including statistical analysis, of the (pre-verbal/post-verbal) order in which clitics appear in different syntactic contexts, c) an analysis of the results, including a description of the use of clitics in the grammar of a non-canonical author from the seventeenth century.

Keywords: clitics; syntax; grammatical change, European Portuguese, non-canonical authors.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A SINTAXE DOS CLÍTICOS NA TRADIÇÃO GRAMATICAL LUSO-BRASILEIRA DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XIX	12
2.1	AO FUNDO DO FIM, DE VOLTA AO COMEÇO	12
2.2	PORTUGAL NO SÉCULO XVI: A GLÓRIA DE UMA NAÇÃO	22
2.3	SÉCULO XVII	27
2.4	SÉCULO XVIII	29
2.5	SÉCULO XIX	33
2.6	PERIODIZAÇÃO PARA A HISTÓRIA DA GRAMATIZAÇÃO NO BRASIL	36
3	CLÍTICOS: INTERESSE COMUM, ILAÇÕES ANTAGÔNICAS	47
3.1	A SINTAXE DOS CLÍTICOS: CONTEXTOS DE ORDEM FIXA	50
3.1.1	Contextos de ordem fixa: ênclise — séculos XIII-XVI	50
3.1.2	Contextos de ordem fixa: próclise — séculos XIII-XVI	51
3.2	CONTEXTOS DE ORDEM VARIÁVEL — SÉCULOS XIII-XVI	64
3.3	A SINTAXE DOS CLÍTICOS DEPOIS DO SÉCULO XVI: VERSÃO MARTINS	70
3.4	A SINTAXE DOS CLÍTICOS: VERSÃO GALVES	73
3.5	A SINTAXE DOS CLÍTICOS NOS TEXTOS DE VIEIRA: VERSÃO GALVES	82
3.6	A SINTAXE DOS CLÍTICOS DEPOIS DO SÉCULO XVII: VERSÃO GALVES	85
3.7	CONSIDERAÇÕES EXTRA GALVES e MARTINS	88
4	CLÍTICOS, RECEITAS, HOMEM, LUGAR...; HÁ MUITO QUE FALAR	97
4.1	LIVRO DE RECEITAS E MANUAL CIVILIZATÓRIO	97
4.2	A ALIMENTAÇÃO NA EUROPA NO SÉCULO XVII	99
4.3	FRANÇA: CENTRO DIFUSOR DE MODELOS CULTURAIS DO SÉCULO XVII	100
4.4	ASPECTOS CULTURAIS DA SOCIEDADE PORTUGUESA NO SÉCULO XVII	104

4.5	QUEM: DOMINGOS RODRIGUES	106
4.6	O QUÊ: <i>ARTE DE COZINHA</i>	108
4.7	PARA QUEM	113
4.8	QUANDO/ONDE	115
4.9	COMO	117
5	DESCREVENDO O ENGENHO DO COZINHEIRO ESCRITOR	122
5.1	ORAÇÕES NÃO-DEPENDENTES	125
5.1.1	Absolutas ou principais	125
5.1.2	Coordenadas introduzidas pela conjunção E	133
5.1.3	Coordenadas introduzidas pela conjunção OU	138
5.1.4	Coordenadas introduzidas pela conjunção MAS / PORÉM	139
5.1.5	Coordenadas explicativas	140
5.2	ORAÇÕES DEPENDENTES	141
5.2.1	Desenvolvidas completivas	141
5.2.2	Desenvolvidas relativas	142
5.2.3	Desenvolvidas adverbiais	145
5.2.4	Reduzidas de infinitivo não introduzidas por preposição	147
5.2.5	Reduzidas de infinitivo introduzidas por preposição	148
5.2.6	Reduzidas de gerúndio não introduzidas por preposição	149
5.2.7	Reduzidas de gerúndio não introduzidas por preposição em estrutura de coordenação	151
5.3	COMENTANDO OS RESULTADOS	153
5.4	CONCLUSÃO	158
5.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	158

INTRODUÇÃO

A sintaxe dos clíticos parece ser um dos temas mais pesquisados no meio acadêmico das Letras Vernáculas. Dentre os vários estudos que se conhecem sobre tal assunto, os que se restringem ao período do século XVII continuam a merecer atenção por não se ter ainda uma posição unânime entre os pesquisadores.

A existência do impasse entre as sintaticistas Ana Maria Martins (1994) e Charlotte Marie Chambelland Galves (2001), no que se refere à sintaxe dos clíticos na gramática do padre Antônio Vieira, no século XVII, fundamenta o trabalho ora apresentado. Aquela defende que Vieira, nos *Sermões*, devido à elevada percentagem de ênclise, evidencia uma gramática¹ inovadora, aproximando-se da gramática do português europeu (PE) contemporâneo; enquanto que esta afirma ser a escolha da ênclise, no mesmo autor e obra, uma questão de estilo, pois os *Sermões* são obra-prima do estilo barroco, que apresenta oposições entre termos como um recurso estilístico fundamental, e seria esse o contexto da utilização da ênclise por Vieira. Assim, os *Sermões* não refletiriam a mudança para uma gramática nova, mesmo porque, na sua *Correspondência*, gênero textual de natureza evidentemente menos formal, Vieira mantém o que seria o padrão da época, a próclise.

O impasse existente entre essas duas sintaticistas foi tomado como ponto de partida para este trabalho, aventando-se, então, a seguinte hipótese: devido ao fato de ser o autor, objeto da discórdia, um homem erudito, com alto grau de conhecimento da norma gramatical, a sua produção literária não exprimiria a realidade da gramática internalizada no século XVII pelos demais falantes. Nessa perspectiva, uma análise da sintaxe dos clíticos em semelhante época, tendo como base um gênero textual que reflita mais proximamente a norma vernácula, deverá fornecer dados que elucidem a questão, pois, segundo Clarinda Maia (1986 *apud* MARTINS, 1994), o uso de documentos não literários como fonte de informação lingüística pode produzir excelentes resultados.

¹ Este trabalho não foi desenvolvido na perspectiva teórica da Gramática Gerativa, contudo o termo *gramática* está sendo aqui utilizado em acepção gerativa.

Nessa expectativa, partiu-se para uma análise da sintaxe dos clíticos no século XVII, tomando-se como *corpus* o *Arte de Cozinha*, livro escrito por Domingos Rodrigues, editado pela primeira vez em 1680, na cidade de Lisboa. Detentor, até ao momento da construção deste trabalho, de uma reduzida biografia, sabe-se que tal autor não faz parte do cânone literário português, sendo sua ascensão hierárquica – passou de chefe das fornalhas a cozinheiro do paço real – fruto de sua capacidade profissional. Trata-se de texto ainda não utilizado com essa finalidade, cujo tema se divide entre receitas culinárias e regras de boas maneiras, inclusive não sendo contemplado nos *corpora* do Projeto Tycho Brahe². Por tais características, *Arte de cozinha* mostrou-se a fonte ideal para abordar seguinte questão: Qual é a datação da mudança da nova gramática dos clíticos que deixou de ter como norma a próclise do século XVI, fixando a ênclise como o padrão recorrente nas orações não-dependentes ‘neutras’, vigente no português europeu contemporâneo?

Então, visando à resposta pretendida, estabeleceram-se os três objetivos principais neste trabalho:

- a) Analisar a colocação dos clíticos no século XVII, a partir do *corpus Arte de Cozinha*;
- b) Caracterizar o *corpus* a partir de variáveis sociolingüísticas relevantes para a análise: *quem escreveu, quando, onde, para quem e como*;
- c) Confrontar os resultados que serão obtidos com os oriundos de análises feitas por outros autores, particularmente, para a mesma sincronia, a fim de encontrar elementos reveladores da sintaxe dos clíticos que contribuam para definição da gramática utilizada pelos falantes do século XVII.

Dividiu-se o presente trabalho em cinco capítulos: 1) Introdução; 2) A sintaxe dos clíticos na tradição gramatical luso-brasileira do século XVI ao século XIX; 3) Revisão bibliográfica; 4) Apresentação do *corpus*, em meio às variáveis

² O *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (www.tycho.iel.unicamp.br) é um *corpus* eletrônico anotado, composto de textos em português escritos por autores nascidos entre 1435 e 1845, destinado ao estudo da sintaxe da língua portuguesa.

sociolingüísticas: quem escreveu, quando, onde, para quem e como e; 5) Descrição e análise dos dados.

A necessidade do segundo capítulo surgiu da necessidade de compreensão de como se prescreveu uma norma para a sintaxe dos clíticos na história do português europeu (PE). Percebendo que os primeiros manuais de regras gramaticais de Portugal não tratavam da sintaxe dos clíticos, buscou-se elucidar o cerne da questão: *como, quando, através de quem e por quê* os clíticos e a sua sintaxe passaram a integrar o arcabouço das gramáticas luso-brasileiras?

O terceiro capítulo revisa a bibliografia estudada, apresentando, principalmente, as propostas das duas sintaticistas, Martins (1994) e Galves (2001), para determinar o momento de início da mudança na sintaxe dos clíticos de predominantemente pré-verbal, século XVI, para predominantemente pós-verbal, século XVII ou século XVIII, aproximando-se da gramática do PE contemporâneo. Mas, além de informações pertinentes, oriundas de outros pesquisadores, há também esclarecimentos que tratam do processo de construção da *Correspondência* e dos *Sermões* do padre Antônio Vieira, personagem-chave, examinado por ambas as pesquisadoras em questão.

Na elaboração do quarto capítulo, verificou-se a necessidade de um conhecimento mais amplo que tratasse da elaboração do gênero textual *receitas*. Nesse caminho, descobriu-se que tal gênero se apresentava junto com a prática dos manuais civilizatórios e que, ainda, refletia a identidade de uma nação. Para dar conta desse entrelaçado de informações, apresenta-se um levantamento do surgimento dos manuais civilizatórios, da tradição dos livros de receitas, do período historiográfico de Portugal e a descrição final que responde as variáveis sociolingüísticas acima expostas.

Por fim, no quinto capítulo, descrevem-se sistematicamente os dados colhidos na obra de Domingos Rodrigues (1680), *A arte de cozinha*, apresentando a sua sintaxe dos clíticos em percentuais de uso da ênclise e próclise, em contextos de ordem fixa e em contextos de ordem variável. Ao final desse capítulo, classifica-se a gramática de Rodrigues em mais ou menos inovadora de acordo com a análise da sintaxe dos clíticos nas orações não-dependentes ‘neutras’.

A classificação da gramática de Rodrigues em mais ou menos inovadora contribuirá para a datação da mudança para a nova gramática dos clíticos que abandonou a predominância da próclise, característica do século XVI, fixando a ênclise como categórica nas orações não-dependentes ‘neutras’, vigente no português europeu contemporâneo, por todas as evidências acima expostas.

2 A SINTAXE DOS CLÍTICOS NA TRADIÇÃO GRAMATICAL LUSO-BRASILEIRA DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XIX

Com o objetivo de falar sobre clíticos, observando a sua sintaxe na tradição gramatical e/ou gramática tradicional luso-brasileira do século XVI ao século XIX, preliminarmente, recorrer-se-á ao suporte sócio-histórico, a fim de se conhecer a trajetória da gramática, quando de sua criação até ao estatuto de “senhora da verdade e do arquétipo do bem falar e escrever”. Prosseguindo, estabelecer-se-á o elenco de gramáticas que servirão de base para a análise da sintaxe dos clíticos nos dois lados do atlântico. Por fim, buscar-se-á elucidar o cerne da questão: *como, quando, através de quem e por quê* os clíticos e a sua sintaxe passaram a integrar o arcabouço das gramáticas luso-brasileiras?

2.1 AO FUNDO DO FIM, DE VOLTA AO COMEÇO

Etimologicamente, o termo gramática < gr. *grammatiké* é a ciência ou arte de ler e escrever. Deve-se entender, então, que, na sua origem, a gramática fora criada para auxiliar na leitura e na escrita de textos. Assim sendo, a escrita está na gênese da tradição gramatical.

Falando do início, pois o conhecimento é uma realidade histórica e, sem memória, aniquila-se o saber, segundo Auroux (1992), a origem de uma tradição pode-se dar de duas formas: pela espontaneidade ou pela transferência tecnológica. Desde logo, explicita-se que o termo origem é usado como um processo que pode ser delimitado num intervalo temporal, independentemente da duração desse tempo. Nessa perspectiva, a tradição latina de escrita é o resultado de uma transferência tecnológica e a hebraica, uma tradição espontânea.

Não se pôde, ainda, precisar a data do surgimento da escrita. Contudo, sabe-se que ela surgiu em regiões e entre povos distintos, preliminarmente, em

um sistema de pictografia. Dentre os poucos povos cuja tradição escrita foi espontânea, registram-se os babilônios, os egípcios, os hindus, os chineses e os gregos, sendo a escrita grega a fonte de toda a tradição ocidental. A *grammatiké* grega, que nasceu na virada dos séculos V e IV a.C., é dedicada à aprendizagem da leitura e da escrita.

O surgimento da escrita propiciou uma alteração na transmissão do conhecimento de uma geração a outra geração, o que se fazia através da oralidade:

O que ouvimos e aprendemos, o que nos contaram nossos pais, não o encobriremos aos seus filhos; contaremos à vindoura geração os louvores do Senhor, e o seu poder, e as maravilhas que fez. (Salmo 78:03-04)

Os primeiros textos gregos foram registrados no final do século XV a.C. e faziam menção a registros contábeis de produtos agrícolas, animais, pessoas e manufaturas dos palácios micênicos. Tais textos foram escritos no sistema silábico dos minóicos (Linear B), na cidade de Creta, ligado à estrutura antiga da língua grega.

Os famosos poemas, do gênero épico, *Ilíada* e *Odisséia*, atribuídos ao escritor grego Homero, compostos cerca de 750 a.C., a princípio, de transmissão oral, passaram à forma escrita no final do século VI a.C. Os gramáticos alexandrinos, dedicados ao estudo dos textos homéricos, através de exames filológicos, atestaram que a língua neles utilizada era artificial e estritamente convencional, não sendo falada em nenhuma região da Grécia. Todavia, a estrutura morfológica e sintática era nitidamente arcaica, não deixando dúvida quanto à sua ligação com a antiga língua grega. Salienta-se que o termo “grego antigo” abarca as variedades dialetais: o árcado-cipriota, o ático, o dórico, o eólico, o iônico e o micênico. Dentre as cidades gregas, Atenas destacou-se econômica e intelectualmente, fornecendo seu dialeto, o ático, às demais cidades; estabeleceu-se uma língua comum, denominada de *koiné*, base do grego moderno.

A escrita fonética é o mais simples e perfeito dentre os sistemas de escrita inventados, graças à equivalência de um determinado signo a um som específico.

E sua autoria, muito embora haja uma certa imprecisão, é atribuída aos fenícios, que a teriam transmitido às demais civilizações.

Dessa forma, a escrita fonética, cuja função é a representação da sucessão dos sons de uma palavra, divide-se em: escrita silábica – o sistema fundamenta-se em grupos de sons; e escrita alfabética – cada letra, idealmente, representando um som e cada som sendo representado apenas por uma letra.

Os fenícios teriam criado o alfabeto cerca de 1050 a.C., constando apenas das consoantes; os gregos chamavam-no de “letras dos fenícios”.

Gregos e fenícios mantiveram estreitos contatos comerciais, especialmente, durante o século IX a.C., período coincidente com a chegada do alfabeto fenício à Grécia, cerca de 900 anos a.C. Os gregos não só adotaram a contribuição do alfabeto fenício, adaptando-o aos sons de sua língua, como também se valeram dos sinais excedentes, utilizando-os para a representação dos sons vocálicos. Totalmente desenvolvido no final do século IV a.C., o alfabeto grego foi o primeiro alfabeto composto por sinais que representavam o sistema consonantal e o vocálico, servindo de matriz a todos os alfabetos ocidentais, inclusive ao latino.

A escrita é, portanto, fundamental na origem das tradições dos estudos lingüísticos, produzindo textos, em particular os literários. Entretanto, toda escrita supõe normas, notadamente, estilísticas. A busca do conhecimento impulsionou as civilizações grafas a desvendarem os enigmas contidos nos textos, e a noção da alteridade foi essencial para a evolução da escrita. A escrita vai sedimentando a linguagem, tendo em mira a alteridade, que coloca diante do indivíduo um problema a ser resolvido. Tal alteridade, então, não se constitui apenas no texto ou palavras do estrangeiro, mas também nos seus autóctones textos canônicos antigos (Ilíada e Odisséia). Na Grécia, na virada do século V, o texto escrito deixa de ser um mero suporte mnemônico do oral – conheciam-se os textos que se liam de cor – para tornar-se o objeto de uma verdadeira leitura, fazendo-se necessário decifrar os textos desconhecidos, indícios da prática filológica e lexicológica. Os babilônicos elaboraram uma listagem de palavras, no ano 3.000 a.C. Os egípcios fizeram o recenseamento das palavras não autóctones; os escribas utilizaram diferentes convenções para anotar o interesse da fonética.

O desenvolvimento do budismo, a partir do século VI a.C., propiciou a transliteração de textos sânscritos. Na civilização grega, Protágoras de Abdère compilou, no século V a.C., um léxico de palavras não conhecidas encontradas em Homero. No século III a.C., os chineses fizeram uma lista de caracteres na tentativa de minimizar a dificuldade de ler textos antigos. Segundo Auroux (1992), atribui-se aos textos a causa eficiente do cuidado do saber, e à escrita, a sua guarda.

Conforme se viu, a primeira análise gramatical surge para a compreensão de textos, e não pela necessidade de se falar uma língua qualquer. Espontaneamente, o indivíduo aprende a falar a sua língua quotidiana, falando-a. Contudo, diante da existência de um sistema de escrita, haverá a necessidade de aprendê-lo de modo especial, a fim de usá-lo adequadamente. Assim é que, na virada do século V para o IV a.C., surge a *grammatikè* grega, cujo objetivo é tão somente a aprendizagem elementar da leitura e da escrita. Essa gramática estava ligada à filosofia, que, nesse momento, questionava se a língua era regida pela “natureza” ou pela “convenção”. Se pela natureza, a língua teria a sua origem em princípios eternos e imutáveis, portanto, fora do domínio do homem, inviolável; se pela convenção, a língua seria resultado do costume e da tradição, contrato social entre os membros de uma comunidade, feita pelos homens, poderia ser alterada. Essa alteração desenvolveu-se, mais tarde, a partir do século II a.C., para as duas correntes de pensamento, uma que defendia a regularidade na língua, através da analogia – a língua como produto de uma convenção, e a outra que defendia a irregularidade na língua, através da anomalia – a língua como produto da natureza. Por meio desse embate entre “naturalistas” e “convencionalistas”, cujo objetivo era a investigação a respeito da origem da língua e da relação das palavras e seus significados, surgiram as investigações etimológicas.

Os fundamentos da gramática tradicional foram estabelecidos pelos estoícos, comumente denominados de anomalistas, através de seus estudos sobre a etimologia, cujo interesse era motivado pela Lógica e pela Retórica. Paradoxalmente, tais fundamentos serviram aos filólogos alexandrinos para

justificarem suas analogias. Os filólogos de Alexandria eram adeptos da crítica literária, tendo como objeto de estudo textos literários do passado e, na falta de um suporte ao qual pudessem recorrer, valiam-se da analogia. Dedicavam-se os filólogos alexandrinos à restauração dos textos originais, bem como à separação entre o genuíno e o espúrio. Então, com a finalidade de auxiliar os leitores das antigas obras poéticas gregas, devido à distância lingüística entre a língua dos clássicos e o grego contemporâneo de Alexandria, adquiriram a prática de publicar tratados de gramática e comentários dos textos. Todavia, a veneração pelas grandes obras literárias do passado suscitou a crença de que a língua na qual elas tinham sido escritas era mais pura e, portanto, mais correta do que a fala coloquial dos moradores de Alexandria e dos demais centros helênicos. Por isso, os filólogos alexandrinos, no século III-II a.C., já davam precedência à língua escrita e à seleção de uma determinada variedade, com a intenção de estabelecer e explicar a língua dos autores clássicos, bem como o desejo de preservar o grego da “corrupção” por parte dos ignorantes e dos iletrados, atribuindo-lhe juízo de valor de melhor dentre as demais. Na visão de Lyons (1979), um erro clássico da GT. A gramática passa de elucidação teórica do problema da origem, natureza e essência da língua para o estabelecimento de uma norma.

A elaboração da gramática grega foi um processo longo e gradual, que contou com a participação de vários estudiosos, durante, aproximadamente, seis séculos (do séc. IV a.C. ao séc. II d.C.). Protágoras, um dos mais influentes sofistas do séc. V a.C., teria sido o autor da distinção dos três gêneros em grego. Platão (429-347 a.C.), respaldado em fundamentos da lógica, foi quem primeiro distinguiu os substantivos dos verbos. Aristóteles (384-322 a.C.), seu discípulo, declara que as palavras são símbolos ou sinais e não imagens exatas da realidade, são imitações, *mímesis*; conservou a sistematização de Platão, acrescentando-lhe uma terceira classe: as conjunções; incluiu o termo *intermediário* para nomear o terceiro gênero, elaborou ainda a categoria de *tempo* no verbo grego, observando variações nas formas verbais atreladas à noção de tempo: presente ou passado. Porém, coube aos estóicos o maior detalhamento na análise da língua; fizeram a distinção entre forma e/ou significante e significado,

distinguiram o substantivo, o verbo, a conjunção e o artigo como as quatro partes do discurso, seus sucessores separaram os substantivos próprios dos substantivos comuns, detiveram-se na flexão das palavras e, também, estabeleceram a diferença entre os casos reto e oblíquo; quanto aos verbos, eles observaram o aspecto *perfectivo* ou *imperfectivo*, distinguiram a voz passiva da ativa e os verbos transitivos dos intransitivos.

No âmbito da Escola Filológica de Alexandria, formulou-se a gramática *tradicional* do grego, no século II a.C. Para Dionísio Trácio, que parece ter produzido, no final desse século, a primeira gramática ampla e sistemática publicada no mundo ocidental, o termo gramática era “o conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores” (FARACO 2008). Nela, além das quatro partes do discurso, elaboradas pelos estóicos, adicionou o advérbio, o particípio, o pronome e a preposição. Até esse momento, os estudos gramaticais abarcavam apenas a fonética e a morfologia. A sintaxe só ingressou nesse contexto três séculos mais tarde, no século II d.C., através de Apolônio Díscolo – *Da sintaxe das partes do discurso*.

Os romanos sobrepuseram-se, política e administrativamente, aos gregos, entretanto, inspiraram-se na sua cultura para burilarem a própria, tanto nas artes, como na literatura, adotando-lhes, desde o século II a.C., os aspectos culturais e os métodos de educação. Para isso, as crianças latinas eram expostas, ao mesmo tempo, às línguas latina e grega, posteriormente complementando seus estudos em algum dos grandes centros helênicos de filosofia e retórica. Em decorrência disso, a gramática latina modelou-se, quase exclusivamente, na gramática grega, inclusive, atrelando-se à filosofia, à crítica literária e à retórica. Varrão (séc. I a.C.), que foi discípulo de mestres da escola de Alexandria, aplicou a gramática grega à língua latina. Assim, na *De lingua latina*, inspirada na gramática de Dionísio Trácio, manteve-se o objetivo de ensinar a “a arte de escrever e falar corretamente e de compreender os poetas”, observando-se o estudo do latim padrão, que depois foi nomeado de latim clássico, dividido em três segmentos: etimologia, morfologia e sintaxe. A gramática latina padrão ficou segmentada em três partes: a primeira definia a gramática como a arte de falar

corretamente e entender os poetas, tratando também das letras e das sílabas; a segunda tratava das partes do discurso, detalhando as variações de caso, gênero, número, tempo etc.; à terceira e última parte cabia discutir sobre o bom e mau estilo, advertir contra “erros” e “barbarismos” comuns, e demonstrar as “figuras de linguagem” recomendadas. Sobressaíram-se, como gramáticos latinos: Donato (séc IV d.C.), que apresentou uma minuciosa descrição das letras em função de sua pronúncia, estudo fonético, e relacionou os erros praticados por seus alunos, estabelecendo diferenças entre o grego e o latim; e Prisciano (séc. V d.C.), que foi o autor da primeira sintaxe da língua latina, definindo-a como *a disposição que visa à obtenção de uma oração perfeita*. Donato e Prisciano foram os dois gramáticos latinos mais estudados durante a Idade Média.

Na Idade Média, período de transição da Grécia e de Roma ao mundo moderno, “germinaram novas sementes e cultivaram-se as velhas” (MATTOS E SILVA, 2002:21). Na educação, o latim adquiriu um *status* hegemônico frente às demais línguas na Europa. Seriam mais capacitados às atividades seculares ou clericais aqueles que detivessem um perfeito conhecimento do latim, pois o latim era a língua da liturgia e das Escrituras, a língua universal da diplomacia, da erudição e da cultura. Nessa época, o latim já deixara de ser uma língua nativa, passando a ser uma língua estrangeira, cujo ensino se fazia através da escola e, na Europa ocidental, gramática, por antonomásia, era a gramática latina, que sustentava a língua latina, cujo uso prático só se dava através da Igreja. Essa foi a razão pela qual se iniciou uma produção, em série, de manuais, com a finalidade de auxiliar os alunos no aprendizado do latim. Tais manuais tinham como modelo maior as obras de Donato e Prisciano, fonte primeira da sabedoria e da lucidez, preservando a correspondência estabelecida entre a lógica e o pensamento formalizado. Sempre associada à Retórica como arte de bem falar e escrever, a gramática visava, principalmente, ao ensino das principais regras do latim. Só depois do domínio dessas regras do latim, o aluno passava a interpretar os autores do cânone literário.

A escolástica, escola filosófica dominante nesse período — cujo maior expoente é Tomás de Aquino (1225-1274), que direcionou o pensamento filosófico

cristão à racionalidade e à crítica —, divide-se, então, em duas épocas distintas: pré-tomista (séc. IX-XIII) e pós-tomista (séc. XIII-XVII). No primeiro período, a educação ficou a cargo do clero, cuja principal função era a de formar a classe dirigente e, em segundo plano, dedicar-se à educação do povo. Surgiram as escolas monásticas, nos mosteiros beneditinos, as interiores reservadas aos monges e noviços e as exteriores, ao ensino religioso e laico. O currículo era composto pelo *trivium*, isto é, as três artes discursivas — gramática, dialética e retórica — e o *quadrivium*, as quatro artes reais — aritmética, geometria, astronomia e música —, disciplinas que compunham as artes liberais ou artes mentais, visando ao desenvolvimento e aprimoramento da mente para o exercício correto do pensamento e a criação de idéias. Os grandes centros europeus de cultura eram a França, a Inglaterra e a Itália. O segundo período caracterizou-se pelo pensamento revolucionário de três frades ingleses: Roger Bacon, John Duns Scott e Guilherme de Ockham, que questionaram a autoridade, a razão e a experiência. Os filósofos escolásticos interessavam-se pela língua como instrumento de análise da relação entre o pensamento e a realidade, idéia recalitrante desde Platão. A obsessão pela origem, natureza e essência da língua fez surgir a gramática especulativa, de *speculum* (= espelho), defendendo a idéia de que a língua espelha o mundo. Sua preocupação era com a significação, a relação semântica entre as designações e os objetos designados. Conjecturava-se a existência de princípios que seriam constantes e universais. Assim, todas as línguas teriam palavras para os mesmos conceitos e todas as línguas possuiriam as mesmas partes do discurso e outras categorias gerais. Mesmo diante de tal assertiva, na Idade Média, a sintaxe foi ignorada e não foi integrada às gramáticas produzidas nesse período, tema já tratado tanto na Grécia, por Apolônio Díscolo, como em Roma, por Prisciano.

O intercâmbio cultural, imprescindível ao crescimento e à expansão das sociedades, impôs às civilizações a necessidade da defesa de uma identidade própria. E o purismo e a exaltação de uma língua, salvaguardando sobretudo sua gramática através do seu *corpus* literário — sacro ou laico —, tornaram-se constituintes universais à construção de tal identidade cultural.

O Renascimento europeu, com datação aproximada entre 1420 e 1520, corrente nascida em Florença, caracterizada pela retomada dos valores da cultura greco-romana, cultura clássica, portanto, buscando inspiração nos autores da Antiguidade, foi o ponto de partida para a produção em larga escala de dicionários e gramáticas de muitas línguas do mundo conforme a tradição greco-latina. Segundo Auroux (1992), no período compreendido entre os séculos V e XIX, a gramatização massiva, a partir de uma só tradição lingüística inicial – a tradição greco-latina –, das línguas do mundo, constitui, depois do advento da escrita, no terceiro milênio a.C., a segunda revolução técnico-lingüística, com conseqüências práticas para a organização das sociedades humanas, criando uma rede de comunicação centrada, inicialmente, na Europa. As monarquias no sistema feudal, que eram descentralizadas, deram lugar a um Estado moderno, caracterizado não apenas pela unidade territorial, mas também pela unidade lingüística. As línguas vernáculas ou vulgares substituem, paulatinamente, o latim, ainda que por meio de decretos. A gramática, como ciência de observação da linguagem, deixa de ser essencialmente latina, expandindo-se seu interesse pelas línguas vernáculas da Europa. Dante, no século XIV, escreve *De Vulgari Eloquentia*, cuja teoria apregoa que as línguas modernas surgiram de um latim corrompido pelas invasões germânicas. Mas, buscando a origem e a diferenciação das línguas, os estudiosos do Renascimento aceitavam a interpretação literal da Bíblia, formalizada na imagem da Torre de Babel.

Muitas novas gramáticas foram escritas, algumas durante a Idade Média: a irlandesa no séc. VII, a anglo-saxã no séc. X, a basca no séc. X, a islandesa no séc. XII, a provençal no séc. XIII, a francesa XIV-XV. Todavia, a língua ainda era a língua da literatura e, por isso, a concepção clássica estendeu-se às línguas modernas da Europa. Os gramáticos humanistas retrocederam a Cícero, traduzindo-o como o modelo de estilo latino, pois julgavam ser a literatura da Antiguidade a matriz de todos os valores “civilizados”. O olhar literário gramatical detinha-se sobre três culturas: a grega, a latina e a hebraica. Na França, os gramáticos de Port-Royal (1660) reviveram os ideais da gramática especulativa – *a estrutura da língua é um produto da razão e as diferentes*

línguas são apenas variedades de um sistema lógico e racional mais geral. Assim, durante o Renascimento, na Europa, as gramáticas foram elevadas ao estatuto de guardiãs do conhecimento das línguas.

A imprensa, invento do alemão Johann Gensfleisch Gutemberg, em 1440, foi a alavanca propulsora para a proliferação indiscriminada de gramáticas das línguas do mundo, segundo Auroux (1992), um processo de *gramatização massiva* através da tradição greco-latina. Introduzida em Roma na segunda metade do século XV, a imprensa franqueia um novo tempo, marcado pela necessidade de reprodução não apenas de textos que estivessem próximos à língua do povo, bem como exigindo uma uniformidade regular da ortografia. Inicia-se uma revisão no conceito da estrutura gramatical, manifestando a diferença entre as línguas modernas e o latim. Na primeira metade do século XVI, eclode a questão da língua vulgar, originada pela incerteza de uma norma lingüística e pela necessidade de padrões literários que lhe garantissem seu prestígio. Timidamente, a apologia da prioridade do ensino gramatical da língua materna sedimenta-se. O legado clássico transforma-se em uma nova arte, a defesa do vernáculo como língua nacional, e o termo gramática deixa de significar, por antonomásia, a gramática latina. No final do século XVI, as línguas modernas estão codificadas através da gramática e o contexto cultural – a expansão ultramarina, o contato entre povos – exigiu que a gramática admitisse um caráter normativo em defesa de uma identidade sociocultural. O contato dos europeus com povos da África, Ásia e América direcionou o trabalho lingüístico no Renascimento para a “língua como objeto de ensino” (MATTOS E SILVA, 2002, p. 24), valendo-se de duas estratégias: ensinar-lhes a língua europeia e aprender a sua língua nativa.

No Brasil, a gramática chegou pelas mãos do jesuíta padre José de Anchieta, que, depois de ter aprendido a língua mais usada na costa do Brasil (o tupinambá, língua pertencente à família tupi-guarani), com o objetivo de instruir os companheiros para catequizarem a população nativa, escreveu a *Arte de Gramática*, publicada em Coimbra, em 1595.

Após o delinear da trajetória da gramática tradicional (GT), desde logo adotando-se a definição dessa gramática como o conjunto de prescrições e regras que determinam o uso considerado correto da língua escrita e falada, este capítulo ater-se-á ao seu foco que é, como já se expôs, a situação da sintaxe dos clíticos no português nos dois lados do Atlântico, em meio à tradição gramatical, no período do século XVI ao XIX.

2.2 PORTUGAL NO SÉCULO XVI: A GLÓRIA DE UMA NAÇÃO

A partir do século XVI, findando o período do Renascimento, adentrou na tradição gramatical a língua portuguesa. Porém, se a cronologia da história fecha esse ciclo, que durou cerca de cem anos, as idéias que prevaleceram entre os estudiosos portugueses foram as idéias renascentistas. Haja vista ser o modelo gramatical da língua portuguesa, legado românico, a tradição greco-latina, também foram considerados os grandes escritores, poetas e prosadores como os mais autênticos detentores das regras do bem falar e escrever. Portanto, a princípio, o objetivo dessa GT era estabelecer as regras de uma língua e através dessas ensinar a mesma língua àqueles que já a dominavam, seus nativos utentes. Para Mattos e Silva (2002), essa é uma questão contraditória, pois, se os aprendizes já dominam a língua, a GT nada teria a ensinar-lhes. Guardar-se-á, por ora, esse detalhe, para retomá-lo posteriormente.

No século XVI, em Portugal, quatro nomes, com seus respectivos trabalhos, despontam como os primeiros estudiosos da língua portuguesa: Fernão de Oliveira (1536) – *Gramática da linguagem portuguesa*, João de Barros (1540) – *Gramática da língua portuguesa*, Pero de Magalhães Gândavo (1574) – *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, Duarte Nunes de Leão (1576) – *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Ora, como se sabe, as convenções ortográficas não se incluem nas regras gramaticais depreendidas da estrutura de uma língua; antes, são impostas por acordos de ordem sociopolítica, cabendo-lhes escolher entre a ortografia de caráter

etimológico, fonético ou misto. Segundo Faraco (2008), a ortografia do português só encontrou relativa estabilidade no decorrer do século XX, quando a questão ortográfica se tornou assunto de Estado e se criaram leis, fixando-a de forma oficial. Por isso, descartam-se os trabalhos nomeadamente de cunho ortográfico, ainda que dentro do período observado.

Fernão de Oliveira, primeiro gramático português a publicar em português uma gramática dedicada à língua portuguesa, filho do juiz de órfãos de Pedrógram, Heitor de Oliveira, nasceu em Aveiro, em 1507, passando sua infância na Beira. Em 1520, ingressou no Convento dos Dominicanos, em Évora, lá permanecendo até 1532, quando se refugiou na Espanha, abandonando a vida religiosa. Após a sua liberação dos votos monásticos, concedida pelo Papa Paulo III, passou a ensinar aos filhos de alguns senhores da nobreza portuguesa, dentre os quais D. Antão de Almada – filho de D. Fernando de Almada, que lhe sugeriu a publicação de sua gramática –, os filhos do barão do Alvito e os filhos de João de Barros. Sua gramática – segundo a denominação do autor, *uma primeira anotação da língua portuguesa* – teve como principais objetivos declarados: a) louvar a língua portuguesa, mostrando ser a sua estrutura semelhante às línguas de prestígio, latim e grego; b) descrever a língua portuguesa por meio do bem falar e do bem escrever; c) trabalhar a ortografia portuguesa. A gramática de Fernão de Oliveira também estava baseada na tradição greco-latina, direcionada ao estudo da palavra. Salienta-se que tal gramática foi escrita no período da expansão ultramarina portuguesa, e levava consigo o propósito da imposição da língua portuguesa, no dizer do próprio autor:

[...] notação em algumas coisas do falar português no qual ou nas quais eu não presumo ensinar aos que mais sabem, mas notarei o seu bom costume para que muitos aprendam e saibam quanto prima é a natureza dos nossos homens porque ela por sua vontade busca e tem de seu a perfeição da arte que outras nações adquirem com muito trabalho [...] (OLIVEIRA, 1536)

Preocupou-se Fernão de Oliveira em estabelecer uma comparação da gramática latina com a portuguesa e em manifestar-se como guardião da língua portuguesa e da identidade nacional – *quem folga de ouvir língua estrangeira na sua terra não é amigo de sua gente* (OLIVEIRA, 1536). Sua obra é, entretanto,

um cruzamento lingüístico e cultural, contendo uma definição da linguagem apoiada na autoridade dos filólogos antigos, considerações sobre a formação das línguas, a maneira de falar dos portugueses e a formação do reino. Até ao capítulo VI, reporta-se às obras dos mestres gregos e latinos, pois comparar a língua portuguesa ao grego e ao latim é marcá-la não só como instrumento de identidade cultural, mas, principalmente, como instrumento de poder. Conforme Casagrande (2004), as gramáticas produzidas nos séculos XV-XVI, espelhadas no modelo greco-latino, sistematizaram o estudo da língua em oito partes: nome, pronome, verbo, advérbio, partícula, conjunção, preposição e interjeição. Entretanto, a *Grammatica da linguagem portuguesa* é composta por 50 breves capítulos e segmentada em três partes:

Parte I – fonética, fonologia e ortografia;

Parte II – morfologia – artigo, nome, pronomes, advérbios e verbos;

Parte III – construção – sintaxe, concordância e regência.

Muito embora a sintaxe esteja citada, o espaço que lhe coube, juntamente com a concordância e a regência, foi de apenas uma página e meia. Portanto, no exíguo capítulo 49, destinado à sintaxe, na gramática de Fernão de Oliveira, não há qualquer menção aos clíticos nem à sua ordem no (PE) do século XVI. Com certeza, o seu uso não feria a “grandeza” da língua portuguesa naquele momento, não sendo necessária a sua exposição. Todavia, vale a constatação de que Fernão de Oliveira trabalhou de acordo com os preceitos doutrinários da época: a descrição da língua materna, cujo objetivo é a sua aprendizagem e valorização, como instrumento de caráter social, político e cultural.

O segundo gramático desse período, João de Barros, nasceu em Vila Verde, perto da Cidade de Viseu, região noroeste de Portugal, por volta de 1496. Filho ilegítimo do fidalgo Lopo de Barros, não há registro do nome materno; foi educado no paço real, a pedido de seu pai, que o deixara sob a guarda de D. João de Menezes, mordomo-mor do rei D. Manuel. Em sua formação, constava o aprendizado de línguas, das ciências matemáticas, letras humanas, danças, armas etc. Tal educação deixou suas obras marcadas pela erudição clássica, com

um profundo conhecimento dos autores latinos e de alguns filósofos e historiadores gregos. Exerceu diversos cargos públicos da mais alta importância, durante o reinado de D. João III. Teve à sua disposição farta documentação, por ter sido Feitor da Casa da Índia, durante trinta e quatro anos, fato contribuidor para a riqueza de detalhes pitorescos em sua obra. Foi historiador, moralista, filósofo, pedagogo e gramático. Dentre outras publicações, a *Gramática de língua portuguesa*, de 1540, com o acréscimo do *Louvor da nossa linguagem*, foi a de maior notoriedade.

A *Grammatica de língua portuguesa* é considerada a mais completa dentre as quatro primeiras reflexões a respeito da língua portuguesa ou, segundo Buescu (1978), uma verdadeira gramática, devido à sua sistematização, seu caráter pedagógico e normativo. Manteve o ideal nacionalista do Renascimento. João de Barros elaborou uma gramática normativa, estabelecendo regras gerais e expondo as devidas exceções. Forneceu exemplos gramaticais, com conteúdo formativo e informativo, extraídos, quase na totalidade, da história e da realidade portuguesa. Valeu-se do uso de duplicações como forma de fixação do aprendizado. Barros considerou sua gramática como sendo a primeira arte normativa, pedagógica, destinada a meninos e moços de língua portuguesa. Nela, propugnou a importância da língua românica perante as línguas clássicas e a existência da língua nacional em relação às demais línguas. O latim foi tomado como ponto de referência, modelo de codificação gramatical e fonte de empréstimos vocabulares. Apontou as diferenças do português em relação ao latim em detrimento das semelhanças, muito embora as conformidades entre essas duas línguas lhe tenham servido para a exaltação da língua portuguesa. João de Barros evidenciou a sua intenção de, sistematicamente, formular sua gramática de acordo com a gramática latina – “Nós tomaremos da nossa construção o mais necessário, imitando sempre os Latinos”. Todavia, condenou e ridicularizou o emprego pedante de construções latinas. Mencionou a influência árabe na língua portuguesa através da ortografia e de alguns vocábulos de etimologia não latina. Reconheceu a existência de vocábulos trazidos para a língua portuguesa por meio dos contatos lingüísticos diversos que os portugueses

empreenderam, classificando-os de barbarismos. Porém, considerou como vitória o aprendizado da língua portuguesa pelos povos conquistados, semelhante ao domínio do latim. Na abertura de sua gramática, Barros definiu o termo gramática como ciência das letras, contendo o modo certo de falar e escrever, em conformidade com a autoridade dos barões doutos. Classificou as partes do discurso em: artigo, substantivo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Quatro são as divisões de sua gramática:

- Ortografia – trata da letra, definição e número;
- Prosódia – trata da sílaba;
- Etimologia³ – trata das palavras;
- Construção / sintaxe – “conveniência entre as partes postas em seus naturais lugares”.

No exíguo capítulo reservado à sintaxe, João de Barros tratou da regência dos casos que cada preposição pede, semelhante à organização das gramáticas latinas, das conjunções e das interjeições. Na sua gramática, também não há qualquer menção à sintaxe dos clíticos.

Verifica-se, portanto, que as gramáticas lusas, escritas no século XVI, não se ocupam em descrever e/ou prescrever as regras de colocação dos clíticos.

Portugal do início do século XVI tornara-se uma nação gloriosa. A expansão marítima propiciara-lhe o suprimento de sua ambição pelo ouro, pelas pedras preciosas, por especiarias oriundas da Índia, pelo poder e pela fama. Portugal entrou em contato com novos povos – muitos deles feitos escravos –, novos cultos, novos climas, novas plantas, novas técnicas – Portugal era o grande fabricante naval de armas –, ouro, prata, pedras preciosas, canela, cravo, pimenta, têxteis e porcelana chinesa. Lisboa situava-se entre as grandes metrópoles do mundo, sonora e multicolorida, com gente de todos os lugares e de todos os falares, atraída pelos sonhos de riqueza, era o centro dos mercados europeus. Mas, o apogeu português estava com seus dias contados, começando sua derrocada em 1580, ano da morte de seu monarca D. Sebastião.

³ João de Barros, mantendo-se fiel à tradição greco-latina e medieval, denomina a morfologia de etimologia.

D. Sebastião, neto de D. João III, nascera em Lisboa, em 20 de Janeiro de 1554, após dezoito dias da morte de seu pai. Ascendeu ao trono português em 1568, quando completou a maioridade legal. Em 1578, contrariando o conselho de seus asseclas, viajou ao norte da África, a fim de combater na batalha de Alcácer Quibir, desaparecendo em uma manhã de nevoeiro. Seguiu-se um pequeno período de regência do cardeal D. Henrique, que durou de 28 de agosto de 1578 até à data da sua morte, em 31 de janeiro de 1580. O desaparecimento de D. Sebastião causou problemas à sucessão do trono português. O jovem monarca não deixara herdeiro, e a união dinástica com a Espanha era fato irrefutável, pois Filipe II da Espanha era neto de D. Manuel, pretendente em linha direta do trono de Portugal. A união, que interessava às classes privilegiadas, não era aprovada pelo povo, que, por tradição, se opunha a tudo o que era castelhano. Todavia, a garantia da separação institucional do reino de Portugal permitiu o tão temido domínio espanhol. Portugal perdeu a sua independência, e Filipe II de Espanha tornou-se, por direito, Filipe I de Portugal. A monarquia dualista, cujo domínio era espanhol, durou 60 anos, até à revolução, em 1 de dezembro de 1640.

2.3 SÉCULO XVII

Portugal adentrou o século XVII desprovido do *glamour* do século anterior. A Espanha e demais países que não obtiveram o mesmo lucro com os grandes descobrimentos, incomodados com a fortuna amealhada por Portugal, dedicaram-se a construir o enfraquecimento português. Impuseram-se importar o mínimo e exportar o máximo e estabeleceram uma proteção alfandegária: todas as mercadorias estrangeiras, similares às suas, eram taxadas com percentuais elevados, para reversão da balança econômica. Tais medidas levaram a economia de Portugal à queda vertiginosa, perdendo de vez sua hegemonia frente aos demais países europeus. O Estado português estava extremamente onerado: comércio arruinado, colônias decadentes, marinha desfeita, alfândega falida, miséria nas casas e impudor na corte. A educação do povo da metrópole e das

colônias fora relegada a último plano. Diante da forte atuação da Inquisição, com suas masmorras e autos de fé, a falta de liberdade política e a falência econômica, social e moral, o século XVII não esteve propício às produções culturais, freando os trabalhos de caráter científico ou literário. A censura literária direcionou os trabalhos artísticos de todas as modalidades a darem valor à forma em detrimento do conteúdo, que deveria ser superficial ou religioso. Quase nenhuma gramática normativa, visando à sistematização da língua portuguesa, foi produzida nessa época. A educação tornou-se restrita aos ricos e aos nobres.

Dos pouquíssimos estudiosos envolvidos com trabalhos relacionados à língua portuguesa, merece certo destaque Amaro de Roboredo, gramático português, do primeiro quarto do século XVII. Destacou-se Roboredo em sua *Porta de línguas* pela riqueza de detalhes e pela criatividade da proposta. Criticando os gramáticos anteriores por se deterem no estudo da língua através das palavras, propôs o ensino da língua portuguesa por meio da frase, dando ao português uma prescrição de regras mais adequadas à estrutura de uma língua analítica. Publicada em 1623, a sua obra propôs a aquisição da língua através de cópia, dispensando a presença de um professor, por atribuir ao texto o papel de suporte máximo do aprendizado, desde que suas prescrições fossem seguidas e memorizadas. Seu trabalho está dividido em duas partes, cabendo dez capítulos à primeira e dez centúrias — dez coleções com cem sentenças — à segunda. As sentenças deveriam pertencer ao universo de experiência dos alunos, devendo ser gramaticalmente corretas, ensinando-lhes a escrever bem, como dito por Roboredo:

Porque não duvidamos, que esta obrezinha ornada de tantas curiosidades a haja cada hum de louvar per si, e não alhea experiencia. O que aqui se tratta no tocante a aprender as linguas, como principalmente serve para as entender, não se ha de tomar de maneira, que imagine alguém que o novato ha logo e fallar, posto que para isto seja tambe de muita importancia. Porque assi como seria muito mais facil conhecer com a vista todos os animaes: visitando a arca de Noé, a qual continha de cada genero dous escolhidos, que andando todo o mundo até que acaso alguém encontrasse algum animal de qualquer genero: assi da mesma maneira, muito mais facilmente se aprenderão os vocabulos com o uso destas sentenças, nas quaes se conteem os fundamentos de todos, do que ouvindo, fallando, ou lendo até que acaso homem encontre tantas palavras. (ROBOREDO, 1623)

Diferentemente dos criticados gramáticos anteriores, não tratou da classificação e da divisão das partes do discurso. A citação desse estudo gramatical, do século XVII, fez-se constar neste trabalho, a fim de se evitar o tradicional pulo que se faz do século XVI para o XVIII, quando se fala da tradição gramatical portuguesa. É evidente que esse não servirá à análise aqui proposta, devido à ausência de qualquer estudo sintático.

2.4 SÉCULO XVIII

Mudam-se os homens, renovam-se as idéias. No início do século XVIII, os direitos e os privilégios concentravam-se, de forma absoluta, nas mãos de poucos: cerca de 95% de todo o solo da Península Ibérica pertenciam à nobreza e ao Clero (FACCINA; ZANON, 2004). Havia um enorme desejo de mudança da ordem política, econômica, jurídica e educacional. O século XVIII trouxe consigo uma mudança intelectual na história do pensamento moderno. Escritores, filósofos e economistas franceses manifestaram-se contrariamente à intolerância religiosa e aos privilégios concedidos à nobreza, constituída por uma pequena parcela da população. O novo ideal, que propugnava um maior equilíbrio sócio-econômico entre nobres e plebeus, conseguiu adeptos por toda a Europa, e, por parecer espalhar luz e conhecimento, os filósofos, seus articuladores, receberam o nome de iluminados, e suas idéias, de iluminismo. O Iluminismo exprimiu a ascensão da burguesia e de sua ideologia. Defendeu o uso da razão com a finalidade de se descobrir o mundo, processo iniciado já no período do Renascimento. No século XVIII, o uso da razão foi reforçado, ganhando um aspecto essencialmente crítico, levando os homens a usarem a razão para entenderem a si mesmos no contexto da sociedade na qual estavam inseridos. Nesse novo contexto social, a felicidade deveria ser um direito de todos, caberia ao Governo a manutenção dos direitos naturais, tais como: a liberdade individual, a posse de bens, a tolerância à expressão de idéias e a igualdade perante a lei. Alguns monarcas aderiram às novas idéias sem, contudo, abrirem mão do poder absoluto. Tentaram governar

conforme a razão e os interesses do povo, recebendo, por isso, a denominação de déspotas esclarecidos.

Em Portugal, com a morte de D. João V, iniciou-se, na segunda metade do século XVIII, em 1750, o reinado de D. José I, o reformador. Recebeu um reino oposto às glórias passadas: um país pobre, sem capital, com lavoura decadente, nobreza arruinada, invadido pelas manufaturas inglesas. Ciente do atraso português comparado às duas grandes potências européias da época, França e Inglaterra, D. José I formou seu gabinete ministerial por pessoas que lhe pareceram capazes de ajudar na reconstrução do país. Para tratar das questões políticas, como Secretário dos Negócios Estrangeiros, chamou o experiente diplomata Sebastião José de Carvalho e Melo, que receberia, posteriormente, em 1779, o título de Marquês de Pombal, sendo o responsável pelo apogeu do absolutismo português. Figura-chave do Iluminismo português, o Marquês de Pombal foi o ícone do despotismo esclarecido, comparado à Catarina II da Rússia, a Frederico da Prússia e a José II da Áustria. Dentre as melhorias levadas a Portugal nesse período, estão a reforma da Universidade de Coimbra, a reorganização da instrução pública, a criação da Junta de Providência Literária para dar pareceres sobre o estado das Artes e Ciências, instituição do subsídio literário, retirada de poder do exame prévio da Inquisição, criação da Real Mesa Censória da qual passou a depender o ensino, criação da Aula do Comércio, do Colégio dos Nobres, da Imprensa Régia e do Erário Régio.

A educação em Portugal continuava sob o controle dos jesuítas, regulamentada pela *Organização e Planos de Estudo* sancionada em 1599, que prescrevia o uso do latim para todas as atividades curriculares e extracurriculares. Portanto, nesse momento, o ensino em Portugal e nas colônias está à disposição dos interesses da nação lusitana: é privilégio de poucos e os programas mantêm características impositivas. Nem por isso a situação dos jesuítas era mais confortável. Na Europa, havia um movimento contrário à Companhia de Jesus, que culminou na sua extinção, pelo Papa Clemente XIV, em 21 de julho de 1773, porém, no Brasil, eles permaneceram até 1759, quando foram banidos. Tal movimento recebeu especial apoio do Marquês de Pombal, por

temer o crescente poder dos jesuítas que exerciam atribuições de ordem mais política do que religiosa. Houve a reforma dos Estudos Menores e dos Estudos Superiores e, muito embora esse plano fosse estendido ao Continente, Ilhas e domínios na África, Ásia e América, não era interessante enfatizá-lo no Brasil, porque o interesse do reino nessa colônia era apenas subtrair-lhe, em “tenebrosas transações”, o ouro e as pedras preciosas. Contudo, a nova ordem era a troca do ensino do latim pelo ensino da língua portuguesa.

Em meio a esse contexto social, surgiu, em 1770, a *Arte da grammatica da língua portuguesa*, de autoria de Antônio José dos Reis Lobato, importante para a época, tanto pela tradição, quanto pelas mudanças que apresentou. A gramática de Lobato alcançou a significativa monta de quarenta edições, publicadas no decorrer de um século (1770-1869), trinta e seis em oficinas de Lisboa, uma na Cidade do Rio de Janeiro (1830), uma em Paris (1837) e duas em Margão, na Índia (1866-1869). A biografia de Lobato é escassa e controversa, havendo ambigüidade na apresentação de seu nome, que ora é mencionado Antônio José dos Reis, ora como Antônio José Lobato. Conjetura-se que Reis Lobato seria o pseudônimo de Antônio Pereira de Figueiredo, padre, membro da Real Mesa Censória, desde 1768, devido à estreita aproximação entre a gramática latina de Figueiredo e a portuguesa de Lobato. Na introdução dessa gramática, que consta de trinta e uma páginas, Lobato menciona o rei D. José I e o Marquês de Pombal como incitadores do ensino da língua materna nos primeiros anos de escola, seguido da latina e da grega. Lobato justificou a existência de sua gramática como um trabalho que suprirá as falhas das anteriores, e reforça a idéia de que sua gramática estará de acordo com os interesses dos governantes, uma vez que seu aparecimento, métodos e sua organização atendem ao sistema vigente. Assim, D. José I, sob a aquiescência do Marquês de Pombal, oficializou a gramática de Antônio dos Reis Lobato, como a primeira *Gramática oficial da língua portuguesa*, por ocasião das reformas pombalinas:

“EU ELREY. Faço saber aos que este Alvará virem, que em Consulta da Real Meza Censoria me foi presente, que sendo a correção das línguas Nacionaes hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos Póvos civilizados, por dependerem della a clareza, e energia, e a magestade, com que devem estabelecer as Leis, persuadir a verdade da Religião, e

fazer uteis, e agradaveis os Escritos: [...] Sou servido ordenar que os Mestres da lingua Latina, quando receberem nas suas Classes os Discipulos para lha ensinarem, os instruem previamente por tempo de seis mezes, se tantos forem necessarios para a instrucção dos Alumnos, na Grammatica Portugueza, composta por Antonio Jozé dos Reis Lobato, e por Mim approvada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita.” – Dado no Palácio de Nossa Senhora da ajuda aos dois de Setembro de 1770.

A gramática de Lobato está sistematicamente dividida em duas partes: a primeira, a etimologia, e a segunda, a sintaxe, obedecendo à seguinte estrutura:

Parte I: Da Etimologia, subdividida em:

- Livro I: Do Artigo, Nome, Pronome, suas diferenças, e declinações;
- Livro II: Do Gênero dos Nomes Substantivos;
- Livro III: Do Verbo, e suas conjugações;
- Livro IV: Dos Pretéritos, e Particípios do Pretérito dos Verbos;
- Livro V: Das Partes indeclináveis da Oração;
- Livro VI: Da Prosódia.

Parte II: Da Sintaxe, subdividida em:

- Livro I: Da Sintaxe de Concordância;
- Livro II: Da Sintaxe de Regência;
- Lição II [por III]: Da Sintaxe Figurada;
- Livro III: Das Figuras da Dicção

Lobato defendeu o ensino de língua materna e, ao fazê-lo, pautou-se nos antigos romanos, que já ensinavam a gramática latina, utilizando-a com o objetivo de se falar a língua nativa sem erros, e para observar o seu funcionamento em comparação às demais línguas. A gramática portuguesa seria a base de suporte ao aprendizado de quaisquer outras línguas, opinião comum a Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Roboredo e outros gramáticos portugueses.

Considerou a sintaxe a principal parte da gramática, por ser aquela através da qual os gramáticos dão regras de concordância e regência. Definiu-a

como a reta composição das partes da oração entre si. Não apresentou qualquer menção à sintaxe dos clíticos, ou seja, no século XVIII, a gramática do PE ainda não sentia a necessidade de regulamentar a sintaxe dos clíticos, a fim de se produzir seu “correto” uso.

2.5 SÉCULO XIX

O século XIX iniciou-se com um rodízio nas classes sociais até então estabelecidas, pois, no final do século anterior, na França, a burguesia ascendera ao poder. Na Inglaterra, o momento foi marcado pelo princípio da Revolução Industrial. A França, do imperador Napoleão Bonaparte, decretara o Bloqueio Continental (1806), com a finalidade de atingir a Inglaterra, país que não lhe permitia a total hegemonia na Europa. Portugal, em franca decadência, não podia opor-se à França, pois não possuía armas e economia disponíveis, também não era possível contrariar a Inglaterra, fechando-lhe os portos de Lisboa e Porto, porque já lhe devia um enorme numerário, sendo-lhe extremamente dependente. Conhecendo na pele, e em tempo não muito distante, a perda de autonomia para uma outra nação, a corte portuguesa fugiu para o Brasil, sua rica colônia, em 1808.

No Brasil, um pouco antes da chegada da corte portuguesa (1800-1807), o ensino continuava sendo privilégio de poucos, e a gramática de Reis Lobato permanecia em uso para o ensino da língua portuguesa, conforme o referido decreto de D. José I. A transferência da coroa portuguesa para o Brasil trouxe mudanças significativas para a infra-estrutura e para a educação: 1808 – abertura dos portos brasileiros às nações amigas; 1808 – criação da Faculdade de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro; 1808 – criação do Banco do Brasil; 1813 – criação do primeiro teatro brasileiro; 1815 – elevação do Brasil à categoria de Reino Unido; 1816 – criação da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. O objetivo de tais mudanças nada mais era do que propiciar um exílio mais confortável à corte portuguesa, entretanto, afetaram, substancialmente, a vida de

todos os que aqui viviam. O desejo de se estabelecer uma identidade nacional já pululava no ideário da gente brasileira, principalmente em defesa de uma língua nacional.

Destacou-se, nesse cenário, como um defensor ardoroso da construção da identidade brasileira, frei Joaquim do Amor Divino e Caneca, brasileiro, nascido na Cidade do Recife, em 20 de agosto de 1779, filho de português, cuja profissão era tanoeiro – fabricava vasilhames de flandres, daí o apelido de Caneca, adjungido ao seu nome por vontade própria, para homenagear o pai. Caneca, um dos expressivos pensadores literários, defensor da independência do Brasil, lutava contra o despotismo. Como professor, lecionou retórica, geometria, filosofia racional e moral. Em 1817, tornou-se conhecido pela participação na Revolução Republicana em Pernambuco. Tal movimento político não logrou êxito, e Caneca ficou preso até 1821, na Cidade do Salvador, no Convento de Santa Clara do Desterro, período no qual escreveu o *Breve compêndio de gramática portuguesa*. Frei Joaquim do Amor Divino e Caneca foi o primeiro brasileiro a escrever uma gramática da língua portuguesa, que só veio a público em 1875, cinqüenta anos após a sua morte. Retornando para Pernambuco, valeu-se da prerrogativa de possuir um jornal semanal, autofinanciado, para criticar a situação política e atingir as massas, esclarecendo-as sobre a defesa de seus direitos. Tanto incomodou o império, que, em 1824, foi preso no Ceará, submetido a julgamento pela Comissão Militar e condenado à morte por enforcamento. A sentença cumpriu-se por meio de fuzilamento, uma vez que não houve carrasco que aceitasse enforcá-lo.

A formalização de estudos gramaticais, na primeira metade do século XIX, foi exígua. Em Portugal, destacou-se como gramático o padre Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), filólogo, educado no seminário episcopal de Coimbra. Coube-lhe, como religioso, zelar pelo cumprimento das tarefas herdadas do clero português do século XVII, época na qual toda a produção cultural era avaliada, permitida ou proibida, de acordo com os desígnios religiosos. Sua gramática, *Grammatica philosophica da língua portuguesa*, escrita em 1803, cuja primeira edição foi publicada postumamente, em 1822, segue, retilínea e conscientemente,

os gramáticos de Port-Royal (1660). Inovou a teoria e descrição da língua portuguesa, bem como a pedagogia do ensino do português. Criticou os gramáticos portugueses, seus antecessores, por pautarem a gramática portuguesa pela latina, recusando a metodologia, até então vigente, que partia do latim para ensinar a língua portuguesa. Assim, propalava: “os alunos aprenderão com mais facilidade a gramática da língua portuguesa pois têm a prática e o uso desta como língua materna”. A gramática filosófica de Barbosa tornou-o conhecido, por ser considerada um dos melhores modelos de descrição gramatical existentes no português. Definiu o termo gramática como a arte que ensinava a pronunciar, escrever e falar corretamente qualquer língua.

A *Grammatica philosophica da língua portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa, foi segmentada em quatro partes, denominadas de livros, sendo:

- Livro I – Da Orthoepia;
- Livro II – Da Orthografia ou boa escritura da língua portuguesa;
- Livro III – Da Etymologia ou partes da oração portuguesa;
- Livro IV – Da Syntaxe e Construção.

Apresentou um estudo mais elaborado a respeito da sintaxe, dedicando-lhe a 4ª parte de sua gramática, subdividida em cinco capítulos. No Livro I, cap. VII, nas Regras dos Acentos, § III, menciona os clíticos, descrevendo-os como palavras átonas, que se antepõem ou se pospõem às palavras tônicas, com a finalidade de participar de sua tonicidade. Ainda é uma gramática centrada na palavra como unidade básica de análise, não fornecendo qualquer dado sobre a sintaxe dos clíticos.

Nas gramáticas do PE, até então, não se vislumbra qualquer indício de uma reflexão sobre os clíticos e sua sintaxe. A desimportância desse estudo para a “arte que ensina a pronunciar, escrever e falar corretamente qualquer língua” revela que seus gramáticos não observavam irregularidades no uso da sintaxe dos clíticos, nesse extenso período.

Entretanto, um questionamento está por ser elucidado: a sintaxe dos clíticos será abordada na tradição gramatical luso-brasileira a partir da segunda metade do século XIX? Se a resposta a essa pergunta for verdadeira, buscar-se-ão respostas para mais três questões:

- Quem introduz os clíticos e sua sintaxe na gramática portuguesa?
- Quando e como o faz?
- Por quê?

2.6 PERIODIZAÇÃO PARA A HISTÓRIA DA GRAMATIZAÇÃO NO BRASIL

Para igual estudo, no lado brasileiro, é necessária uma breve periodização da história da gramatização no Brasil, que, segundo Eduardo Guimarães (1996), pode ser distribuída em quatro fases, de acordo com fatos de ordem política e institucional:

- 1º período – da “descoberta” em 1500 até a primeira metade do século XIX – basicamente, ainda não se têm estudos de língua portuguesa feitos no Brasil;
- 2º período – da segunda metade do século XIX, iniciada pelos debates entre brasileiros e portugueses a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores ou gramáticos portugueses; pela publicação de gramáticas, como a de Júlio Ribeiro em 1881; pela fundação da Academia Brasileira de Letras (em 1897), até ao fim da década de 1930, época da fundação das Faculdades de Letras no Brasil (1937-1939);
- 3º período – do final dos anos 30 até meados da década de 1960, quando o Conselho Federal de Educação torna a Lingüística disciplina obrigatória no Brasil, para os cursos de Letras;
- 4º período – de meados dos anos 60 até hoje, com a implantação da lingüística em todos os cursos de graduação em Letras e a implantação dos cursos de Pós-Graduação em lingüística, em alguns centros universitários brasileiros.

O segundo período é, portanto, o que abarca o tema deste capítulo, porque é quando a produção de gramáticas do português no Brasil começa a ser relevante.

O cenário lingüístico, nesse momento, é caracterizado por celeumas entre portugueses e brasileiros, cada qual defendendo as especificidades de sua língua, tais como:

- 1870 – polêmica entre José de Alencar e o português Pinheiro Chagas, que critica a linguagem de Alencar em *Iracema*, no uso do artigo, na omissão do *se* reflexivo de certos verbos, e na colocação dos pronomes pessoais;
- 1879-1880 – polêmica entre Carlos de Laet e o escritor português Camilo Castelo Branco;
- 1881 – Júlio Ribeiro produz a *Gramática portuguesa*, considerando que as antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições do uso da língua.

A partir da segunda metade do século XIX, é crescente a produção de gramáticas, cujo objetivo parece ser o de ensinar a pronunciar, escrever e falar “corretamente” a língua portuguesa, inclusive, tornando-se relevante a produção gramatical brasileira. No Brasil, a gramatização surge como um procedimento de independência de Portugal, ligada a uma militância a favor da especificidade do PB ou contra isso e a favor do classicismo, do purismo, sugerindo que aqui não se sabe falar corretamente.

Do lado português, Francisco Adolfo Coelho produz, em 1868, *A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*, dividida em: índice [rosto], prefação, abreviaturas, a lingua portugueza: preliminares, Livro Primeiro: phonologia, secção primeira: sons das linguas fontes; secção segunda: sons portuguezes e suas relações etymologicas; Erratas e correcções mais importantes. Apesar de fazer constar no título de sua obra a expressão *syntaxe*, no decorrer de seu estudo, não faz qualquer menção à *syntaxe* nem aos clíticos.

Na *Grammatica portugueza elementar*, de Teophilo Braga (1876), composta pelo total de 151 páginas (incluindo o índice), seccionada em:

Advertência, Preliminares; Parte I – Da Phonologia; Parte II – Da Morphologia; Parte III – Da Syntaxe (128-144) – “da velha Syntaxe, expringe-se a parte figurada, porque pertence exclusivamente á retorica ou theoria do estylo”; aparece, no cap. III – Do Pronome [Parte II – Da Morphologia], uma censura ao modo de uso dos clíticos, pelos brasileiros: “– Me, Se, Lhe usam-se antes do verbo na forma interrogativa: Quem *me* chama? Exceptuando se a interrogação começa pelo verbo: Chamam-*me* d’ahi? – Nenhuma phrase, pode começar por qualquer d’estes pronomes, como se encontra no dialecto brasileiro: “*Me* cordar ... [sic]”” (pág. 60-61)

Do lado brasileiro, nas onze gramáticas abaixo nomeadas⁴, observadas para o assunto e o período propostos, **sem exceção**, constatou-se a presença de um capítulo destinado à colocação dos clíticos, bem como ao seu regimento, havendo variação apenas na nomenclatura que os distingue: partículas átonas, pronomes pessoais átonos, pronome objeto e pronome oblíquo. Assim, seguem-se os gramáticos brasileiros do século XIX, suas gramáticas e suas respectivas regras de prescrição para o “correto” uso dos clíticos:

- 1885 (2ª edição), Júlio Ribeiro – *Grammatica portugueza*:

A collocação dos pronomes objectos nas sentenças effectua-se de acordo com os preceitos seguintes:

1) Com o verbo indicativo o pronome objecto

a) nos tempos simples, excepto o futuro, antepõe-se ou pospõe-se indifferentemente, ex.: «*Eu TE amo ou amo-TE*».

b) nos tempos compostos, excepto o futuro anterior, antepõe-se ou pospõe-se ao auxiliar, ex.: «*Nós o temos visto ou temol-o visto*».

c) no futuro anterior antepõe-se sempre ao auxiliar, ex.: [sic] *Tu NOS terdes visto – Elle o terá querido*».

d) nos tempos simples dos verbos pronominaes, e em todas as pessôas verbaes que têm o acento tonico sobre a ultima ou sobre a penultima sylaba, exceptuado sempre o futuro, antepõe-se ou pospõe-se, comtanto que não resulte equivoco ou collisão de sons, ex.: «*Eu ME queixei ou queixeí-ME – Eu ME queixo ou queixo-ME*».

⁴ Por apresentarem a syntaxe dos clíticos de forma bem similar, mencionaram-se apenas alguns exemplos, evitando-se, assim, a sua repetição nas onze gramática citadas.

Estas construcções «*Vós queixais-vos – Nós queixávamos-NOS*», são de difícil enunciação: deve-se dizer «*Vós VOS queixais – Nós NOS queixavamos*».

e) nas sentenças negativas geralmente antepõe-se, ex.: «*Elle não ME quer*».

2) Com verbos no imperativo o pronome objecto

a) em sentenças affirmativas pospõe-se sempre, ex.: «*Mata-ME – Julgae-ME vós*».

b) em sentenças negativas, em as quaes o imperativo é substituído pelo subjunctivo, antepõe-se, continuado posposto [428-3]) o pronome sujeito, ex.: «*Não ME descubras TU*».

3) Com verbos no subjunctivo o pronome objecto antepõe-se sempre, seja a sentença affirmativa seja negativa, ex.: [sic] «*Que elle ME veja – Si NÓS o soubéssemos – Si elles não NOS tivessem avisado – Quando elles não ME tenham visto*».

Há a notar que nas sentenças negativas, em todos os modos e tempos, colloca-se o pronome objecto entre a negação e o verbo; todavia, nos tempos do subjunctivo precedidos de *quando, como, si, etc.*, encontra-se não raro o pronome objecto antes da negação, ex.: «*Si tu ME não tivesse dito – Quando eu o não descubra*».

4) Com o verbo no infinitivo pessoal o pronome objecto antepõe-se ao sujeito, ex.: «*Descobrires-ME tu*».

Si, porém, a phrase do infinitivo pessoal é complemento de uma preposição, o sujeito antepõe-se ao pronome objecto, e ambos ao verbo, ex.: «*Para TU ME descobrires – Sem VÓS ME verdes*». Pode-se também dizer, deixando o sujeito depois do verbo «*Sem o vermos NÓS*».

5) O pronome objecto, o pronome em relação objectiva adverbial e a partícula apassivadora *se* nunca devem começar a sentença: Seria incorreto dizer «*Me querem lá – Te vejo sempre – Nos parece – Vos offereço – Lhe digo – Lhes peço – Si contam coisas feias – Si diz que elle vai, etc*».

6) Com verbos no indicativo do futuro e no condicional imperfeito, usa-se de uma construcção especial: insere-se por tmese o pronome objecto entre o radical do verbo e a sua terminação, ex.: «*Amar-TE-á – Ver-TE-ia*».

7) Nas sentenças negativas, estando o sujeito occulto, o pronome objecto antepõe-se sempre, ex.: «*Não TE espero mais – Não ME fallarias assim – Si o não quizerem*».

8) Com o verbo no infinito pessoal, estando o sujeito oculto, é indiferente antepôr ou pospor o pronome objecto, ex.: «*Sem o ter* ou *Sem tel-o*».

9) Com dous verbos no infinito, colloca-se o pronome objecto ou antes do primeiro, ou depois do segundo, ou antes de ambos, ex.: «*Sem NOS poder ver*, ou *Sem poder ver-NOS*, ou *Sem poder NOS vêr*».

10) Nunca se colloca o pronome objecto depois do particípio aoristo de tempo composto: assim, não se diz «*Havendo visto-TE*» mas sim «*Havendo-TE visto*».

• 1894, Pacheco da Silva JR e Lameira de Andrade – *Grammatica da Lingua Portugueza*:

236 — Pronome objecto — Tambem a sua collocação está sujeita a regras, muitas das quaes todavia não se deve considerar inflexas.

1º Com o infinito pessoal o pronome objecto antepõe-se sempre: — amares-me tu (Cp. - para tu me mares.)

Si, porém, a phrase do infinito pessoal é complemento de uma preposição, o sujeito antepõe-se ao pronome objecto e ambos ao verbo: — Sem vós me escreverdes não vou. — Escusado era acrescentar que pronome sujeito claro, não é' e rigor.

3º Nas phrases interrogativas e "imperativas o pronome objecto é enclítico: *chama-o*; *ajuda-me*.

Mas si a sentença for negativa, o imperativo, é substituído pelo subjunctivo e o pronome objecto torna-se proclítico, i. e., antepõe-se: Não o chames (tu). E o mesmo dá-se em todas as sentenças negativas, subordinadas ou não: *eu não vos quero mal, não me entendeste*.

237 — É proclítico.

1º Quando vem depois de qualquer adverbio (de negação, tempo, lugar, quantidade ou modo), começando e [*sic*] phrase por este: — Não o chames; não te espero mais. E nestes casos ainda accresce para a anteposição, o estar occulto o pronome sujeito. Elle não me disse; Nunca me esqueço; Sempre te estimei; Lá nos encontraremos; Muito me agrada; Bem me parece.

2º Com as formas do futuro condicional quando vem claro o pronome sujeito: — *eu te lembrarei* (= lembrar-te-hei), tu lhe diras (= dir-lhe-has), elle me lembraria (= lembrar-me-hia.).

3º No futuro anterior ou condicional composto, alem da construcção - elle me terá dito, ella me teria dado, temos tambem a especial e mais

elegante, em que o auxiliar precede sempre o pronome objecto: — ter-me-hia dito; ter-me-ha, etc.

9º - Quando a fôrma verbal é proparoxytona: — Nós o amaríamos; lhe escreveríamos.

10º - Depois dos relativos *que qual*, etc.: — O homem que te escreveu.

• 18-[?], Maximino Maciel — *Grammatica Analytica*:

O emprego e a posição da palavra atonica está sujeita aos preceitos seguintes, baseados na observação dos escriptos classicos.

a) nunca uma posição póde começar por particula atona collocada procliticamente, ex.: *Me* mostram, *se* compra, *lhe* trago, etc., são phrases reprovadas, pois devemos collocar as atonas encliticamente, ex.: *Mostram-me* — *Compra-se* — *Trago-lhe*. Seria imitar-se a syntaxe italiana e a hespanhola o emprego da atona procliticamente no principio da proposição: o que seria, pois, um barbarismo na syntaxe vernacula.

b) nunca uma palavra atona póde ser collocada encliticamente no futuro e no condicional, ex.: *terei-me*, *verá-se*, *dirão-lhe*, *contarias-o*.

c) nestes casos a particula atona será collocada mesocliticamente ou procliticamente si poder sel-o, ex.: *ter-me-ei* ou *me terei*; *ver-se-á* ou *elle se verá*, *dir-lhe-ão* ou *elles lhe dirão*, *contal-o-ás* ou *elle o contarás* [*sic*]. O oxytonismo do futuro é a causa da repulsão da atona enclítica.

d) nos imperativos a particula atona colloca-se encliticamente, ex.: *Dize-me*, *Dae-lhe*. No subjunctivo, substituto do imperativo negativo, a particula atona colloca-se procliticamente, ex.: *Não me digas*, *não lhe faleis*, *não vos pertubeis*.

e) no infinitivo pessoal a particula atona colloca-se encliticamente, ex.: *Trazer-lhe*, *encontrares-me*.

• 1922, 8ª ed., Maximino Maciel — *Grammatica Descriptiva* baseada nas doutrinas modernas;

A proclise portanto ocorre:

1º Nas proposições negativas, ex.: «*Não vos esperava tão de salto*» (1). «*Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno*» (2). «*A tua filha nunca te accusara ante o supremo juiz*» (3).

2º Nas proposições subordinadas: a) quer conjuncionaes, seja qual for a sua natureza, ex.: «*Não daes lugar a que vos peça, pois me mandais tudo*»

(4). O Sempiterno nos creou, quando a nossa primeira mãe nos converteu em reprobos» (5).

B) quer proposições pronominaes relativas, ex.: «E puzeram fogo à cidade que se queimou em duas horas» (7). «É elle mesmo quem nos refere circunstanciadamente o deploravel estado» (1).

C) quer proposições indefinitas, pois os conectivos destas são modalidades dos relativos, ex.: «Põe-me onde se use toda a feridade» (5).

Portanto occorre a enclise:

A) Na proposição começada pelo verbo, ex.: «Assusta-me a tormenta e a noite escura» (2).

B) No particípio presente, constituindo proposição reduzida, salvo si precedido da proposição *em*, por arcaísmo ou quando negativo, ex.: «Achando-se Jesus pela segunda vez do outro lado... cresceu grande concurso de povo» (7). «Em se vos deparando alguma dessas múltiplas personagens, imitae o avarento de Molière...» (9).

C) No infinitivo que, não constituindo expressão verbal, tenha funcção syntactica propria e autonoma, ex.: «A França parece agora encaminhar-se para a consolidação» (1).

• 1925, 11^a ed., Maximino Maciel – *Lições Elementares de Lingua Portugueza*;

Proclise — A proclise apaarece nas phrases negativas, nas subordinadas e nos verbos preadverbiados.

Exemplos de proposições negativas: «Não vos esperava tão de salto». «Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno». «A tua filha nunca te accusara ante o supremo juiz».

Exemplos de proposições subordinadas: «Não daes logar a que vos peça, pois me mandais tudo». O Sempiterno nos creou, quando a nossa primeira mãe nos converteu em reprobos».

Mesoclise — A mesoclise apparece nas proposições principaes, nas coordenadas, pricipalmente si começam pelo verbo no futuro , condicional ou tempos compostos, ex.: «Enfim acabar-se-á no Brasil a christandade catholica». Dir-se-ia que Portugal inteiro acordava para o arrependimento».

Enclise — Nunca se começa periodo ou proposição por variação pronominal, taes como: me dizem, lhe trago, o vejo, te espera, etc.

«assusta-me a tormenta e a noite escura». «Faze-te mais a largo e deita as redes».

No futuro, nos condicionaes, nos tempos compostos de participio passado, nunca se usa a enclise.

● 1901, 10^a ed., João Ribeiro – *Grammatica Portugueza* curso superior;

1. Sempre que a oração seja negativa ou subordinada as enclíticas pronominaes passam para antes do verbo: «Pedi que lh'o mostrassem, perguntou cujo era, respondeu o official que era um filho de Sua Senhora que se embarcava para a India.» «Ao falador, calo-me; ao doudo não lhe atalho a furia; ao pobre não lhe devo; ao rico, não lhe peço; ao vão, nem o gabo nem o reprehendo; ao lisongeiro não o creio.»

2. Nunca se dá posposição depois do participio preterito. Ex.: tenho-me aperfeiçoado, e não tenho aperfeiçoado-me.

3. Nunca se dá a posposição nos futuros simples: direi-lhe, amarei-o. Nesses casos há mesoclise ou intercalação: dir-lhe-ei, amal-o-ei.

4. Nunca se começa uma phrase ou membro de phrase com o pronome obliquo: «Me dê», «me faça» etc. são brasileirismos que devem ser evitados. Em vista desta regra, quando a subordinação de uma proposição fica expressa pela proposição principal, dá-se a anteposição das particulas. Notem-se: «Aquillo que amáveis não era o corpo, era a alma; apartou-se o que se não via, ficou o que se não pode ver»

5. Nas phases do gerundio há anteposição; nas de fórma imperfeita, posposição: «Em se levantando.» «Levantando-se.»

● 1903, 13^a ed., João Ribeiro – *Grammatica Portugueza*; curso médio;

Em regra, nunca exceptuada, o pronome complemento antepõe-se ao verbo nas proposições negativas e nas proposições que contêm os relativos que, qual, cujo e a conjunção que. Não se espera. O livro que mês deste. Mandou que te entregasse.

A esta regra, que é a principal, juntem-se as seguintes observações: 1. Nunca se dá a posposição depois do participio preterito. Ex.: tenho-me aperfeiçoado, e não tenho aperfeiçoado-me.

2. Nunca se dá a posposição nos futuros simples: direi-lhe, amarei-o. Nesses casos há mesoclise ou intercalação: dir-lhe-ei, amal-o-ei.

3. Quando a subordinação de uma oração fica expressa pela oração principal, dá-se a anteposição das particulas. Notem-se: Faça-me o favor.
/ Espero que me faça o favor.

• 1907, Eduardo Carlos Pereira – *Grammatica Expositiva* gymnasios;

Judiciosamente observa o eminente professor Said Ali que a collocação dos pronome oblíquos é mais uma questão de ouvido do que de regras syntacticas. E, sendo assim, claro é que a collocação dessas particulas na phrase deve divergir entre escriptores brasileiros e portuguezes, visto ser sensível a differença da phonetica ou prosódia do Brasil e de Portugal. Algumas regras que em seguida damos são extrahidas do uso dos classicos portuguezes, e pouco observadas, em geral, pelos escriptores brasileiros.

1.^a Não se póde começar periodo (§ 369) com pronome obliquo, sendo de rigor a ênclise, si o verbo inicia a phrase. Não são, pois dignos de imitar os seguintes exemplos isolados nos mestres da lingua: «Me avisam em muito secreto que Hespanha tem resolutio romper a guerra com França» (A. V.) — Me mellem se entendo o doutor» (A. H.). Dir-se-ia melhor: «Avisam-me...» — «Mellem-me se entendo o doutor».

4.^a É proclítico ou anteposto o pronome nas phrases negativas, visto que a negativa, sempre anteposta aos verbos, attrae para si o pronome: «Não me digas» -- «Nada o commoveu» — Ninguém a viu» — Não se assimilava ás que parecem querer vingar-se do seu captivo» (A. C.) — «Flores de urze e amoras de silva não se levam ao mercado» (A. C.).

• 1934, 61^a ed., Eduardo Carlos Pereira – *Gramática Expositiva* curso elementar;

9.^a Devem ser PROCLÍTICOS:

1. Nas frases NEGATIVAS: Não me feriu.

2. Nas frases ligadas por CONJUNTIVOS — que, quem, o qual, cujo, quanto, onde, quando, enquanto, se, etc. Exs: Declaro que se foi — Quem vos falou? — Quando se entra na sala, sente-se calor — Não sei se nos viu.

3. Nas frases OPTATIVAS: bons ventos o levem.

4. Com GERÚNDIOS regidos de EM: Tudo, em me vendo chegar, me perguntava por ela.

10.^a Devem ser ENCLÍTICOS:

1. Se o verbo inicia o período, pois não se deve começar período com pronome oblíquo: Parece-me que vai chover.
2. Com particípios PRESENTES ou GERÚNDIO. Ex.: Tudo, vendo-me chegar, me perguntava por ela.

- 1956, 98^a ed., Eduardo Carlos Pereira – *Gramática Expositiva* curso superior;

469. São ENCLÍTICOS:

- 1) Quando o período gramatical se inicial pelo verbo, pois é, em geral vedado começar-se período com pronome oblíquo: Levantou-se para sair, e não — Se levantou para sair.
- 2) Junto aos PARTICÍPIOS PRESENTES e GERÚNDIOS, p. ex.: O polvo, escurecendo-se a si, tira a vista aos outros (A. V.) — O levita, tendo-se levantado o sol, partiu.

470. São PROCLÍTICOS:

- 1) Nas frases NEGATIVAS, visto que a negativa, sempre anteposta aos verbos, atrai para si o pronome. Exemplos: Não me confiei de vós (M. B.) — Nada lhe pode resistir (A. V.) — Ninguém vos vence em amar (M. B.)
- 2) Nas proposições subordinadas ligadas pelos RELATIVOS — que, o qual, quem, cujo, quanto, onde e pelas CONJUNÇÕES DE SUBORDINAÇÃO — que, quando, enquanto, se, porque, para que, segundo, conforme, quer... quer, etc. Exemplos: Amôres menos entendidos das turbas a quem se referiam (A. C.) — ... igreja cujas portas se lhe abriam (M. B.) — Perdoai, se vos ofendi (G.)

- 1932, 7^a ed., Ernesto Carneiro Ribeiro – *Elementos de Grammatica Portugueza*.

Em geral não se costuma começar nenhuma phrase por uma variação pronominal atona. Essa regra, que, aliás é observada, no estylo literario, pelos ciosos do bom dizer e pelo uso tradicional da lingua, soffre não raro formal contradicta no fallar vulgar, onde, graças, talvez, á lei do menor esforço, o povo se vale naturalmente de algumas dessas phrases, que trazem no rosto essas variações obliquas dos pronomes [...] Dir-se-ia aliás muito bem recorrendo á enclise ou á mesoclise, nas proposições principais desses periodos, deste modo: poz-se, retirou-se, dar-lhe-emos, disse-lhes, parece-me.

Nas phrases negativas estando o verbo no modo finito ou definitivo, que encerra o modo indicativo, o condicional, o imperativo e o subjunctivo, é de rigor a proclise: Em casa de ladrão não se falla em furto; nem ainda me vi tão abarbado como então; não se apanham trutas a bragas enxutas; nada lhe devo; nada lhe tenho que agradecer; nenhum homem se viu nunca em tamanhas aperturas; ninguem lhe articulou palavra.

Quando precedem ao verbo no modo definitivo ou finito os adjectivos relativos que, o qual, cujo, quando, recorre-se quasi invariavelmente á proclise, não podendo de nenhum modo infirmar esta regra os raros exemplos que se lhe contrapõe: O homem que se preza deve ter por norma a visrtude; a casa que se alugou é bem espaçosa.

Pelos dados ora expostos, acredita-se que, com a justificativa de ensinar a pronunciar, escrever e falar “corretamente” a língua portuguesa, foram os gramáticos brasileiros, no século XIX, e não os portugueses, os responsáveis pela introdução do capítulo sobre a colocação dos clíticos na tradição gramatical luso-brasileira. Paradoxalmente, contudo, prescreveram as regras que caracterizam a sintaxe dos clíticos no PE, e não no PB, impondo, inclusive estruturas em desuso em Portugal desde o século XVII, como por exemplo, a mesóclise.

3 CLÍTICOS: INTERESSE COMUM, ILAÇÕES ANTAGÔNICAS

INTRODUÇÃO

A sintaxe dos clíticos no português europeu (PE) é um tema instigante, que tem feito parte de muitos trabalhos. Vários pesquisadores envolveram-se em estudos cuja finalidade foi desvendar os aspectos motivadores da variação no posicionamento dos clíticos, se ênclise ou próclise, no decorrer do tempo, uma vez que esse posicionamento não se manteve estático. Muito pelo contrário, segundo Ramsden (1963 *apud* MARTINS, 1994), existiria, na área ibérica, desde época antiga, variação dialetal quanto à colocação dos clíticos. Galves (2003) afirma que até à segunda metade do século XIX se percebe a presença de variação ênclise / próclise nos textos do português europeu. Na atualidade, nos mesmos contextos nos quais houvera tal variação, registra-se apenas a presença de estruturas enclíticas. Entretanto, até agora, após tantas pesquisas e descobertas sobre esse tema, ainda não se obteve um consenso entre os pesquisadores, especialmente para o período do século XVII, estabelecendo-se entre os autores posições antagônicas.

Na história do PE, observam-se dois conjuntos distintos de estruturas para a colocação dos clíticos. Um conjunto no qual a ordem da colocação dos clíticos é fixa, ou seja, tem-se necessariamente ênclise em orações com verbo em posição inicial absoluta [V¹]; bem como se tem próclise necessariamente em orações negativas, orações subordinadas, orações nas quais o sintagma pré-verbal é um quantificador, um advérbio de certa classe, um pronome interrogativo ou um sintagma focalizado. E um outro conjunto no qual a ordem da colocação dos clíticos não é fixa, isto é, pode-se ter, em idênticos contextos, a variação livre entre ênclise / próclise em orações absolutas, principais e coordenadas não alternativas (disjuntivas), desde que não se evidencie a presença de quaisquer dos elementos fixadores da ordem clítica, acima expostos.

Porém, é necessário expor que há algo de novo no reino lusitano. Conforme Mateus *et alii* (2003), verifica-se que as primeiras produções com pronomes

clíticos das crianças portuguesas no século XXI manifestam generalizadamente o padrão enclítico, independentemente das restrições acima expostas:

- a) **não chama-se** nada (M., 20 meses);
- b) é que **não estragou-se** (J. G., 39 meses);
- c) porque [*sic*] é **que foste-me** interromper? (R., 29 meses).

Trata-se de fato previsivelmente normal, levando-se em consideração que tais crianças estão no momento de aquisição de sua língua materna, cujo padrão atual é a ênclise – o que mais se ouve é o que mais se fixa. Desta forma, tal como as crianças brasileiras, que aprendem a tradicional gramática dos clíticos na escola, as crianças portuguesas, quanto ao uso normativo de ênclise / próclise, serão buriladas nas escolas de Portugal. Contudo, a violação dos contextos de ordem fixa dos clíticos, que não se atestou nos séculos anteriores, já se faz presente mesmo entre os jovens do século XXI, produtores de clíticos enclíticos, em contextos que determinavam a próclise categórica:

- a) **porque** não apercebeu-se que ... [12 anos, modo escrito];
- b) correspondem à classe **onde** “só” combinam-se com SN... [estudante universitário, modo escrito];
- c) **Todos** os verbos volitivos e optativos fazem-se anteceder sempre de um SN. [estudante universitário, modo escrito];
- d) **Também** sabe-se que existe uma certa altura da criança... [estudante universitário, modo escrito].

Dos registros mais antigos até ao século XIX, observam-se duas tendências contrárias para a possibilidade de variação na posição dos clíticos:

- do século XIII ao século XVI, há uma evolução da ênclise para a próclise (MARTINS, 1994);
- o século XVI é predominantemente proclítico (LOBO, 1992);
- o século XVII [?] – proclítico ou enclítico, eis a questão;

- a partir do início do século XVIII, a mudança dá-se em direção ao padrão enclítico do português europeu, que se mantém na atualidade (GALVES, 2001).

De acordo com essa sistematização, verifica-se que sobre o século XVII ainda não há concordância entre os autores. Em realidade, até a hipótese de Galves sobre o século XVIII coaduna para a manutenção da incógnita do século XVII quanto à sintaxe dos clíticos.

Dentre os sintaticistas que se debruçam sobre o estudo da sintaxe dos clíticos, Ana Maria Martins e Charlotte Galves têm-se destacado no exame de textos do século XVII. Porém, em alguns momentos, diante dos mesmos textos, os resultados de suas pesquisas produziram conclusões divergentes. O *corpus* a ser analisado nesta dissertação, *Arte de Cozinha*, é datado de 1680, portanto, pertencente ao período em questão, século XVII. Nesse manual de cozinha, primeiro livro impresso do gênero culinário em Portugal, cuja escrita pertence a um escritor fora do cânone literário da época, um cozinheiro imperial, pretende-se analisar a sintaxe dos clíticos, com intuito de contribuir para a classificação do século XVII quanto à sintaxe dos clíticos. Esta é a razão pela qual neste trabalho se deterá especificamente na altercação entre Martins (1994) e Galves (2001/2003). Todavia, sempre que se achar necessário, recorrer-se-á aos demais pesquisadores que puderem contribuir para a elucidação do problema ora apresentado.

Far-se-á, então, uma apresentação contrastiva das hipóteses, dos argumentos e dos exemplos⁵ de cada uma das ditas sintaticistas, a fim de se destrinchar o cerne dessa questão.

⁵ Os exemplos ora apresentados foram extraídos diretamente dos trabalhos de Martins (1994) e de Galves *et alii* (2001/2003).

3.1 A SINTAXE DOS CLÍTICOS: CONTEXTOS DE ORDEM FIXA

Em relação à fixidez da posição dos clíticos, não há divergência entre os pesquisadores quanto às situações que a determinam.

3.1.1 CONTEXTOS DE ORDEM FIXA: ÊNCLISE — SÉCULOS XIII-XVI

Em finais do século XIX, a chamada “lei de Tobler-Mussafia”⁶ resultou da observação da interdição dos pronomes clíticos em primeira posição na frase. Tal observação foi primeiramente atestada no francês e no italiano antigos. Posteriormente, em 1892, Jakob Wackernagel⁷ apresentou um trabalho no qual propugnou que, nas línguas indo-européias, as palavras não acentuadas eram necessariamente enclíticas ao primeiro elemento acentuado da frase. Na seqüência desses estudos, Meyer Lübke (1897), a respeito do galego-português, como resultado da aplicação do que ficou designada como “lei Wackernagel”, explicou a impossibilidade de ocorrência dos pronomes clíticos em posição inicial de frase⁸. Nas línguas românicas antigas, os clíticos eram necessariamente enclíticos e, sempre que possível, eram enclíticos ao primeiro elemento da oração. Quando eram pré-verbais, exigiam cliticizar-se a uma outra palavra precedente, portanto, excluindo a possibilidade de ocorrerem em posição inicial. E, segundo Martins (1994), os autores que se detiveram no estudo do fenômeno da colocação dos pronomes pessoais átonos no galego-português, dos séculos XIII a XV, comprovaram que a ênclise era obrigatória sempre que o verbo ocupasse a posição inicial na frase. No português europeu (PE), desde o período medieval até ao momento atual, verifica-se tal característica. Nos documentos notariais editados por Martins, têm-se, como exemplo dessa norma, as frases:

⁶ Martins (1994:48) — Adolf Tobler, em finais do século XIX (1875, 1889), informou a não ocorrência dos pronomes pessoais átonos, com função de objeto, em posição inicial de frases no francês antigo. [Adolfo Mussafia (1886) atestou semelhante fato no italiano antigo.]

⁷ Martins (1994:48) — Jakob Wackernagel (1892) “Über ein Gesetz der indogermanischen Wortstellung”.

⁸ Martins (1994:48) — Meyer Lübke, no entanto, admite, implicitamente, que em época pós-latina se registre um enfraquecimento da “lei Wackernagel”.

- a) damusli ainda puder de compuer se uir mister e depelar e de fazer outro procuradur (NO, 1273)
- b) damola e outorgamos a uos e a todos uossos sucessores em escambo por outra uya (Lx, 1299)

Por uma questão de abundância de amostragem, os exemplos, até aqui citados, foram extraídos do trabalho de Martins (1994), porém, como já se disse, quanto aos contextos de obrigatoriedade do uso da ênclise e da próclise, não há divergência entre o ponto de vista de Martins e o de Galves, conforme explicitado em Galves (2003:246):

O que chama a atenção na história da colocação de clíticos no português europeu é que, por um lado, os contextos de próclise obrigatória nunca mudaram, e, por outro lado, a ênclise sempre foi obrigatória nos contextos V1. No que diz respeito a esses dois contextos, as regras de colocação têm sido, portanto, notadamente estáveis. Os contextos nos quais a próclise tem sido categórica são: a) orações negativas; b) orações subordinadas; e c) orações nas quais o sintagma pré-verbal é um quantificador de um certo tipo, um operador -qu, um sintagma focalizado, ou um advérbio de uma certa classe.

3.1.2 CONTEXTOS DE ORDEM FIXA: PRÓCLISE — SÉCULOS XIII-XVI

3.1.2.1 ORAÇÕES DEPENDENTES

3.1.2.1.1 FINITAS

As orações subordinadas finitas – substantivas, adjetivas e adverbiais – mantiveram-se sem mudança quanto à posição dos clíticos, no decorrer de todo o tempo. Ou seja, nessa estrutura, os pronomes pessoais átonos sempre ocorreram rigorosamente em posição pré-verbal, mesmo nas substantivas em que houve a ausência lexical de seu complementador. Martins (1994)⁹ não localizou uma única exceção à norma supracitada.

- a) e de utras devidas que mi e uos auemos que **me** nom nẽbram que uos segades teudu pulas fazerdes pagar (NO, 1268)
- b) e que nom Achara quen **lhj** Majs deytase no dicto CasaL (Lx, 1355)

⁹ Cf. Martins (1994:93) – “No *corpus* de documentos notariais, as atestações de orações subordinadas finitas são numerosíssimas e não há exceções relativamente à regra enunciada.”

Quando, em meio a orações subordinadas, apareceu uma ou várias orações a elas ligadas por coordenação, o clítico presente na oração coordenada tanto ocorreu em posição pré-verbal:

- a) E o rrato rrespomdeio que **lhe** prazia e **lh'o** agradecia muyto (LOBO 1991:157)

quanto ocorreu em posição pós-verbal:

- b) diz que hũu lobo furtou hũu bode e leuou-**ho** a hũu gram ssiluido (LOBO 1991:157)

Para Martins, a escolha entre um tipo ou outro de colocação deve ser fruto de uma opção de estilística, inclusive mantida no português contemporâneo.

3.1.2.1.2 GERUNDIVAS

Nas orações subordinadas gerundivas afirmativas, a posição dos clíticos é sempre pós-verbal em todas as épocas¹⁰. Nos documentos não-literários editados por Martins (1994), as ocorrências desse tipo de oração subordinada apresentaram regularidade da colocação pós-verbal do pronome complemento átono:

- a) Polha qual cousa mãdaua a todolhos Meyrios e iustiças do reyno de Portugal. chamãdo **os** como braço segral (NO, 1293)
- b) E logo ffes Joramêto o dito Apariço domingujs Aos santos Auêgelios tangẽdo**os** corporalmeẽte com suas mãos (NO, 1350)

Porém, em orações subordinadas gerundivas negativas, o clítico ocupa a posição pré-verbal, situação compatível com o que se verifica nas orações não-dependentes negativas, isto é, a existência de um operador de negação predicativa é fator preponderante para a colocação pré-verbal dos clíticos sem

¹⁰ Cf. Martins (1994:103) Vários estudiosos têm dado essa mesma informação, tais como Huber (1933:§343), Lawton (1966:14), Ogando (1980:275-6), Dias (1918:§116), Mattos e Silva (1990:854-5).

levar em conta a natureza das suas orações (não-dependentes ou dependentes, indiferente ao caráter finito ou não-finito do verbo):

- a) que El a mandde lauorar e pauygar e tapar asy Como ssas uyzijas nō lo tolendo tẽpo (Lx, 1292)
- b) e nō no ffazẽdo Assy que dj ã deãte cõpra todo e page A ssaluo co custas e desspessas que ssobresto fforẽ ffeitas (Lx, 1366)

Para fechar a descrição do posicionamento dos clíticos em orações subordinadas gerundivas, no século XVI, observa-se que as ditas orações, quando introduzidas pela preposição ‘em’, apresentavam variação livre entre a posição pré-verbal e pós-verbal dos clíticos, comportamento esse diferente da norma gramatical que se verifica no português contemporâneo¹¹:

- a) E, em **lhe** seendo assi fallando, baterom aa porta (Huber 1933:§343 B. d)
- b) E, em dando-**lh’a**, lhe disse (Huber 1933:§343 B. d)

3.1.2.1.3 INFINITIVAS

As orações subordinadas infinitivas apresentam um percurso diferenciado para a posição dos clíticos de acordo com as suas peculiaridades, isto é, introduzidas ou não por preposição.

Tratar-se-á, primeiramente, da questão das subordinadas infinitivas introduzidas por preposição. Três são as preposições amplamente representadas nos documentos estudados por Martins (1994): ‘de’, ‘pera’ e ‘a’. Cada uma dessas preposições determina de forma distinta a colocação dos clíticos no português do século XIII e início do século XIV, porém, a partir da segunda metade do século XIV, o posicionamento dos clíticos fixou-se em pré-verbal para as subordinadas infinitivas introduzidas por quaisquer das citadas preposições.

- Introduzidas por ‘de’ —

¹¹ Cf. Cintra e Cunha (2007:324-5) — É preferida a próclise com o gerúndio regido pela preposição *em*: Em se anuviando, em a não vendo; Em lhe cheirando a homem chulo é com ele.

Em todas as épocas¹², os clíticos ocorreram em posição pré-verbal nas orações subordinadas introduzidas pela preposição ‘de’, quer no infinitivo impessoal quer no infinitivo flexionado:

- a) que nêgũu nõ seya ousado de **lj fazer** mal (NO, 1277)
- b) que uos sseíades poderossa de **nos tolherdes** as ditas Casas (Lx, 1319)

- introduzidas por ‘pera’ —

No período que vai do século XIII ao início do século XIV, nas orações subordinadas infinitivas introduzidas pela preposição ‘pera’, ocorreu a livre variação entre a posição pré e pós-verbal dos clíticos:

- a) E pera jurar ã mha Alma iuramẽto qual o deryto demãdar E pera reãebelo da outra parte se mester for (NO, 1321)
- b) aA qual dou e outorgo comprido poder pera partir o meu auer e pera o vender e dar por mha Alma (Lx, 1383)

Porém, o último registro de posição pós-verbal do clítico em tal situação é de 1341; a partir desse momento, a preposição ‘pera’ passou a determinar a posição pré-verbal do clítico.

- Introduzidas por ‘a’ —

A posição pós-verbal do clítico nas orações subordinadas infinitivas introduzidas pela preposição ‘a’ manteve-se durante todo o século XIII até a primeira metade do século XIV:

- a) E obligome per todos nossos bẽes gáãnhados e por gáãnhar a cõprilas e aguardalas (Lx, 1299)

Todavia, depois de 1343, em todas as ocorrências de orações subordinadas infinitivas introduzidas pela preposição ‘a’, a posição dos clíticos é pré-verbal:

¹² Cf. Martins (1994:109) — Ogando (1980:268), no *corpus* de textos literários que estudou, observa a regularidade da referida colocação, quando o infinitivo tem a função de sujeito: “Nos 51 casos restantes, o infinitivo vai precedido póla preposición *de* [...]: o pronome vai anteposto, e non encontramos ningunha excepción”.

- b) E o dito Rodrige stevẽez obrigou todolos bẽes do dito Moesteiro A lhas deffender e enparar (Lx, 1345)

3.1.3 ORAÇÕES NÃO-DEPENDENTES

3.1.3.1 NEGATIVAS

Os pronomes complemento átonos aparecem categoricamente em posição pré-verbal nas orações compostas por um operador de negação predicativa. Essa condição já foi amplamente comprovada através do estudo de textos dos séculos XIII até ao XVI, por vários pesquisadores¹³, permanecendo no português europeu contemporâneo¹⁴. Martins (1994) verificou a mesma ocorrência nos textos por ela editados¹⁵:

- a) e nõ **lhy** fazer o Moesteiro pela carreira mais dano do que lhy ante f[azia] (NO, 1308)
- b) e queredo que nã posã ne **lhes** seja a ello recebida nehua auçõ (NO. 1514)
- c) e no meo estaa hu lameyro que leuara hu alqueyre e não **se** Laura (NO, 1540)

3.1.3.2 ORAÇÕES EM QUE O VERBO É PRECEDIDO POR QUANTIFICADORES E POR CERTOS ADVÉRBIOS

A presença de um quantificador antecedendo o verbo acarreta a anteposição do clítico. Entretanto, se o quantificador estiver posposto ao verbo, não se verifica esta ocorrência.

- a) Todo **se** compria (MATTOS E SILVA 1989:189)
- b) Contou-**lhes** todo (MATTOS E SILVA 1989:189)

¹³ Lobo (1922), Mattos e Silva (1989), Ogando (1980) etc.

¹⁴ Neste capítulo, já se fez menção às situações que têm fugido à norma no português contemporâneo. Por isso, não mais se mencionarão os ditos contextos para enfatizar a exceção da posição categórica da ênclise ou da próclise.

¹⁵ Martins (1994) trabalhou com *corpus* de documentos não-literários notariais produzidos no Noroeste e na região de Lisboa, por ela editados, bem como com estudos publicados por vários autores, ou, mais raramente, outros documentos ou textos literários, colhidos por ela.

Porém, o quantificador só influenciará na colocação pré-verbal do clítico quando, além de estar à esquerda do verbo, ocupar a posição interna à oração. Sendo assim, uma vez que não ocupe uma posição interna à oração, o constituinte no qual o quantificador se integra ocupa uma posição de adjunto frásico, por isso o dito quantificador não influencia a anteposição do clítico.

Nos exemplos abaixo, verifica-se a anteposição do clítico influenciada por um quantificador interno à oração:

- a) e todos de hũa parte e da outra assy o outorgarom (NO, 1467)
- b) et todas vos temerã (Ogando 1980:258)
- c) Muytos me dizem que... (Ogando 1980:258)

Além dos quantificadores, os advérbios: *agora/ora*; *ainda*; *alilaqui*; *ante(s)* (na acepção de ‘pelo contrário’); *assim*; *bem/mal*; *item* (advérbio latino usado em documentos notariais na acepção de ‘também’); *já*; *logo*; *mais* (na acepção de ‘também’); *outrossim* (advérbio arcaico que caiu em desuso, substituído paulatinamente por ‘também’) e *sempre*, implicam a posição pré-verbal dos clíticos. Martins (1994), entretanto, adverte que os advérbios: *agora/ora*; *ainda*; *alilaqui* e *item*, que, em algumas estruturas, também funcionam como adjuntos frásicos, deste modo não incidindo diretamente sobre o verbo, condicionam o clítico à posição pós-verbal. Como se observa, o fato de o advérbio incidir sobre o verbo ou ter escopo sobre toda a frase é que justificará, respectivamente, a posição pré ou pós-verbal do clítico. Ainda, segundo a autora, nos textos dos séculos XIII e XIV, essencialmente, podem-se identificar os ditos advérbios, uma vez que, a partir do século XV, a colocação pré-verbal dos clíticos em orações não-dependentes se tornou preponderante, independentemente da presença ou não de elementos que os condicionassem. Portanto, no século XVI, já se concretizara esse processo de mudança, em curso no português antigo, resultando em uma sintaxe marcadamente pré-verbal.

Martins (1994) relacionou, como condicionadores da posição pré-verbal do clítico, os seguintes advérbios:

1) ainda —

- a) e ainda por esto se proua que... (OGANDO 1980:253)

b) Ajmda **me** ameaças? (LOBO 1990:5)

2) ante(s) — na acepção de ‘pelo contrário’

a) e quiserom-me dar molher mas eu nom a quis, antes **lhes** rrespondy quando mho diserom e dise (LORENZO 1977)

b) vos nom quer mal, antes **vos** ajudaria (MAGNE 1944)

3) aqui, ali —

a) Ali **me** desbulharon do tabardo e dos panos (OGANDO 1980:254)

b) Aqui **se** começa hũum livro que dizen Dialogo (MATTOS E SILVA 1989:233)

4) assim —

a) E assi **o** fez o poder de Deus (MATTOS E SILVA 1989:845)

b) E asy **o** fez (LOBO 1990:4)

5) bem, mal —

a) ben **sse** vinga per vós en mi (OGANDO 1980:255)

b) mal **vos** quer eu conselhar, mha senhor (OGANDO 1980:255)

6) item — advérbio latino usado freqüentemente em documentos notariais, na acepção de também;

a) Item **lhes** perguntarom quanto valja e podia bem valer toda a erdade (NO, 1414)

b) Item **lhe** fezerom pergunta quanto podia bem valer toda A erdade (NO, 1414)

7) já —

a) já **os** quis Deos de morte guarecer (OGANDO 1980:256)

b) Já ssemelhauyll jmjuria **me** fezeste tu e teu padre (LOBO 1990:4)

8) logo —

a) Caeu con el e logo **lhi** quebrou a perna (MATTOS E SILVA 1989:848)

b) e como o vio, loguo **o** encalçou (LOBO 1990:4)

9) mais — na acepção de ‘também’

a) e mais **vos** rogamos que (MAGNE 1944: s. v. mais)

b) et mays **uos** digo que (LORENZO 1977: s. v. mais)

10) ora, agora —

a) Ora **te** vai (MATTOS E SILVA 1989:258)

- b) Agora **vos** diremos das geerações de Caym (OGANDO 1980:256)
- 11) outrossim — advérbio arcaico que progressivamente caiu em desuso, substituído pelo advérbio ‘também’
- a) E outrossy **os** meteu em posse do Cassal (NO, 1341)
- b) e outrossy Johã ffernãdiz **se** oblligou... (NO, 1288)
- 12) sempre —
- a) As lágrimas... sempre **me** a min son velhas e pera acrecentamento sempre **me** son novas (MATTOS E SILVA 1989:269)
- b) e este meu senhor ssempre **me** mal diz (LOBO 1990:4)

3.1.3.3 CONSTRUÇÕES COM TÓPICOS OU FOCO MARCADOS

No português europeu contemporâneo, existem duas possibilidades de interpretação para um complemento subcategorizado pelo verbo, que lhe seja anteposto. Estando vazia sua posição argumental, o complemento anteposto pode ser um tópico ou foco marcado.

A Topicalização e a Focalização têm o aspecto comum de apresentar entre o complemento verbal anteposto e a categoria vazia propriedades de conectividade referencial, de traços sintáticos, casual e temática. Entretanto, Martins (1994) destaca que, do ponto de vista sintático, elas se distinguem, sendo o tópico marcado um adjunto frásico, portanto externo à frase, enquanto que o foco marcado ocupa uma posição interna à frase.

Nos processos prosódicos de marcação de tópico e foco, segundo Mateus *et alii* (1989), têm-se:

- a) o tópico, ou adjunto frásico, é seguido de pausa à direita (Dele, sabe-
se pouca coisa);
- b) o foco, ou constituinte em posição interna à frase, recebe um acento de intensidade e não é seguido de pausa (Dele **se** sabe pouca coisa).

Do ponto de vista sintático, a marcação do tópico e foco dá-se pela posição dos clíticos, Mateus *et alii* (2003) informam:

- a) o tópico, ou adjunto frásico, provoca a colocação pós-verbal do clítico;
- b) no constituinte em posição interna à frase com estatuto de foco informacional, o padrão de colocação do clítico é pré-verbal.

Entretanto, Martins destaca que, dos cinco processos existentes de tópico marcado¹⁶, a Deslocação à Esquerda Clítica não apresenta um desempenho particular referente à posição dos clíticos, podendo ser tratada como orações em que é possível a variação livre, pois foram localizados, em tais construções, clíticos ora em posição pré-verbal ora em posição pós-verbal.

Nos casos em que um complemento subcategorizado pelo verbo, que surge anteposto, é retomado por um pronome clítico, dá-se o nome de “Deslocação à Esquerda Clítica” (DEC). Conforme Duarte (1987 *apud* MARTINS, 1994), tal construção caracteriza-se pela existência de identidade referencial, conformidade de traços sintáticos e conectividade casual e temática entre o constituinte adjunto à esquerda da frase (tópico) e o pronome clítico interno à frase (comentário).

O pronome átono pode ocupar duas posições distintas quando o complemento inicia a frase ou antecede o verbo. Segundo Ogando (1980), “é de norma” que quando “o pronome repete um complemento já expresso anteriormente”, o clítico será sempre pós-verbal. Em contrapartida, quando a oração é iniciada por um complemento sem que um pronome átono o duplique no interior da oração, o clítico será sempre pré-verbal. Essa observação também foi feita por Ramsden (1963), referindo-se ao castelhano medieval, e por Huber (1933) na sua ‘Gramática do Português Antigo’.

Martins (1994), nos textos dos séculos XIII a XVI, encontrou orações que corroboram as observações feitas por Huber, Ogando e Ramsden:

- a) Esto, Pedro, aprendi-o dũu homem (MATTOS E SILVA 1989:844)
- b) Et todos aqueles que erã presos, mandoos soltar (OGANDO 1980:258)

¹⁶ Cf. Mateus *et alii* (2003: 492) — O português apresenta como construções de tópicos marcados o *Tópico Pendente*, *Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente*, *Deslocação à Esquerda Clítica*, *Topicalização* e *Topicalização Selvagem*.

Entretanto, nesses textos, ela também localizou orações que revelam a colocação pré-verbal dos clíticos em situação de ‘deslocação à esquerda clítica’ livre de um elemento que tornasse a próclise obrigatória, contrariando, assim, a generalização, acima descrita, proposta por Huber, Ogando e Ramsden:

a) As virtudes, que eu perdi com priguça, com santa diligencia elles **as** percalçaram (Pádua 1960:69)

b) A ssanha, injurias, agravos, como se devem desprezar, nosso senhor **o** demonstra (Pádua 1960:69)

Martins (1994), que atestou não ter encontrado exemplos da ordem ‘clítico-verbo’ em contexto de DEC nos documentos dos séculos XIII e XIV por ela editados, observando o aspecto cronológico, informa que os exemplos nos quais se verifica a posição pós-verbal dos clíticos em construção de ‘deslocação à esquerda clítica’ foram extraídos de textos dos séculos XIII a XV, período em que a ênclise era mais freqüente, ao passo que, no mesmo tipo de construção, nos textos a partir do século XV, momento quando a próclise inicia a sua hegemonia em orações não-dependentes “neutras”, a posição do clítico é pré-verbal. Diante de tal constatação, conclui:

As frases em que um constituinte está topicalizado (através de DEC) não parecem assim ter um comportamento particular no que diz respeito à colocação dos clíticos. Nelas, como nas estruturas que estudo em 1.5 [orações em que é possível a variação livre], os clíticos podem preceder ou seguir o verbo, não condicionando o constituinte topicalizado um particular posicionamento do clítico. (MARTINS 1994:38)

Retomando-se a questão da posição do clítico definida mediante construções com tópico e foco marcado, tem-se, então, a necessidade de se precisar se o constituinte anteposto é um adjunto frásico ou se ocupa uma posição interna à frase.

O argumento prosódico, válido para o estudo do português contemporâneo, não pode ser utilizado como critério na análise de textos escritos medievais e clássicos, períodos dos quais o sistema de pontuação não é amplamente conhecido.

Desta forma, Martins (1994) valeu-se do argumento sintático, acima descrito, para definir que, nos textos do português medieval, o complemento anteposto subcategorizado pelo verbo, estando vazia a sua posição argumental, trata-se de construções de ‘Focalização’, pois, em todas as ocorrências pertinentes, a posição do clítico foi pré-verbal:

a) Dalgũas cousas **me** calarei (MATTOS E SILVA 1989:845)

b) E esto **lhi** fazia o prazer (MATTOS E SILVA 1989:845)

Além disso, Martins argumenta que os contextos sintáticos de categorização da colocação pré-verbal dos clíticos — verbo precedido por um operador de negação predicativa; verbo precedido por um quantificador; verbo precedido por certos advérbios; e verbo precedido por sintagma -qu —, no português medieval e clássico, mantiveram-se no português contemporâneo, ou seja, não houve mudança, no decorrer do tempo, em tais contextos. Sendo, então, as orações (a) e (b) acima construções de ‘foco marcado’, como diagnosticado por Martins, mais uma vez, ter-se-á uma construção de obrigatoriedade da posição pré-verbal dos clíticos, mantida desde o português antigo até ao atual. Outro indício utilizado por Martins para defender que o complemento anteposto subcategorizado pelo verbo é uma construção de focalização é a posição do sujeito que, sempre que expresso, ocorreu invertido. A inversão da posição do sujeito é característica da construção de focalização¹⁷, ainda que possa também aparecer em construção de ‘topicalização’

Por outro lado, se essas ditas construções fossem de ‘topicalização’ haveria uma mudança drástica revelada, pois, no português atual, elas obrigam necessariamente o clítico à posição pós-verbal. Ter-se-ia, então, o único avanço do clítico em posição obrigatória pré-verbal para a posição obrigatória pós-verbal na história do português.

Defendendo a construção de ‘focalização’ para o contexto acima exposto, Martins ainda propôs a inexistência da construção de ‘topicalização’ no português medieval. Apoiou-se, para isso, no fato da construção de ‘topicalização’, com as

¹⁷ Cf. Mateus *et alii* (1989) — Uma das estratégias de marcação de foco é o movimento do constituinte focalizado para a posição final da frase, por inversão do sujeito (Telefonaram *os teus amigos*).

mesmas características que tem no inglês e no português moderno, não existir nas demais línguas românicas, como o galego, o espanhol e o italiano; o que essas ditas línguas chamam de ‘topicalização, em realidade, corresponde à construção de ‘focalização’.

Martins (1994) levanta outra possibilidade de focalização, além dos complementos antepostos subcategorizados pelo verbo, que é a focalização de sujeito em expressões do tipo (71) e (72) abaixo (com suas respectivas paráfrases):

(71) El Rey **o** mandou (Lx, 1298) — (foi) El Rey (que) o mandou

(72) Eu Ayras monit **a** fit (Lx, 1290) — (fui) eu Ayras monit (que) a fit

recorrentes nos documentos notariais para identificar quem os mandara fazer. A estratégia para explicar tais expressões como focos marcados é a constatação da ocorrência do clítico em posição pré-verbal, em todas as épocas e em todos os documentos¹⁸; diferente da ocorrência de variação da posição dos clíticos constatada em orações simples afirmativas, não afetadas por quantificadores ou por certos advérbios, no português medieval e clássico, com predominância da ênclise durante os séculos XIII e XIV. Ainda, dentro da construção de foco marcado, aponta o SP adverbial na fórmula notarial, com regularidade do clítico em posição pré-verbal, consolidada pelas expressões do tipo:

(74) E nos dom Stevam eanes Abbade e cõuento suso dito que este prazo mandamos fazer cũ nossas maaos proprias¹⁹ **o** reuoramos (NO, 1278)

¹⁸ Cf. Martins (1994:47) — “Por que é então invariante a anteposição do clítico em expressões como (71) – (72)? Certamente porque apresentam uma ordem marcada, como resultado de uma estratégia de marcação de foco.”

¹⁹ Cf. Mateus *et alii* (1989:234) — Uma das estratégias que o português dispõe para a marcação de foco é a utilização de marcadores especiais, tais como *até, o próprio, mesmo*, que têm por escopo o foco de informação.

3.1.4 INTERPOLAÇÃO

Designa-se por interpolação o fenômeno da não adjacência do clítico ao verbo, aparecendo entre eles qualquer elemento que pudesse ocupar na oração a posição pré-verbal, conforme descrição de Martins (1994:182-3):

[...] exceptuados os elementos que precedem o clítico em estruturas com interpolação [isto é, conjunção ou pronome relativo, nas orações dependentes finitas; preposição, nas orações dependentes não-finitas; advérbio, quantificador ou sintagma focalizado, nas orações não-dependentes], qualquer constituinte que, no português medieval e clássico, pudesse ocupar na oração uma posição pré-verbal podia ocorrer interpolado entre o clítico e o verbo. Se alguns dos constituintes interpoláveis ocorrem mais frequentemente entre o clítico e o verbo do que outros, isso deve-se apenas ao facto de serem necessariamente (no caso do operador de negação predicativa), normalmente (no caso do sujeito) ou frequentemente (no caso dos oblíquos adverbiais e preposicionais) pré-verbais.

Era, então, a interpolação característica comum nos textos do português medieval e clássico, sendo freqüente o seu uso com o advérbio de negação ‘não’, com o sujeito pronominal ou nominal, com um sintagma preposicional ou adverbial. De acordo com Martins (1994), dentre os elementos citados, o advérbio ‘não’ é o constituinte mais contumaz entre o clítico e o verbo no português medieval e clássico, além de ser o único cuja interpolação continuou a ser possível na língua literária do português europeu contemporâneo²⁰.

- a) que **me** nom nẽbram (NO, 1268)
- b) quando **uos** ora fez merçee (NO, 1342)
- c) asi como **a** atá áqui derõ (NO, 1295)
- d) e como **lhe** per elle dito J[uliz] fora Mãdado (NO, 1370)
- e) Isto que **lles** eu mãdo (NO, 1275)

A partir do século XVI, a interpolação caiu em desuso e, no século XVII, tornou-se raro o seu aparecimento com constituintes distintos do advérbio de

²⁰ Cf. Mateus *et alii* (2003:866) — “Outro traço que sobrevive no português europeu padrão moderno como resíduo de uma gramática antiga é a possibilidade de ocorrência do operador de negação frásica *não* entre um pronome proclítico e o hospedeiro verbal. [...] Este fenômeno, denominado **interpolação**, era generalizado no português antigo e clássico, podendo interpor-se entre a forma clítica e a forma verbal uma grande variedade de constituintes.”

negação ‘não’. Entretanto, em comunidades rurais de Portugal, ainda é possível verificar o uso da interpolação no português contemporâneo. Em um outro trabalho, Martins (2003)²¹ informa o uso da interpolação, na época atual, em variadas comunidades de Portugal:

A possibilidade de um pronome pessoal átono pré-verbal ocorrer na frase separado do verbo é um traço do português medieval conservado dos dialectos portugueses de Norte a Sul do país, tendo contudo deixado de ser parte da variedade padrão.

Era o que eu queria era que me eu desandasse. (Perafita, Trás-os-Montes);

Eu não sei como se isso chamava. (Alpalhão, Alto Alentejo);

É quando eles firmam o cu no chão que já se não são capazes de levantar. (Serpa, Baixo Alentejo)

3.2 CONTEXTOS DE ORDEM VARIÁVEL – SÉCULOS XIII-XVI

Excetuando, pois, os ditos contextos de fixação da posição dos clíticos em pré ou pós-verbal, acima sintetizados, havia variação livre na colocação dos clíticos nos contextos denominado por Martins (1994) de orações não-dependentes ‘neutras’, tanto nos documentos notariais, quanto nos textos literários.

Entretanto, ao contrário dos contextos de ordem fixa dos clíticos, que se mantiveram estáveis ao longo do tempo, na situação de variação, Martins (1994:55-6) destaca logo uma mudança em curso:

A par desta possibilidade de oscilação entre anteposição e posposição dos clíticos, que existe durante toda a época medieval (e também, embora com uma frequência muito mais baixa, no português clássico), observa-se, todavia, uma mudança em curso: a posposição dos clíticos, largamente dominante (em termos quantitativos) durante o século XIII, vai ser progressivamente substituída pela anteposição, maioritária no século XV e quase exclusiva no século XVI. Quer isso dizer que a mudança em causa esboça-se já no século XIV, e consolida-se nos séculos XV e XVI.

Desta forma, observa-se que, embora houvesse a variação entre a posição pré e pós-verbal dos clíticos nas orações não-dependentes ‘neutras’, também havia uma preferência pela colocação pós-verbal nos séculos XIII e XIV, porém, ainda

²¹ Martins, Ana Maria (2003). "Variação e Mudança no Português" *A Língua Portuguesa: Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais - 2002*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais & Instituto de Estudos Sociais, p. 29-44.

no século XIV, tal preferência começa a ser mudada para o favoritismo da posição pré-verbal, que se torna majoritária no século XV e quase categórica no século XVI.

Na tabela abaixo, observa-se, de forma percentualizada, a progressão da anteposição dos clíticos em detrimento de sua posposição nas orações não-dependentes ‘neutras, em documentos notariais, século a século:

séculos	XIII	XIV	XV	XVI
próclise percentual	3/45 6,7%	23/85 27%	54/64 84,4%	61/61 100%
ênclise percentual	42/45 93,3%	62/85 63%	10/64 15,6%	0/61 0%

Tabela 1: adaptada de Martins (1994:56)

Conforme se pode ver, o período de maior alteração percentual, com o decréscimo da preferência da ênclise em 47,40%, e com a elevação do favoritismo da próclise em 57,40% acontece no decorrer do século XIV para o século XV. Nos documentos não-literários, Martins não encontrou a ocorrência de ênclise em orações não-dependentes ‘neutras’ no século XVI, todavia, segundo a autora, isto não significa que se tenha perdido a possibilidade de variação entre a posição pré e pós-verbal dos clíticos nesse contexto e período. Martins (1994:58) afirma:

[...] no *corpus* de documentos não literários que edito, há 0% de ocorrências de ênclise em orações não-dependentes “neutras” no século XVI. Não deverá, no entanto, concluir-se que a próclise se generalizou no século XVI, no contexto relevante, tendo-se assim perdido a possibilidade de oscilação entre a anteposição e posposição dos clíticos.

Martins ainda observou que, no decorrer dos séculos XIV e XV, período de maior oscilação entre a posição pré e pós-verbal dos clíticos, há coincidência entre a posição preferida para o clítico e o preenchimento ou não do sujeito. Assim, em orações com sujeito lexical pré-verbal, a preferência da posição dos clíticos também é pré-verbal. Ao contrário, em orações com sujeito vazio, a posição

preferida para o clítico é pós-verbal. Separando, dentre as orações com sujeito lexicalmente expresso, as orações com sujeito pré-verbal das orações com sujeito invertido, a autora constatou que, nas orações cujo sujeito está invertido, majoritariamente, o clítico ocorre em posição pós-verbal. Tal coincidência entre a posição e o preenchimento do sujeito e a posição preferida para o clítico a fez concluir que, no século XIV, a existência de um sujeito lexicalmente preenchido em posição pré-verbal é um fator favorecedor da anteposição dos clíticos. No século XV, a posição pré-verbal dos clíticos é amplamente preferida à pós-verbal, que, entretanto, continua existindo, porém, nos documentos notariais, a dita posposição está reduzida a frases com sujeito vazio ou com sujeito lexical invertido. Em resumo, quando o sujeito é uma categoria vazia — “e Obrigome per todos meus bões Moïs e Rays gañnhados e por gañnar A ffazer a uos eestes Quatro anos prymeiros seguintes a parede” (Lx, 1293) — , o complemento clítico do verbo ‘obrigar’ é regularmente pós-verbal até ao final do século XIV, tornando-se pré-verbal, regularmente, nos séculos XV e XVI, contudo, quando o sujeito é uma categoria lexical, a passagem da posposição do clíticos para a sua anteposição acontece no início do século XIV:

- a) E prometemos**nos** e obligamos**nos**... (NO, 1273)
- b) E obrigome... (Lx, 1381)
- c) e nom lhe pagamdo Como dito he **se** obrygam... (Lx, 1544)
- d) E prometeo e **se** obrigou... (Lx, 1548)
- e) E eu Tareya perez e eu Aldonça migeez **nos** obrigamos... (Lx, 1319)
- f) E eu Beeyta rreynel **me** obrigo... (Lx, 1319)

Os exemplos abaixo, extraídos do *corpus* de documentos não-literários, editados por Martins, dispostos cronologicamente dos séculos XIII a XVI, na ordem ênclise / próclise em orações não-dependentes ‘neutras’, fazem menção ao percurso da mudança sintática em questão.

• SÉCULO XIII

ênclise: puno ï mau de Marti Gil meu senur e roguly e pregulu quantu mães posso que ma ffaza cõprir. (NO, 1268)

próclise: e sse hy algúú directo auya ou entendia a auer que o renũciaua todo ao dito mosteyro. e que sse saysse do dito logar atẽ santa maria de Agosto esta primeyra que uẽ e o dito Steuã díaz **u** octorgou e quitousse ao dito mosteyro da demãda que fazia contra a dona (NO, 1277)

• SÉCULO XIV

ênclise: E entõ pedio o procurador de vilharão vogado e derõ**lho** (NO, 1310)

próclise: e el **sse** queissara por santo tisso e demãdara e deffendera como procurador (NO, 1310)

• SÉCULO XV

ênclise: e foy**lhe** Requerido per a clerizia do arcebispado que procedesse contra os sobredictos (NO, 1402)

próclise: E **lhe** deffendeu que nõ acodise a outrem cõ elle saluo a elle dito prioll (NO, 1437)

• SÉCULO XVI

ênclise: Não há exemplo de ênclise em orações não-dependentes ‘neutras’.

próclise: E porquanto fui certo (...) que o dicto prazo he feito em proueito do dicto mosteiro **ho** confirmo e **lhe** dou minha autoridade ordinária Com Interposicam de degredo (NO, 1505)

Lobo (1996:113-4), através de estudo contrastivo entre a sintaxe dos clíticos na “Carta de Pero Vaz de Caminha”²² sobre a terra recém-descoberta, Brasil, e conjunto de “Cartas da Corte do Rei D. João III”, situadas entre os anos de 1524 e

²² Lobo (1996:87) Considera a “Carta de Pero Vaz de Caminha” sobre o «achamento» do Brasil um documento privilegiado para o estudo da história da língua portuguesa, por ser datado (1500), autógrafo, classificável estilisticamente (narrativa em registro culto) e ainda quanto à variação diatópica (dialecto do Norte de Portugal).

1562²³, corrobora a análise de Martins (1994) no que diz respeito ao século XVI como sendo o período de consolidação da mudança da posição dos clíticos de pós-verbal para pré-verbal. Nesse trabalho, conclui que:

a) As **mudanças** que se observam entre a sintaxe dos clíticos na **Carta de Caminha** e a sintaxe dos clíticos nas **Cartas da Corte do Rei D. João III** ocorreram **apenas no âmbito das orações não-dependentes**; no quadro das orações dependentes, a situação é a mesma em ambos os *corpora*:

b) Na esfera das **orações não-dependentes**, as diferenças atestadas entre um e outro *corpus* apontam em uma única direção, ou seja, a de um progressivo caminhar no sentido do **favorecimento da colocação pré-verbal do clítico na frase**. Não há, assim, um contexto sequer em que a colocação fosse pré-verbal / preferencialmente pré-verbal e tenha passado a pós-verbal / preferencialmente pós-verbal. [...]

É, portanto, no século XVI que vamos encontrar o momento em que, após a longa ocorrência entre as variantes pré e pós-verbal de colocação do clítico na frase, a colocação pré-verbal vem a estabelecer-se no sistema. Considerando ser esta mudança uma das possíveis linhas divisórias entre o português antigo e o português clássico, verifica-se, a partir do contraste entre os *corpora* acima, que não é em Caminha ou na passagem do século XV ao XVI, que tal mudança ocorre. Assim, pode-se situar Caminha, no que tange à ordem dos clíticos, como um dos últimos representantes de uma sintaxe que chamaria ainda de «medieval».

As orações coordenadas disjuntivas não são tratadas por Martins (1994:91) como orações não-dependentes ‘neutras’, conforme justifica:

Neste tipo de estruturas disjuntivas, os membros coordenados são interdependentes, diferentemente do que acontece nos restantes tipos de estruturas coordenativas. A relação existente entre as orações ligadas disjuntivamente é quase de dependência subordinativa.

No português atual, nas orações coordenadas disjuntivas, a próclise é obrigatória. Porém, nos poucos exemplos que Martins (1994) conseguiu, a variação entre a anteposição e a posposição do clítico foi verificada em estruturas disjuntivas nas quais o ‘ou’ introduziu apenas o segundo elemento:

a) E se me vires mentir... / estaa tu dissimulado / ou sayte pera fora a rir
(Said Ali 1908: §132)

b) Falay vos passinho ouuis ou vos tornay pera fora (Said Ali 1908: §132)

²³ O estudo das “Cartas da Corte do rei D. João III”, escritas no período datado de 1524 a 1562, é parte integrante de: LOBO, Tânia. (1992). *A colocação dos clíticos em português*: duas sincronias em confronto. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Entretanto, quando em orações disjuntivas nas quais ‘ou’ ou ‘quer’ introduziram ambos os elementos da alternativa, verificou-se, apenas, o clítico em posição pré-verbal:

- a) quer **me** queyrades, senhor, bem, quer mal (Ogando 1980:262)
- b) Ou **te** tornaste guinee ou ho barco das enguias (Said Ali 1908: §131)

Dois únicos exemplos desse tipo foram localizados, mesmo assim, Martins (1994:91) defende que, nesse tipo de estrutura, a posição do clítico seja sempre pré-verbal por conta do que se verifica no português contemporâneo:

O que me leva a admitir que esta fosse a posição dos clíticos neste tipo de construção é a comparação com o português atual. [...], em todos os casos em que a próclise é obrigatória no português atual, o clítico também se antepunha necessariamente ao verbo no português medieval e clássico. Ora no português actual a próclise é obrigatória com quer... quer e, segundo Cunha e Cintra (1984:314), preferencial com ou... ou.

3.3 A SINTAXE DOS CLÍTICOS DEPOIS DO SÉCULO XVI: VERSÃO MARTINS

Nos tópicos antecedentes, descreveu-se a história dos clíticos no português medieval e clássico. Como já se disse, os contextos determinantes da fixação da posição dos clíticos em pré ou pós-verbal, via de regra, mantiveram-se inalterados do português antigo ao português contemporâneo. Assim, no português europeu atual, nas frases com verbo em posição inicial absoluta, a ênclise continua a ser a posição categórica. E, nas orações dependentes finitas, a fixa posição pré-verbal dos clíticos também se mantém, mas a interpolação, que permitia todo tipo de constituinte entre o clítico e o verbo, passou a restringir-se ao advérbio de negação *não*; afora esse advérbio, o clítico sempre é adjacente ao verbo²⁴. Porém, as diferenças mais marcantes na sintaxe dos clíticos entre o português antigo e o contemporâneo estão no âmbito das orações não-dependentes ‘neutras’, nas quais os clíticos podiam variar entre as posições pré ou pós-verbal e passaram necessariamente à posição pós-verbal no português europeu atual.

A precisão do momento quando se deu a passagem da preferência pela posição pré-verbal dos clíticos, característica do século XVI, para a opção categórica pela ênclise no português europeu moderno é a questão que tem causado o principal embate entre Martins e Galves. Para Martins (1994), Vieira é, no século XVII, o representante que marca o abandono da colocação preferencialmente proclítica nas orações não-dependentes ‘neutras’, e manifesta o uso da ênclise em tais contextos. Enquanto que, para Galves *et alii* (2005), tal mudança só teria ocorrido a partir de Matias Aires, em 1705, portanto, início do século XVIII.

Martins (1994) observou contrastivamente textos de autores dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, a fim de colher dados referentes à colocação dos clíticos em orações não-dependentes ‘neutras’, bem como dados referentes à interpolação do advérbio de negação *não* e/ou de outros constituintes entre o clítico e o verbo, em cada um dos textos:

²⁴ Chama-se a atenção ao trabalho de Martins (2003), que aponta a persistência do uso de interpolação no momento atual do PE, aspecto já mencionado na pág. 54.

Autores / período	próclise	ênclise	interpolação de:	
			<i>não</i>	outros
Afonso de Albuquerque (1462?-1515)	73,5% (119)	26,5% (43)	sim	sim
Damião de Góis (1502-1574)	97,1% (130)	2,9 (4)	sim	sim
Fernão Mendes Pinto (1510?-1583)	98,1% (102)	1,9% (2)	sim	sim
Diogo do Couto (1542-1616)	72,5% (74)	27,5% (28)	sim	sim
Francisco Manuel de Mello (1608-1666)	92,3% (36)	7,7% (3)	sim	sim
António Vieira (1608-1697)	31,6% (117)	68,4% (248)	sim	não
Luís António Verney (1713-1792)	27,3% (18)	72,7% (48)	sim	não
Almeida Garrett (1799-1854)	19,3% (11)	80,7% (46)	sim	não
Oliveira Martins (1845-1894)	2,4% (2)	97,6% (80)	sim	não

Tabela 2: Cf. Martins (1994:273)

De acordo com a tabela acima, os dados referentes ao século XVI comprovam a sua caracterização como predominantemente proclítico. Em relação ao século XVII, Martins atesta que duas importantes mudanças sintáticas são marcadas, pois, a partir dos textos de Vieira, não se verifica a interpolação de outros constituintes distintos do advérbio de negação *não*, e verifica-se, ainda, a supremacia da ênclise (68,4%) sobre a próclise (31,6%).

Diante da recolha de dados que fez, a referida autora defende que Vieira já apresenta uma gramática nova em seus *Sermões*, enquanto Francisco Manuel de Mello, sendo também do século XVII, continua apresentando uma gramática que não se diferencia da gramática dos autores do século anterior. Depois de Vieira, os autores dos séculos sucessores continuam a preferir a ênclise, caindo

gradualmente a próclise, até aos 2% registrados em Oliveira Martins, pertencente ao século XIX.

Tendo em vista a mudança que ocorreu do século XIII para o século XVI, quando a próclise progressivamente se torna a posição favorita, Martins (1994:275) observa que:

Não há gradualidade na passagem dos 70%-100% de actualização de próclise (dos séculos XVI-XVII) para os 30% (do século XVII). Trata-se de uma mudança radical revelada na gramática de alguns falantes, enquanto outros, na mesma época apresentam uma gramática indistinta da dos falantes do século XVI.

Outro fator que Martins aponta como um indicativo da mudança da sintaxe dos clíticos é a perda da possibilidade de interpolação de quaisquer constituintes entre o clítico e o verbo, pois, a partir do século XVII, só o advérbio de negação *não* permanece separando o clítico do verbo. O surgimento de preferência pela ênclise e a perda da interpolação generalizada acontecem simultaneamente. Assim, nas cartas de Francisco Manuel de Mello, que, segundo Martins, é detentor de uma gramática conservadora, tanto a próclise é dominante, quanto ainda ocorre a interpolação generalizada. Por outro lado, Vieira, seu contemporâneo, já apresenta uma gramática inovadora, preferindo a ênclise à próclise e, no que se refere à interpolação, só o advérbio de negação *não* aparece. Tais ocorrências aproximam a gramática de Vieira à gramática do português europeu contemporâneo (MARTINS 1994:277):

Concluo assim que a colocação dos clíticos característica do português actual nasce da mudança gramatical ocorrida no século XVII, de que os textos de Vieira dão testemunho.

3.4 A SINTAXE DOS CLÍTICOS: VERSÃO GALVES

Charlotte Galves concorda com as informações acima fornecidas; o seu ponto de discordância é a hipótese, defendida por Martins, de que, no século XVII, Vieira já seria um representante da nova gramática dos clíticos, que deixou de ter como norma a próclise do século XVI, fixando a ênclise como padrão nas orações não-dependentes ‘neutras’. vigente no português europeu contemporâneo,:

O ponto interessante é que a proporção de ênclise e próclise nos contextos de variação também varia muito nos textos. Martins (1994) apresenta um estudo detalhado dessa variação em textos não literários do século XII ao século XVI. Galves, Brito e Paixão de Souza (2001) estudam a mesma variação em textos literários do século XVII ao século XIX (ver, também Torres Moraes (1995) para os séculos XVIII e XX). Tomados juntos, esses estudos mostram duas tendências opostas ao longo do tempo. Do início dos documentos atestados até o século XVI, observa-se uma evolução da ênclise para a próclise. O século XVI é predominantemente proclítico (ver também Lobo 1992). A partir do início do século XVIII, vemos uma clara evolução em direção do padrão enclítico do PE. O século XVII é mais difícil de interpretar, dada a grande variação entre os autores. Um exemplo disso é Vieira, já que a alta proporção de ênclise nos *Sermões* levou Martins a afirmar que ele era representativo da mudança da gramática proclítica do século XVI para a gramática moderna. Mas a maior parte dos seus contemporâneos, e ele mesmo na sua correspondência, são tão proclíticos quanto os autores do século XVI. Galves (2003:247)

Contrária à conclusão de Martins, Galves (1995; 1998), que tomou como base os trabalhos de Salvi (1990) e de Torres Moraes (1995) sobre a posição dos clíticos, em autores dos séculos XVIII e XIX, propôs uma diferente periodização para essa mudança sintática no PE, afirmando, primeiramente, que tal mudança gramatical se iniciou apenas no final do século XVIII. Fornecendo argumentos a Galves, existe outro trabalho, elaborado por Brito (1999), que, investigando o padrão da posição dos clíticos nas cartas de Vieira, achou uma expressiva predominância da próclise, em torno de (81%), nos contextos em que a variação entre ênclise / próclise era possível. Esse estudo revelou uma enorme distinção na sintaxe dos clíticos não só entre Vieira e Francisco Manuel de Melo, como também entre as *cartas* e os *Sermões* do próprio Vieira. Então, ciente da diferença na sintaxe dos clíticos no mesmo autor que serve de bastião à defesa de

Martins, Galves — juntamente com Brito e Paixão — GBPS (2001)²⁵ — examinou vinte textos de escritores do período compreendido entre os anos de 1542-1836, levantando dados que dão suporte à hipótese de que a mudança na posição dos clíticos ocorreu mais tarde do que afirmou Martins (1994), porém, mais cedo do que defendera a própria Galves (1995; 1998). A mudança na primeira datação feita por Galves (1995; 1998) deveu-se, sobretudo, ao fato de essas autoras adotarem a teoria de Kroch (1994) de que: “quando duas formas competem ao longo do tempo, a mudança gramatical deve estar localizada no início desse processo, e não no final”.

De acordo com os dados levantados, Galves *et alii* (2001/2003) afirmam que os *Sermões* de Vieira representam uma gramática precedente à gramática do Português Moderno, que, seguindo a tradição, é denominada de Português Clássico (PC), portanto, a sintaxe dos clíticos, nessa obra, seria regular e relacionada ao estilo contrastivo do barroco. Essa é a razão alegada pelas autoras para declarar que os *Sermões* de Vieira, mesmo possuindo um alto índice de ênclise, não podem servir como argumento que justifique a mudança gramatical no início do século XVII.

Galves propugna que, para se estabelecer com precisão o momento em que ocorre a mudança gramatical no PE, se tem de considerar tanto a diminuição da frequência da próclise, como quando a ênclise deixa de ser exclusividade de estruturas derivadas de V1 mais o sintagma pré-verbal externo. Partindo desse ponto, a variação entre ênclise e próclise cessa, e passa a ter-se uma gramática única, quando apenas é produzida, como padrão da nova gramática, a ênclise, e a ocorrência da próclise, observada nos textos, é resultado da competição entre as gramáticas. Analisando os textos sob esse aspecto, Galves *et alii* (2001/2003) defendem que os autores do início do século XVIII representam a primeira geração de falantes do moderno PE. Assim, escolheram para sua base de dados vinte textos, integrantes do projeto “*Corpus* histórico do português Tycho Brahe”, de autores nascidos entre os séculos XVI e XIX, conforme quadro abaixo:

²⁵ O trabalho: *The change in clitic placement from classical to modern european portuguese: results from The Tycho Brahe Corpus* só foi publicado em 2005, porém, sua elaboração deu-se em 2001 por Charlotte Galves, Helena Britto e Maria Clara Paixão de Sousa (Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP).

SÉCULO XVI	SÉCULO XVII	SÉCULO XVIII	SÉCULO XIX
Diogo do Couto (1542-1606) – <i>Décadas</i>	Padre Manuel da Costa (1601-1667) – <i>A arte de furto</i>	Matias Aires (1705-1763) – <i>Reflexões sobre a vaidade dos homens</i>	Ramalho Ortigão (1836-1915) – <i>Cartas a Emília</i>
Luis de Sousa (1556-1632) – <i>A vida de Frei Bertolameu dos Mártires</i>	Padre Antônio Vieira (1608-1697) – <i>Cartas</i>	Luis Antônio Verney (1713-1792) – <i>Verdadeiro método de estudar</i>	
Francisco Rodrigues Lobo (1579-1621) – <i>Cartas na aldeia e noites de inverno</i>	Padre Antônio Vieira (1608-1697) – <i>Sermões</i>	Antônio da Costa (1714-?) – <i>Cartas do Abade Antônio da Costa</i>	
	Francisco Manuel de Mello (1608-1666) – <i>Cartas familiares</i>	Correia Garção (1724-1772) – <i>Dissertações</i>	
	Frei Francisco das Chagas (1631-1682) – <i>Cartas espirituais</i>	Marquesa de Alorna (1750-1839) – <i>Cartas</i>	
	Manuel Bernardes (1644-1710) – <i>Nova Floresta</i>	Almeida Garrett (1799-1854) – <i>Viagens na minha terra</i>	
	José Cunha Brochado (1651-1735) – <i>Cartas</i>		
	Maria do Céu (1658-1753) – <i>Rellação da Vida e Morte da Serva de Deos a Venerável Madre Elenna da Cruz</i>		
	André de Barraros (1675-1754) – <i>A vida do Padre Antônio Vieira</i>		
	Alexandre Gusmão (1695-?) – <i>Cartas</i>		

Tabela 3

A metodologia utilizada para o exame desses textos foi a seleção de 5.369 orações afirmativas matrizes, núcleo do interesse de Galves *et alii*. As ditas orações afirmativas matrizes foram divididas em dois grupos distintos, de acordo com modelo de variação estabelecido pelas autoras, denominados de contexto de VARIAÇÃO 1 e contexto de VARIAÇÃO 2.

Selecionaram 2.533 itens como contexto de VARIACÃO 1, formado por orações principais finitas afirmativas em que o par verbo-clítico estivesse precedido por: a) um sujeito referencial não focalizado; b) um advérbio que não estivesse no limite de um VP-advérbio; c) sintagmas preposicionais que não os argumentos fronteados. Conforme os exemplos abaixo:

- Sujeito-verbo:

- a) Eu *corro-me* de dizer o que padeço (Melo, 1608)
- b) Esta fortuna *pesa-me* já muito. (Melo, 1608)
- c) Ele *me disse* que pasmava como lhe abastava o que tinha (Souza, 1554)
- d) Ruy Lopes de Villa-Lobos *o recebo* com muita honra (Couto, 1542)

- Advérbio-verbo:

- a) Depois *sucedeo-lhe* o Mirão, seu sobrinho ... (Couto, 1542)
- b) Agora *quero-lhe* dizer algumas cousas das que Vossa Mercê desejará saber a meu parecer (A. Costa, 1714)
- c) Hoje *me parto*. (A. Chagas, 1631)
- d) Sábado passado *vos mandei* um papel de engaços (Melo, 1608)

- Sintagma preposicional-verbo:

- a) Em troca disso, ofereço-*lhe* da parte da Inglaterra defesa de todas as suas colônias e ... (Alorna, 1750)
- b) A respeito de Prado diz-*me* Queiroz: “Não sei se Você já o viu depois de casado”. (Ortigão, 1836)
- c) Com este aviso *lhe* foi juntamente infundida a notícia dos excessos que entre estas duas súbditas suas passavam. (Bernardes, 1644)
- d) Para os críticos *me* deu Nosso Senhor excelente coração, porque sempre vou ganhar com eles ... (Melo, 1608)

Dessa seleção, foram excluídos os contextos de próclise e de ênclise categórica.

E selecionaram 1.860 itens como contexto de VARIAÇÃO II, formado por:
a) frases com V1 em orações coordenadas (953 itens); b) frases com verbo precedido por orações dependentes (907 itens). De acordo com os exemplos abaixo:

- Verbo inicial + coordenada:

- a) Achou-os ditosamente, falou-lhes, e rendeu-os a largarem aquela bela vida brutal, e virem a ser filhos da Igreja, e vassallos do Império Português. (A. Barros, 1675)
- b) Durando as persuasões do padre, chegou preparada uma mezinha, e **lhe** pediram se retirasse. (Bernardes, 1644)

- Verbo precedido por orações dependentes:

- c) Para os começar a render, animou-os com donativos, língua a todas as Nações não menos inteligível, que grata. (A. Barros, 1675)
- d) Vendo-o um Cónego no adro daquela antiga Sé **lhe disse**: De quem sois meu menino? (A. Barros, 1675)

CONTEXTO DE 'VARIACÃO 1':

Da análise dos textos que apresentaram contexto de 'VARIACÃO 1', as autoras produziram a tabela seguinte:

	Couto	Sousa	Lobo	Costa	Melo	Vieira Let.	Vieira Ser.	Chagas	Bernardes	Brochado	Céu	Barros	Gusmão	Aires	Costa	Verney	Garção	Alorna	Garrett	Ortigão	TOT
birthdate	1548	1556	1579	1601	1608	1608	1608	1631	1644	1651	1658	1675	1695	1705	1713	1714	1724	1750	1799	1836	TOT
S-V																					
enclisis	14	02	03	15	05	00	31	04	09	04	03	02	00	63	50	16	07	38	75	79	420
proclisis	85	38	44	33	59	67	26	40	63	56	25	24	32	114	27	08	17	36	13	06	813
	99	40	47	48	64	67	57	44	72	60	28	26	32	177	77	24	24	74	88	85	1233
% E	0,14	0,05	0,06	0,31	0,08	0,00	0,54	0,09	0,13	0,07	0,11	0,08	0,00	0,36	0,65	0,67	0,29	0,51	0,85	0,93	
ADV-V																					
enclisis	05	04	00	00	00	02	02	02	01	00	00	00	00	06	17	02	00	06	07	13	67
proclisis	22	12	10	04	19	15	08	14	15	13	09	37	09	42	09	14	20	05	13	08	298
	27	16	10	04	19	17	10	16	16	13	09	37	09	48	26	16	20	11	20	21	365
% E	0,19	0,25	0,00	0,00	0,00	0,12	0,20	0,13	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,65	0,13	0,00	0,55	0,35	0,62	
PP-V																					
enclisis	02	07	01	08	01	01	22	03	05	02	01	05	03	14	42	08	02	10	12	20	169
proclisis	78	44	59	47	38	50	32	46	46	41	46	59	19	65	29	16	13	18	15	05	766
	80	51	60	55	39	51	54	49	51	43	47	64	22	79	71	24	15	28	27	25	935
% E	0,03	0,14	0,02	0,15	0,03	0,02	0,41	0,06	0,10	0,05	0,02	0,08	0,14	0,18	0,59	0,33	0,13	0,36	0,44	0,80	
TOT																					
enclisis	21	13	04	23	06	03	55	09	15	06	04	07	03	83	109	26	09	54	94	112	656
proclisis	185	94	113	84	116	132	66	100	124	110	80	120	60	221	65	38	50	59	41	19	1877
	206	107	117	107	122	135	121	109	139	116	84	127	63	304	174	64	59	113	135	131	2533
% E	0,10	0,12	0,03	0,21	0,05	0,02	0,45	0,08	0,11	0,05	0,05	0,06	0,05	0,27	0,63	0,41	0,15	0,48	0,70	0,85	

Tabela 4: Cf. Galves *et alii* (2005:5)²⁶

Conforme a tabela acima, as ditas autoras demonstram que, de meados do século XVI até ao final do século XVII, os textos selecionados apresentaram aproximadamente 10% ou menos de ocorrência de ênclise em contextos de

²⁶ Os destaques verticais em Costa e Aires foram acrescentados pela autora desta dissertação.

“variação 1”. São apenas duas as exceções: *A arte de furta*, do padre Manuel da Costa (nascido em 1601), contendo 21% de ocorrências de ênclise, e os *Sermões*, do padre Antônio Vieira, contendo 45%²⁷ de ocorrências de ênclise. Então, a partir de 1700, verifica-se um aumento paulatino no uso da ênclise. Em *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, de Matias Aires (nascido em 1705), há 27% de uso de ênclise e, nas cartas de Ramalho de Ortigão (nascido em 1836), a ênclise ocorre com uma taxa de 85%. Nos textos estudados pelas referidas autoras, nenhum outro autor do século XVII, nascido depois de 1608, apresenta uma taxa de ênclise próxima à de Vieira. Nesses demais textos do século XVII, o uso da ênclise é inferior a 12%; apenas depois do primeiro quartel do século XVIII, encontrou-se no *corpus* uma taxa do uso da ênclise semelhante à documentada nos *Sermões*. Tendo em vista o aumento sistemático da taxa da ênclise, a partir do século XVIII, Galves *et alii* (2005) defendem, assim, que o alto percentual de ênclise encontrado nos *Sermões* de Vieira não é uma prova de mudança gramatical, mesmo porque, em suas cartas, Vieira seria predominantemente proclítico. Mediante os dados acima descritos, Galves *et alii* (2005:7) declaram:

We interpret the pattern revealed by our data as indicative that the texts written by 16th and 17th century authors represent a grammar where enclisis and proclisis correspond to distinct structures, the option between them being subject to stylistic and textual conditionings. Proclisis is neuter and enclisis is marked.

Outro fato observado por essas autoras foi que, nos textos anteriores ao século XVIII, a ênclise está relacionada com o uso do clítico *SE*. Caracteristicamente, a elevada taxa de ênclise em construção SV dos textos dos séculos XVI e XVII traduz a elevada proporção da construção “V-*SE*”, o mesmo não se aplica aos textos dos séculos XVIII e XIX. Nos três textos mais enclíticos dos séculos XVI e XVII (escritos por Diogo Couto, nascido em 1542; padre Manuel da Costa, nascido em 1601; e padre Antônio Vieira – *Sermões* –, nascido em 1608), foi observado por Galves *et alii* (2005) que a ênclise com o clítico *SE* teve

²⁷ Galves *et alii* esclarecem que a diferença entre o percentual de ênclise encontrado por Martins (1994) nos textos de Vieira (68,4% de ênclise) e o percentual menor por elas encontrado (45% de ênclise) se deve aos distintos critérios para a identificação dos contextos de variação. Porém, apesar de tudo, em ambas as medidas, Vieira, nos *Sermões*, aparece como significativamente mais enclítico do que seus contemporâneos.

um efeito dramático no total desse uso; ou seja, nesses textos, a ênclise é atestada majoritariamente em estruturas *V-SE*. Todavia, as ditas autoras não fazem nenhuma declaração quanto ao fato de a construção com o clítico *SE* afetar a posição do clítico, favorecendo a ênclise por qualquer razão. Afirmam, entretanto, que, nos textos escritos a partir do século XVIII, a ênclise se estabilizou como a opção preferida, sendo usada com qualquer tipo de clítico.

O gráfico abaixo, elaborado por Galves *et alii*, coteja as ocorrências de ênclise com “SV-SE” e com “SV-CL²⁸”:

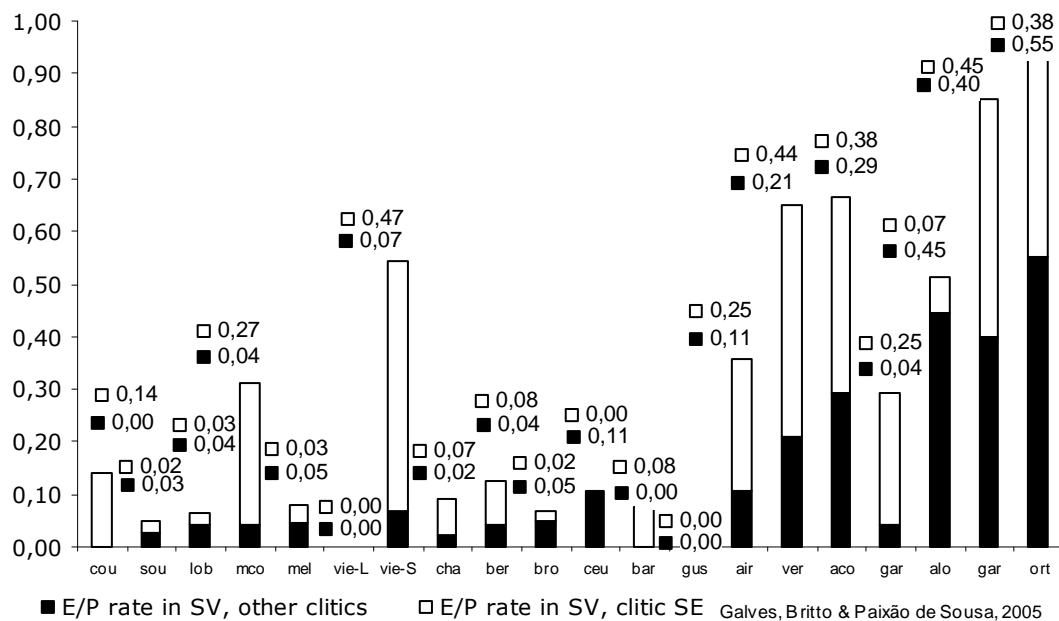


Tabela 5:
séculos
XVI - XIX

CONTEXTO DE VARIAÇÃO 2:

Em contextos de ‘variação 2’, Galves *et alii* (2001) verificaram a existência de uma alta taxa de ênclise, que teria começado muito antes do período por elas considerado. Observaram também um grande contraste entre autores contemporâneos dos séculos XVI e XVII. Em frases iniciadas por orações dependentes, a proporção de ênclise oscilou de 0% a 88% (8 textos apresentam menos de 50% de ênclise, e 5 textos apresentam mais de 50%); ao passo que, em construções de V1 + coordenadas, a proporção da ênclise oscilou de 22% a 80% (9 textos com menos de 50%, e 4 textos com a taxa acima de 50%). Nesses autores,

²⁸ “CL” faz referência a todos os clíticos, exceto *SE*.

não se atestou a correlação entre a ênclise do contexto de ‘variação 2’ e a do contexto de ‘variação 1’. Por exemplo, nos textos de Luís de Souza (1556), houve 80% de ênclise em V1 + coordenada, e 78% em sentenças iniciadas por orações dependentes, porém, apenas 5% de ênclise com sujeito pré-verbal. Francisco Rodrigues Lobo (1575), que tem equivalência de índice com Souza, no que se refere à taxa de ênclise com sujeito pré-verbal (6%), tem muito menos ênclise com V1 + coordenada (32%) e também em sentenças com orações dependentes pré-verbais (8%). Por conta dessa comparação, as autoras afirmam que a posição dos clíticos em tais contextos parece muito idiossincrática e, até ao século XVIII, sensível a fatores prosódicos. Porém, atestam que, a partir de 1700, a ênclise também se generaliza no *Contexto de Variação 2*, exatamente como atestaram em relação ao *Contexto de Variação 1*. Resumindo o que acima foi descrito, Galves *et alii* (2005:12) declaram:

An alternation between proclisis and enclisis is attested in texts written by authors born between the 16th and 17th century, with two different patterns:

- In what we have called “variation contexts I”, the rates of enclisis versus proclisis range between 0,00 and 0,45 (and among those contexts, SV constructions show an even wider range, from 0,00 to 0,54). However, in those contexts proclisis is by far the preferred option in most of the texts;
- In what we have called “variation contexts II”, the range can be even wider and idiosyncratic (in V1 second coordinates, from 0,22 to 0,80; after fronted embedded clauses, from 0,00 to 0,88); and proclisis is not a favorite option for all texts.

3.5. A SINTAXE DOS CLÍTICOS NOS TEXTOS DE VIEIRA: VERSÃO GALVES

Segundo Galves *et alii* (2001), um dos mais fortes argumentos empíricos para a afirmação de que a ênclise no Português Clássico (PCI) deriva da lei ‘Tobler-Mussafia’ (T-M) vem dos textos que representam uma aparente exceção nas construções de variação ênclise / próclise no século XVII, ou seja, os *Sermões* de Vieira.

Para as ditas autoras, nos *Sermões*, as estruturas em que a ênclise ocorre com sujeito pré-verbal são contrastivas com outros sintagmas (geralmente um sujeito também), sem nenhuma exceção. Tal contraste é baseado em oposições lexicais, feitas explicitamente em cada uma das mesmas sentenças ou em seus contextos imediatos (ou mesmo em ambos):

- a) Elles *conheciam-se*, como homens, Christo *conhecia-os*, como Deus. [pág. 125].
- b) Deus *julga-nos* a nós por nós; os homens *julgam-nos* a nós por si. [pág. 170]
- c) Comparada, porém, qualquer revelação não canônica, com as boas obras, eu antes quizera a certeza das obras, que a da revelação; porque a revelação não me póde salvar sem as boas obras; e as boas obras *pódem-me* salvar sem salvação. [pág. 97]
- d) E porque considera Deus não os passos, senão as pégadas? Porque os passos passam, as pégadas ficam; os passos pertencem á vida que passou, ás pégadas á conta, que não passa. Mas differentemente não passa Deus pelo que nós tão facilmente passamos! Nós deixamos as pégadas de traz das costas, e Deus *tem-n’as* sempre diante dos olhos, com que as nota e observa: as pégadas para nós *apagam-se*, como formadas em pó, para Deus não *se* apagam, como gravadas em diamante. [pág. 121]

Nos exemplos acima, a oposição lexical é operada entre os termos “*elles... como homens / Christo... como Deus*” em (a); “*Deus... a nós por nós / os homens... a nós por si*” em (b); “*a revelação... sem as boas obras / as boas obras... sem revelação*” em (c); e “*nós... de traz das costas / Deus... diante dos olhos*” em (d).

Por outro lado, quando o valor atribuído ao sujeito não é contrastivo, a próclise aparece:

- a)... porque ainda que a vida e os dias em que pecamos passa, os pecados que n'elles commetemos, não passam, mas ficam depositados nos thesouros da ira divina. Falla o Apostolo por bocca do mesmo Deus, o qual diz no Deuteronomio: *None hæc condita sunt apud me, et signata in thesauris méis? Mea est ultio, et ego retribuam in tempore.* Estes thesouros, pois, que agora estão cerrados, **se abrirão** a seu tempo, e se descobrirão para a conta no dia do Juizo, que isso quer dizer, *in die iræ, et revelationis justi judicii Dei.* [pág. 122]
- b) Esta differença dos signaes que então há-de haver, e agora não há, é a que faz a differença dos effeitos muito mais para temer no Juizo de cada dia, que no fim do mundo. Que effeitos há-de causar nos homens a vista d'aquelles signaes? O Evangelhista **o refere** por bem extraordinários termos: *Arescentibus hominibus præ timore, et expectatione, quæ supervenient universo orbi.* [pág. 87]

Segundo Galves *et alii* (2001), os exemplos acima dão prova de que a próclise, nos *Sermões*, não está restrita à focalização. Elas não excluem que o sintagma pré-verbal em construção proclítica é foco, mas, fundamentalmente, isso não obriga que ele seja, pois qualquer outra frase que não tenha tópico contrastivo se espera que apareça com próclise. Pautadas nessa análise, elas defendem que a alta taxa de ênclise nos *Sermões* de Vieira deve estar relacionada ao seu extensivo uso de topicalização contrastiva. Assim, sendo os *Sermões* obra-prima do estilo da oratória barroca, na qual a oposição entre termos é recurso estilístico inerente, seria natural o abundante uso de topicalização contrastiva que nele aparece.

No sentido de confirmar a análise proposta, as autoras argumentam, ainda, que tópicos contrastivos são adjuntos (já que eles são prováveis de ter um contorno entonacional próprio), assim, o padrão da posição dos clíticos nos *Sermões* parece ajustado à hipótese delas para o Português Clássico, isto é, a ênclise, nesse período, decorre da restrição contra clítico em primeira posição.

Firmadas nesse ponto de vista, atestam as autoras que a alta proporção de ênclise não é necessariamente identificada nesses textos como produzida pela gramática moderna do Português Europeu. Além disso, segundo elas, tal interpretação supre a necessidade de explicar o aparente contraste entre os *Sermões* e as *Cartas* escritos pelo mesmo autor, que mostram, de um lado, um alto índice de ênclise, por outro, a predominância da próclise, respectivamente, conforme testemunho de Brito (1999). Elas propugnam que ambos os textos são documentos representativos do Português Clássico, mas as cartas, não sendo peças da oratória retórica barroca, não favorecem o uso de topicalizações contrastivas. De acordo com os argumentos por elas apresentados, até os poucos casos de ênclises que aparecem nas cartas também se ajustam à análise da posição dos clíticos, proposta acima. Galves *et alii* (2001:17-8):

In the letters, we only find enclisis with pre-verbal subjects in SXV – that is, when some phrase appears before the verb (in those cases, moreover, this phrase is clearly an adjunct, (*cf.* 13a below); we also find enclisis in clitic left dislocation constructions (*cf.* 13b below)²⁹:
(13)

a) E mais Abel , *Senhor* , **salvou-se** , e está no céu . [p.469]

b) A El-rei Faraó, *porque consentiu no seu reino o injusto cativo do povo hebreu* , **deu-lhe** Deus grandes castigos, e um deles foi tirar-lhe os primogénitos. [p. 468]

Com base no exame que fizeram, principalmente nos *Sermões* e nas cartas escritos por Vieira, as ditas autoras concluem que Vieira não é uma exceção no século XVII, mas apenas quem revela claramente o sistema, pois o seu uso de ênclise seria compatível com uma gramática na qual essa ordem é evidentemente marcada e associada ao contraste, ou seja, a gramática do Português Clássico.

²⁹ Interestingly, the 2 cases with the order Adv-Vcl in the letters appear in discursive contexts that suggest contrast:

3.6 A SINTAXE DOS CLÍTICOS DEPOIS DO SÉCULO XVII: VERSÃO GALVES

Além de defenderem que Vieira não é o falante que no século XVII já apresenta uma gramática inovadora em relação à sintaxe dos clíticos, próxima à do português europeu contemporâneo, Galves *et alii* (2001) tentam precisar o momento da mudança no português europeu do clássico para o moderno. Comparando as cartas da Marquesa de Alorna, nascida em 1750, aos *Sermões* de Vieira, as autoras atestam que, no texto de Alorna, a ênclise e a próclise aparecem alternativamente exatamente nos mesmos contextos, discursivo e informacional. E, ainda, nesses textos, os sujeitos anafóricos podem ser seguidos pela ênclise ou pela próclise, conforme exemplificado abaixo em (b) e (c):

- a) Enfim, minha Senhora, a mesma delicadeza e pundonor de Vossa Alteza Real está interessada na escolha do meio que a pode fazer alcançar o que deseja e, aproveitando a licença que me dá para dizer o que entendo, tomo a liberdade de supor-me por um momento no seu lugar e dizer o que eu faria, o que Vossa Alteza fará muito melhor que eu, e o que desejo que Vossa Alteza Real faça. Vossa Alteza Real **julga-se** ofendida e precisa despica-se.

- b) A malícia tem armas para atacar tudo, mas o juízo também as tem para perceber e discernir o que convém. Esta reflexão **lhe** basta para, daqui por diante, saber quem deve aceitar ou recusar com algum pretexto sempre polido e que nem levemente ofenda o amor próprio de ninguém, porque desta atenção depende a paz e bom nome.

- c) Fui imediatamente falar com uma das minhas amigas, a qual me comunicou que, tendo tido a resolução de perguntar a Sua Majestade se meu marido seria nomeado para algum dos lugares, Sua Majestade respondeu que eu ainda não tinha pedido nenhum. Esta resposta **aclarou-me** e, abolindo todos os meus antigos princípios, conheci que na nossa Côrte é preciso pedir e de pouco ou nada serve merecer.

Por conta dos dados colhidos e exemplificados acima, para Galves *et alii* (2001), a ênclise em Alorna, na segunda metade do século XVIII, é freqüente e não está restrita discursivamente; diferente da hipótese que elas propuseram para os *Sermões* de Vieira. As autoras adotam a sintaxe dos clíticos encontrada nos textos de Alorna como evidência de que, naquela época, a gramática já tinha mudado, sendo o uso de construções proclíticas uma opção conservadora, em situação de competição de gramáticas. Em contrapartida, tais dados não comprovam que a sintaxe dos clíticos tenha mudado na segunda metade do século XVII.

Recuando a sua investigação para a primeira metade do século XVIII, Galves *et alii* (2001) notificam que a articulação entre análises qualitativa e quantitativa da alternância entre a ênclise e a próclise se torna mais complexa e não possibilita precisar o exato instante da mudança. Isso porque os textos pertinentes ao início do século XVIII oferecem possibilidades distintas de análise. Por exemplo, a freqüência de 36% de ênclise com sujeito pré-verbal no texto de Aires (1705) poderia ser resultado da competição de gramáticas, como em Alorna, ou efeito estilístico, devido à natureza dos seus textos, como em Vieira. Se se considerar que a data de nascimento de Aires o coloca no interior da curva para a ênclise, a primeira interpretação sai favorecida, porém, o seu uso de ênclise ocorre em meio ao mesmo tipo de oposições estilísticas atestadas nos *Sermões* de Vieira Galves *et alii* (2001:19)

- a) No exercício do mal achamos uma espécie de doçura, e de naturalidade, as virtudes praticam-se por ensino: o vício sabe-se, a virtude aprende-se.
- b)... no prometer fazemos nós, no cumprir fazem-nos fazer

Assim, na intenção de dirimir o impasse encontrado na análise de textos de autores da primeira metade do século XVIII, Paixão de Souza (2004) expõe que, além da colocação dos clíticos, os textos dos séculos XVI e XVII são diferenciados dos textos do século XVIII e XIX pela contrastiva proporção de ocorrência do

sujeito pré-verbal, sujeito pós-verbal e sujeito nulo³⁰ nas sentenças, pois, após 1700, tais elementos apresentavam uma sistemática mudança:

- Na virada do século XVIII, a taxa de construções VS (20% em média nos autores nascidos antes de 1675) cai para uma média de 10% em autores nascidos depois de 1705;
- Elevação na taxa de construções SV.

Paixão de Souza (2004) aponta o aumento de construção SV como um expoente do aumento da ênclise, que passa de cerca de 0,05 do total de dados em 1550-1599 para cerca de 0,30 do total de dados em 1800-1850; SV com próclise cai regularmente após 1700.

Mediante as considerações feitas por Paixão de Souza (2004), Galves *et alii* (2001:20) insinuam:

The proportion of SV and VS structures measured in Paixão de Sousa, 2004 can be taken as an auxiliary measure when we analyze some borderline, early 18th century texts, such as the ones by Aires or Garção. As we have mentioned, the pattern of enclisis *versus* proclisis variation in those texts is not clearly indicative of the modern grammar. However, as regards subject inversion, the two texts fall nicely into the range expected for their period – with a 10% inversion rate in Aires, and a 13% rate in Garção.

Em defesa de sua hipótese sobre a datação da mudança em favor da ênclise, característica do português europeu contemporâneo, Galves *et alii* (2005:26) afirmam:

At the beginning of the 18th century, things change. A great deal of variation is still attested in the texts; but we have several pieces of evidence that this variation no longer produced by one single grammar. Instead, it is the reflex of grammar competition (in the sense of Kroch, 1994). This means that a grammatical change has already taken place. On the basis of other quantitative effects of this change, which affect the position of subjects, we have argued that the turning point in our Corpus lies between the last author of the 17th century and the first author of the 18th century. It is interesting to emphasize that from this point of view, the grammatical change happens not at the end, but at the beginning of the change curve. What we observe empirically is not the course of the change in time, but the effect of the change in the texts.

³⁰ Segundo Galves *et alii* (2005), na análise de Paixão de Souza (2004), o sujeito nulo não apresenta um padrão claro de aumento ou queda.

3.7 CONSIDERAÇÕES EXTRA GALVES e MARTINS

Expostos os argumentos, os exemplos e os pontos de vista de cada uma das sintaticistas em confronto, Martins (1994) e Galves *et alii* (2001/2003), levantar-se-ão alguns outros questionamentos que margeiam o cerne desse embate, ou seja: seria ou não Vieira um expoente, já no século XVII, da nova gramática enclítica do português europeu?

Primeiramente, tratar-se-á dos gêneros textuais da escrita de Vieira, levados em consideração nos trabalhos acima descritos.

Dos *Sermões* de Vieira, extraíram-se os exemplos oferecidos como prova às hipóteses tanto de Martins (1994), quanto de Galves *et alii* (2001/2003). Contudo, se o *corpus*, objeto da análise acima é o mesmo, as conclusões emitidas por cada uma das sintaticistas são antitéticas.

De pronto, esclarece-se, aqui, que não se pretende, neste momento, solucionar o confronto já exposto, mas, à luz de outras considerações, oferecer argumentos que fortifiquem uma das duas hipóteses propostas.

Um dos argumentos sustentados acima para contradizer ser Vieira, já no século XVII, um representante de gramática enclítica, próxima à do português europeu contemporâneo, foi o estudo de Brito (1999), que localizou nas cartas de Vieira a taxa de 81% de uso de próclise, em contexto que permitia variação. Fez-se, então, a distinção entre os *Sermões* e as cartas de Vieira, sendo os primeiros obra-prima do estilo barroco, por isso apresentando oposições entre termos como um recurso estilístico fundamental desse estilo, e as cartas, gênero textual de natureza evidentemente menos formal, que retrataria em si o português, de fato, utilizado por Vieira.

Normalmente, a palavra carta, hoje, no século XXI, denota, de forma mais comum, uma mensagem, manuscrita ou impressa, a uma pessoa ou a uma organização, para comunicar-lhe algo, distinguindo-se de bilhete, epístola, ofício e memorando, pois cada uma desses, apesar de servir como meio de comunicação, possui a sua caracterização quanto à forma, mensagem e destinatário. Porém,

não se deve pensar carta no século XVII com o mesmo sentido dos tempos modernos.

Coloca-se nesse momento o estudo de Hansen (2003), que trata da organização das cartas de Vieira, escritas no período de (1626-1697), porém, restritas aos seus momentos vividos no Brasil. Na introdução desse trabalho, Hansen (2003, p. 12-3) dá alguns destaques metodológicos, tais como:

– A ordenação por destinatário atende a três razões principais. A primeira delas é a ordem propriamente textual, considerando que a forma da carta também é determinada pela adaptação dos estilos e decoros à pessoa e a condição hierárquica do destinatário.

– [...] desde que reunidas em volume, as cartas abandonam sua função primordial de comunicação entre remetente e destinatário. Já não se trata de um destinatário a ler uma carta de um remetente, mas um leitor, virtualmente considerado, que lê diversas cartas ‘escritas a várias pessoas’ sobre assuntos diversos.

– [...] observar a recorrência dos temas e a diferença do tratamento deles em cartas contemporâneas e sucessivas para destinatários diversos.

– Vieira, escrevendo ao Geral, a Provinciais e a padres de sua Ordem, obedece a preceitos disciplinares e epistolares fixados no século XVI pelos padres Inácio de Loyola e Juan de Polanco; escreve para reiterar os vínculos de solidariedade que o ligam a seus irmãos em Cristo em um único corpo místico, dando notícias, principalmente, do andamento dos negócios da Companhia de Jesus no Brasil e no Maranhão e no Grão Pará. [grifos não contidos no original]

Os destaques acima fornecem base para que se façam algumas inferências. As cartas de Vieira tinham estilos e decoros específicos de acordo com o seu destinatário e a sua hierarquia diante do emissor. Isso leva a uma perspectiva de que as cartas de Vieira eram formais, ou seja, a sua construção exigia o cumprimento de protocolo específico.

As cartas, quando reunidas em um tomo, perdem a sua característica elementar, suporte de comunicação entre remetente e destinatário. O leitor ‘forasteiro’ desse compêndio é estranho às circunstâncias que o envolvem, não é mais um destinatário que capta o teor da mensagem, e, sim, um leitor de vários escritos e vários assuntos endereçados a receptores distintos em tempos idos.

O acesso a essa coletânea de cartas permite a sua comparação, examinando-se, no mesmo período, a recorrência dos temas e a diferença na

forma de tratamento. Os destinatários de Vieira, nas cartas, além dos irmãos da Ordem, são pessoas integrantes das cortes européias (D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, rainha D. Luísa de Gusmão, ao príncipe D. Teodósio, rainha D. Catarina de Inglaterra, rainha Maria Sofia de Neuburg, Marquês de Niza, o Duque de Cadaval, o Marquês de Gouveia, o Conde do Castelo Melhor etc.), para as quais reitera sua posição de jesuíta prudente e discreto, que escreve como típico secretário de príncipe renascentista, representando os afetos de sua posição de súdito no pacto da sujeição. Então, seu ‘forasteiro’ leitor, segundo Hansen (2003), não fará uma leitura coerente, ou a fará parcialmente, se não observar que sua forma é modelada por categorias retórico-poéticas da perspectiva epistolar e teológico-políticas da doutrina católica da monarquia absolutista.

Por fim, toma-se conhecimento de que, na concepção dessas cartas, Vieira seguia a sua Ordem, Companhia de Jesus, ou seja, suas cartas não correspondem à idéia de gênero textual de natureza informal do século XXI. Vieira não se seduz pela própria erudição; para ele, é impensável e impossível escrever cartas autonomizadas da sua educação e da disciplina da sua Ordem, que impõem e delimitam o “dever ser” de sua ação nos negócios temporais. Em Hansen (2003), comprova-se que as cartas de Vieira não são informais e não podem ser lidas como depósitos neutros de informações positivas sobre acontecimentos do século XVII. Assim, Hansen ensina que, para se entender Vieira como tipo letrado, autor de cartas, é preciso sempre lembrar o valor ou valores de sua representação na sociedade seiscentista, constituída por ordem e estamentos em que a pessoa e a posição hierárquica se definem como representação e pela representação da subordinação ao “bem comum” do Império, mais que por seus atributos individuais, como fórmula portuguesa “gente de representação”. Padre Antônio Vieira, jesuíta, erudito, escritor de cartas, conhece, principalmente, os modelos de correspondência sistematizados por autores dos séculos XVI e XVII, tais como Erasmo de Roterdã, Torquato Tasso, Juan Luís Vives, Pierre Fabri, Justo Lípsio, Emanuele Tsauro etc. Todavia, antes de tudo, subordina sua escrita às diretivas para a redação de cartas estabelecidas em 1547 pelo padre Polanco, secretário de Inácio de Loyola, bem como às determinações para a escrita das mesmas,

especificadas nas *Constituições* da Companhia de Jesus, publicadas em 1558 por Loyola.

Isso posto, acredita-se que o Vieira escritor das mencionadas cartas está restrito às normas da escrita do século XVI, impostas por sua Ordem, sendo, nessa situação, um Vieira destituído de seu próprio estilo de escrita. Como já se verificou, o século XVI, quanto à sintaxe dos clíticos, é predominantemente proclítico. Desta forma, pensa-se que os 81% de próclise encontrados por Brito (1999) nas cartas de Vieira sejam coerentes com a estrutura lingüística do século XVI, porém, não podem ser utilizados como prova para favorecer a hipótese de Galves *et alii* (2003/2005) de que, nas cartas, Vieira faz uso de uma gramática conservadora, sendo essa a sua gramática.

Em outra vertente, a partir do trabalho de Pécora (1994/2001), que estuda a constituição dos *Sermões* de Vieira, bem como as circunstâncias que os envolvem, entra-se agora na questão dos *Sermões*, vistos como marco da literatura portuguesa e do estilo barroco. Se, nas cartas, Vieira cumpria sua missão de sujeição ao Império e à Companhia de Jesus, nos *Sermões*, Vieira procura ser o despertador de cortesãos e plebeus, guia de pecadores e salvação de contritos.

A constituição do espaço luso-brasileiro, no século XVII, é sinalizada pela falta de unidade *dada* na fé, por conflitos intermináveis entre os jesuítas, os dominicanos, os oratorianos, o clero secular, os cristãos-novos, a Cúria romana, a Coroa, a aristocracia da terra, a nobreza togada, a ralé murmuradora, os cortesãos maquiavélicos, os aristocratas aliados de jesuítas e seus inimigos. Nesse cenário, Vieira inicia, em 1633, sua *performance* como pregador dos seus *Sermões*, na forma oral, de acordo com Pécora (1991/2001). Os *Sermões* de Vieira só começam a ser por ele transcritos, por ordem de João Paulo Oliva³¹, Geral dos Jesuítas, a partir de 1679, processo esse que continua até ao ano de sua morte, 1697³², assim descrito por Pécora (1994:46):

³¹ Admirador empenhado da oratória de Vieira, o Geral Oliva obrigou-o a pregar em italiano, além de convidá-lo para ser seu sucessor como pregador do papa.

³² A primeira edição (de quinze volumes) de seus *Sermões* foi preparada pelo próprio Vieira. Embora os três últimos sejam póstumos, apenas o último e parte do 14º não foram revistos pelo próprio Vieira, mas, sim, por

A própria publicação conjunta de seus sermões, organizada por Vieira ainda em vida, apenas ocorreu por ordem expressa, reiterada muitas vezes, do Geral dos jesuítas e admirador confesso do engenho vieiriano João Paulo Oliva.

Entretanto, para o pregador Vieira, unanimemente reverenciado como orador extraordinário, um dos maiores do século XVII europeu e, provavelmente, em língua portuguesa, sem concorrente, retórica e estética não valem mais do que efeito e multiplicação desse efeito, cujo sentido e causa não são o código lingüístico ou o gosto literário, mas a manifestação da vontade divina entre os homens. Haja vista a sua recusa aos pedidos insistentes de D. Cristina da Suécia para que permanecesse como pregador em sua corte italiana, por constatar, que nessa corte, a sua fala inspirada não era tida senão como objeto de disputa e gozo literário.

Poder-se-ia, então, pensar em Vieira como um pregador que propositadamente transformara seus *Sermões* em obra-prima do estilo da oratória barroca? Acredita-se que não, inclusive por pautar-se na informação dada por Hansen, no prefácio de Pécora (1994), no qual defende que não há nos *Sermões* o barroco ou a unidade *dada* de um estilo, produzidos muito depois, mas, sim, retóricas múltiplas, casuísmos infundáveis que disputam o monopólio do discurso verdadeiro, com o objetivo de fundamentar a Potência Soberana. Ainda, conforme Pécora, caso não se dê a precisa atenção ao peso próprio que adquirem em Antônio Vieira as questões de filosofia política acomodadas a um projeto da cristandade na história, ou, ainda, às correspondências e ambigüidades entre o sagrado e o profano, estabelecidas nas fronteiras históricas do pacto da Aliança e da Graça³³, transformar-se-ão os *Sermões* apenas em uma produção original dos séculos burgueses, na qual se encontra talvez um excelente acadêmico ou um admirável formalista, mas não o pregador Padre Antônio Vieira.

O *Sermão da Sexagésima*, que, no momento da construção deste trabalho, não estava inserido no projeto *Corpus* histórico do português Tycho Brahe,

seu primeiro biógrafo, o jesuíta André de Barros, que, entretanto, teve o cuidado de não alterar os textos originais.

³³ Contexto Bíblico, tema do Velho Testamento, referente ao pacto da Aliança (salvação através do cumprimento da Lei), oposto ao tema do Novo Testamento, que é a salvação mediante a Graça (“porque pela graça sois salvos, e isso não vem de vós, é dom de Deus...”).

pregado vinte e quatro anos antes de Vieira começar a transcrever seus Sermões, data e local de sua pregação registrados na epígrafe:

Pregado na Capela Real. Este Sermão pregou o Autor no ano de 1655 vindo da Missão do Maranhão, onde achou as dificuldades que nele se apontam: as quais vencidas, com novas ordens Reais voltou logo para a mesma Missão.;

manifesta a crítica negativa que Vieira faz à pragmática da oratória “cult”, quando inadequada ao decoro particular admitido pelo gênero da oratória sacra. No *Sermão da Sexagésima*, Vieira repudia tal uso, acusando os pregadores contemporâneos de transformarem o púlpito em palco de comédia, perdendo o exercício da pregação em si:

Na comédia o rei veste como rei e fala como rei, o laçao veste como laçao e fala como laçao, o rústico veste como rústico e fala como rústico, mas um pregador vestir como religioso e falar como... não o quero dizer por reverência ao lugar. Já que o púlpito é teatro e o sermão comédia, sequer não faremos bem a figura? Não dirão as palavras com o vestido e com ofício?

Não se quer aqui negar a capacidade oratória de Vieira, antes, observar que, se, nas cartas ele escrevia sob a subordinação à Ordem, nos *Sermões*, Vieira é o pregador que controla o uso de sua própria língua. Ele não critica no *Sermão da Sexagésima* os recursos retóricos em si mesmos, mas sim a retórica fora do seu eventual uso, imprópria e ineficaz à pregação da palavra de Deus:

A palavra de Deus (como dizia) é tão proveitosa e tão eficaz, que não só na boa terra faz fruto, mas até nas pedras e nos espinhos nasce. Mas se as palavras dos pregadores não são palavras de Deus, que muito que não tenham a eficácia e os efeitos das palavras de Deus? [...] Mas dir-me-eis: Padre, os pregadores de hoje não pregam do Evangelho, não pregam das sagradas Escrituras? Pois como não pregam a palavra de Deus? Esse é o mal. Pregam palavras de Deus, mas não pregam a palavra de Deus: (Sermão da Sexagésima, parte IX)

Além disso, observando-se as estruturas lingüísticas constantes no *Sermão da Sexagésima*, percebeu-se o uso tanto da ênclise quanto da próclise nas construções descritas por Martins (1994) como orações não-dependentes neutras, sem, contudo, ter-se feito uma escala percentualizada da ocorrência de cada uma

das variantes posicionais. Porém, achou-se, em uma oração dependente, a ocorrência do clítico em posição enclítica:

De sorte que Cristo defendeu-se do Diabo com a Escritura, e o Diabo tentou a Cristo com a Escritura.

Com base apenas na ocorrência acima, não se pode afirmar, por ora, que essa seja a prova cabal para a hipótese defendida por Martins (1994) de que Vieira, no século XVII, quanto à sintaxe dos clíticos, já possui uma gramática inovadora próxima ao português europeu contemporâneo. Entretanto, tem-se aí um irrefutável indício favorecedor de tal hipótese, pois, em orações dependentes, a posição pré-verbal dos clíticos é categórica e, como já se disse, os contextos sintáticos da anteposição obrigatória dos pronomes átonos no português medieval e clássico mantiveram-se os mesmos no português europeu atual, sendo esse um caso de invariabilidade no tempo, ou seja, ausência de mudança. Encontrar, então, um uso de ênclise em uma oração em que se esperava a próclise é um fato extremamente curioso, ainda mais se o utente de tal “deslize” for o orador mais cobiçado das cortes européias no século XVII, padre Antônio Vieira.

Por último, chama-se a atenção para a tabela que aparece na página 67, elaborada por Galves *et alii* (2001), a fim de demonstrar a ocorrência percentualizada da ênclise e da próclise nos contextos, denominados por elas, de “Variação I”, no período que vai do século XVI ao século XIX. Em tais contextos, de acordo com a tabela, verifica-se que o padre Manuel da Costa (1601) utiliza 21% de ênclise no seu texto *A arte de furta*r, enquanto que Matias Aires (1705) utiliza 27% em seu texto *Reflexões sobre a vaidade dos homens*. Em outro trabalho, também feito por Galves *et alii* (2003:250-1), o índice informado para o percentual de ênclise achado no texto do padre Manuel da Costa é de 35%:

9. Deve-se notar, que no estudado [*sic*] por Galves, Britto e Paixão de Souza (2001), há um outro autor que é notavelmente mais enclítico que a média do século. Trata-se do Padre Manuel da Costa, nascido em 1601, com 35%.

Entretanto, nenhuma explicação é fornecida pelas ditas autoras para justificar a aceitação de Aires, no século XVIII, como falante de uma gramática inovadora em

detrimento de Costa, no século XVII, cuja taxa de ênclise é próxima ou até mesmo superior à taxa encontrada em Aires, levando-se em conta, inclusive, que o contexto de variação é o mesmo.

Concluindo, por tudo que acima se expôs, acredita-se que a manifestação de uma nova gramática relativa à sintaxe dos clíticos surgiu no século XVII, tendo como seus precursores tanto Vieira como Costa.

**ARTE
DE COZINHA
DIVIDIDA**

EM TRES PARTES,

A PRIMEIRA TRATA DO MODO DE
*cozinhar vários pratos de todo o género de carnes,
& de fazer conservas, pasteis, tortas, & empadas.*

A SEGUNDA TRATA DE PEIXES, MA-
*riscos, frutas, ervas, ovos, lacticínios, doces, & con-
servas pertencentes ao mesmo género.*

A TERCEIRA TRATA DA FORMA DE
*banquetes para qualquer tempo do ano, & do mo-
do com que se hospederão os Embaixadores, &
como se guarnece uma mesa redonda à*

Estrangeira

Composta, & terceira vez acrescentada

Por DOMINGOS RODRIGUES,

Mestre da cozinha de Sua Majestade,

que Deus guarde,

E DEDICADA TERCEIRA VEZ

AO CONDE DO VIMIOSO.

L I S B O A

Na Oficina de **M A N O E L L O P E S**

Ferreira. M. DC. XC. III

Com todas as licenças necessárias, & Privilégio Real.

4 CLÍTICOS, RECEITAS, HOMEM, LUGAR...: HÁ MUITO QUE FALAR

Nada há melhor para o homem do que comer, beber e fazer que a sua alma goze o bem do seu trabalho. No entanto, vi também que isto vem da mão de Deus – Eclesiastes 2:24

Este capítulo é destinado à apresentação do *corpus* que dá suporte ao estudo *Clíticos: ingrediente na cozinha portuguesa do século XVII*. E, para a devida apresentação desse *corpus*, fez-se necessária uma viagem sócio-histórica, cuja finalidade foi conhecer os aspectos culturais, da economia, dos gostos, do pensamento, da preocupação, enfim todas as expressões que pudessem caracterizar a estrutura e a organização da sociedade portuguesa seiscentista. De posse dessas informações, pretende-se elucidar questões pertinentes à obra de Domingos Rodrigues, tais como: quando, onde, como e para quem foi elaborada a *Arte de cozinha*? Responder a esse questionamento refletirá na análise lingüística, que é o cerne deste trabalho, bem como revelará a identidade e os objetivos do seu autor.

4.1 LIVRO DE RECEITAS E MANUAL CIVILIZATÓRIO:

4.1.1 O CONCEITO DE CIVILIDADE NO SÉCULO XVII

Ao se entender sociedade como um conjunto de pessoas que vive em certa faixa de tempo e de espaço, seguindo normas comuns, e que são unidas pelo sentimento de grupo, observam-se algumas características comuns ao processo de estruturação das sociedades civis ocidentais.

Dentre esses traços comuns, destacar-se-á a necessidade de afirmação de sua autonomia e de sua identidade frente às demais, tanto no plano político-ideológico, quanto no plano financeiro. Entretanto, concomitantemente ao estabelecimento e à fixação de uma identidade própria, há sempre o olhar para a cultura do outro no intuito de extrair as suas virtudes, ou seja, adequar-se aos

modos que caracterizam o outro com o conceito de melhor. E o melhor para a sociedade ocidental da Idade Moderna é ser vista como uma sociedade *civilizada*.

Segundo informa Mirabeau (1760 *apud* ELIAS, 1994), a população européia considerava que civilização era a suavização de maneiras, urbanidade e polidez, elementos representantes do verdadeiro ideal da sociedade de corte. Os próprios membros da corte usavam o termo civilização para designar a qualidade específica de seu comportamento, comparando o refinamento de suas maneiras sociais, seu padrão, às maneiras dos indivíduos pertencentes aos estratos sociais inferiores. Esse conceito de civilização não se restringiu a uma única nação. Ele tornou-se expressão e símbolo de uma formação social que abarcava as mais diversas nacionalidades, inclusive com a predominância de uma língua comum, a princípio o italiano e, depois, em larga escala, o francês, línguas essas que ocuparam o prestigioso lugar do latim.

Mas qual seria o protótipo desse conceito de civilização? Quais os preceitos que o cidadão deveria propugnar a fim de que fosse diplomado com o grau de civilizado? Um exíguo manual, surgido em 1530, de autoria de Erasmo de Rotterdam, cujo nome é *De civillitate morum puerilium*³⁴, converteu-se na cartilha reguladora dos preceitos civilizatórios, a partir do segundo quartel do século XVI. Esse manual alcançou expressiva circulação, proliferando-se por sucessivas edições. Nos seis anos seguintes ao seu surgimento, foram mais de trinta reedições. E, no total, foram mais de cento e trinta edições, treze das quais no século XVIII, em idiomas diversos, tais como inglês, alemão, tcheco e francês.

As doutrinas constantes no tratado de Rotterdam fizeram escola pela Europa afora. O vocábulo que o caracterizara, *civillitate*, passou a ser empregado em uma série de livros que surgiu influenciada pelos ensinamentos desse teólogo neerlandês, ficando gravado na consciência do povo com o sentido especial que lhe fora dado – o comportamento das pessoas em sociedade –, uma vez que atendia à necessidade social da época. Elias (1994) diz que o aparecimento mais ou menos súbito de uma mesma palavra em línguas diferentes quase sempre indica mudança na vida do povo, sobretudo quando o novo conceito está destinado a se tornar fundamento de profícua duração, como esse.

³⁴ Da civilidade em crianças

Como princípios civilizadores, o tratado de Rotterdam regulamenta o comportamento de pessoas em sociedade e, sobretudo, o decoro corporal externo. Foi dedicado a um menino nobre, filho de príncipe, e escrito para a educação de crianças. Trata da maneira como as pessoas olham, da postura, dos gestos, do vestuário, das expressões faciais, da higiene pessoal, da retenção ou liberação da flatulência em público, da maneira de portar-se nos lugares sagrados, nas reuniões, no quarto de dormir, nos banquetes, da higiene à mesa e, principalmente, da maneira de portar-se à mesa.

Sem menosprezar os demais comportamentos integrantes desse conceito de civilização, haja vista tal conceito abarcar a todas conjuntamente, neste capítulo, deter-se-á na área da higiene, da composição da mesa e da maneira de comportar-se à mesa, por serem esses, para além das receitas, temas do *corpus* que ora se apresenta. Como se verá posteriormente, não se pode caracterizar a *Arte de cozinhar* exclusivamente como um livro de receitas, mas como um tipo de texto em que duas tradições discursivas convergem: a tradição *livro de receitas* e a tradição *manual civilizatório / manual comportamental / manual de boas maneiras*³⁵.

4.2 A ALIMENTAÇÃO NA EUROPA NO SÉCULO XVII

A alimentação do século XVII era caracterizada pelo uso das especiarias que, desde o século XIV, passaram a configurar um detalhe de extrema importância. E tal foi essa importância que as grandes potências de então se aventuraram pelos mares nunca dantes navegados, pleiteando o seu monopólio e, conseqüentemente, revolucionando o curso da história mundial.

As especiarias estavam distante do alcance da plebe, sendo o seu uso uma forma de distinção social, e a quantidade e a variedade das especiarias nas refeições aumentavam em função da fortuna e da posição social dos seus utentes. A princípio, as especiarias tornaram-se usuais por conta do poder farmacológico a elas atribuído, e só depois como tempero para os alimentos.

³⁵ Manual civilizatório, manual comportamental e manual de boas maneiras, aqui, ocorrem como sinônimos, pois todos pretendiam estabelecer as regras para o comportamento das pessoas em sociedade.

Afora as especiarias, que já eram parte integrante e obrigatória nas receitas de cozinha dos abastados do século XVII, outros ingredientes também merecem ser ressaltados. A partir de 1651, os livros de receitas recomendavam o uso dos cogumelos, alcachofras e cardos, aspargos e outros brotos tenros, uso que já era praticado com grande sucesso desde a segunda metade do século XVI. Entretanto, a partir do século XVI, as elites sociais optaram pela maior diversificação dos pratos e pela satisfação do paladar em detrimento dos alimentos mais nutrientes.

Como se verificou nos livros de cozinha, o uso das carnes é abundante, havendo, porém, uma troca na preferência do público. Os cozinheiros da aristocracia desprezaram o uso da carne de bode, cabra, ovelha e carneiro, e passaram à utilização, cada vez mais ampla, da carne bovina e suína. Quanto às aves, ocorreu, do final do século XV à segunda metade do século XVII, o desaparecimento progressivo, tanto nos livros de receita, quanto nos mercados abastecedores, do albatroz, da cegonha, do cisne, do grou, do alcaravão, da garça, do pavão, enfim de todas as aves de grande porte, que estiveram presentes à mesa durante a Idade Média. As aves consumidas, de predileção dos cozinheiros, no século XVII, são as de menor porte: frango, pato e peru.

Todas essas modernidades alimentares que, de maneira mais intensa ou mais tímida, passaram a fazer parte das mesas européias do século XVII foram introduzidas pela França, o grande centro difusor de modelos culturais. Entretanto, essas mudanças estavam restritas às mesas mais abastadas, cuja base alimentar eram as carnes, enquanto, nas mesas mais populares, eram os alimentos vegetais, o pão e as sopas.

4.3 FRANÇA: CENTRO DIFUSOR DE MODELOS CULTURAIS DO SÉCULO XVII

No período que vai do século XIV ao século XVII, denominado de Renascença, a corte tornou-se o modelo concreto e centro formador de estilo. Segundo Elias (2001), a corte francesa do século XVII, sob a direção de Luís XIV,

o Rei-Sol, não era apenas o centro essencial e determinante da sociedade, mas a vida social concentrava-se, em grande medida, na própria corte³⁶. Depois do declínio da velha nobreza de cavaleiros feudais, coube à aristocracia das cortes absolutistas ser o novo padrão de comportamento da sociedade que se definia como civilizada. Uma das funções da etiqueta foi determinar o grau de prestígio das pessoas que conviviam na corte, distanciando-as ou aproximando-as da figura do rei.³⁷ Por isso, a ascensão ou queda do prestígio na corte, para os cortesãos, tinha a mesma importância do ganho ou da perda monetária para os comerciantes. Na sociedade de corte, o sentido da existência humana consistia em ser membro da corte e possuir hábitos diferenciados que garantissem a distância do homem comum, dos mortais.³⁸ As boas maneiras convertiam-se em chance de predominância e asseguravam um lugar de destaque para aqueles que as possuíam na hierarquia da sociedade de corte. Portanto, o valor conferido à etiqueta não se reduzia à mera formalidade, mas era de importância vital para a identidade individual de um cortesão. As pessoas observavam-se mutuamente, moldando-se às outras que lhes pareciam estar mais de acordo com o comportamento civilizado. A arte cortesã de observar o outro considerava o indivíduo em seu contexto social, em sua relação com os demais, exigindo também a auto-observação, cujo objetivo era examinar a si mesmo para a disciplina no convívio em sociedade, pois seu comportamento era decisivo para sua colocação nessa sociedade, conferindo-lhe êxito ou fracasso. E o autêntico reduto daqueles que detinham as maneiras civilizadas eram as cortes principescas. Portanto, aqueles que estivessem interessados em ingressar e/ou permanecer nos grupos candidatos à ascensão social deveriam comportar-se civilizadamente.

Depois do código civilizador de Erasmo de Rotterdam, a partir do século XVI, os tratados contendo proibições através das quais o indivíduo seria modelado, em conformidade com o processo civilizador, descambaram para uma

³⁶ O rei Luís XIV não aprovava a fragmentação do convívio social e a constituição de círculos fora da corte, embora não pudesse evitá-los.

³⁷ O mecanismo da etiqueta ainda não estava consolidado e servia como instrumento de dominação flexível nas mãos do rei.

³⁸ Cf. Elias (2001) – “Eles não freqüentavam a corte apenas porque dependiam do rei, mas permaneciam dependentes do rei porque só pelo acesso à corte e à vida junto à sociedade de corte podiam manter a distância em relação aos outros, distância da qual dependia a salvação de suas almas, de seu prestígio como aristocratas de corte, ou seja, de sua existência social e sua identidade pessoal.”

produção ininterrupta, nas mais diversas nacionalidades, surgindo uma nova tradição discursiva, os manuais comportamentais.

Conforme Kabatek (2006), o conceito de Tradição Discursiva (TD) surgiu na lingüística alemã, especialmente dentro da lingüística românica. No decorrer dos anos 60, começou-se a estudar o texto de acordo com as suas especificidades, recebendo especial atenção os tipos textuais³⁹, definidos por Peter Hartmann (1964 *apud* KABATEK, 2006) como “conjunto de textos compartilhando determinadas características”. No início dos anos 70, nasceu a autêntica lingüística de texto, com o objetivo de estudar as diferentes características de tipos textuais. Uma TD está, pois, relacionada com modos tradicionais de se dizer as coisas. Os traços pertinentes a uma TD são: a) relação de um texto em um momento determinado da história com outro texto anterior, uma relação temporal com a repetição de algo; b) TD deve ser discursiva, isto é, deve ser uma repetição lingüística; c) nem toda repetição lingüística forma uma TD (é necessário, pois, que tal repetição lingüística seja também um enunciado completo, mas toda TD pressupõe a repetição de elementos lingüísticos, ou seja, a combinação de uma série de formas inerente à determinada TD; d) TD está diretamente relacionada à evocação [resgate voluntário feito pela memória, recordação]. Assim, de acordo com Kabatek (2006), postula-se como Tradição Discursiva a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo⁴⁰ próprio. Portanto, enquadraram-se nesse universo os manuais de boas maneiras. Esses manuais obtiveram êxito graças à população externa à corte, pois as pessoas integrantes do círculo motriz do exemplo civilizatório não precisavam dos livros para copiar comportamento.

Dentre os muitos comportamentos que deveriam ser praticados pela sociedade civilizada, o mais expressivo e mais vigiado era o comportamento à mesa. Muitos dos hábitos e do luxo da corte deixaram de ser exclusivos a ela, popularizaram-se em meio aos estratos menos altos da sociedade, principalmente devido à ascensão econômica dos burgueses. Assim, o último esteio a ser

³⁹ *Textsorten*.

⁴⁰ Cf. Saussure (1916).

defendido como exclusividade da nobreza era a maneira requintada de se estar à mesa, e isso vale para anfitrião e convivas.

Paris adotou um comportamento-padrão à mesa, uma uniformização da civilização. A mais influente das sociedades de corte, Paris difundiu seus códigos de conduta, suas maneiras, sua moda, seus gostos e sua língua por todas as demais cortes européias. Civilizado era o modo de ser parisiense. O que se viu, então, na passagem do final da Idade Média para a Idade Moderna, não foi apenas uma sociedade de corte ali outra lá. Foi uma aristocracia de corte que abarcava toda a Europa Ocidental, cujo centro era Paris. A comunicação social entre uma corte e outra se dava de forma mais eficiente do que entre uma corte e um dos Estados que a compunham.

O correto uso dos utensílios à mesa – trocavam-se as mãos pelos talheres –, a parcimônia na confecção dos pratos, a manutenção da limpeza da boca e das mãos durante as refeições, não cuspir à mesa foram algumas das normas civilizatórias instituídas, que deveriam ser observadas por todos os comensais. Quanto aos anfitriões, além de cumprirem as normas alusivas aos convivas, deveriam saber receber, ter receitas adequadas aos gêneros alimentícios disponíveis às respectivas estações do ano, estar atentos às restrições dietéticas dos convidados. Evidenciou-se, assim, a necessidade dos manuais de cozinha, cuja finalidade primeira seria a compilação das receitas disponíveis. Segundo Rendon *et alii* (1998), em *The medieval kitchen*, a “literatura dos livros de cozinha” é, em primeiro lugar e antes de qualquer coisa, uma literatura técnica.

Foi assim que, na civilização ocidental, no final do século XV, em 1486, foi impresso o primeiro livro de cozinha da França⁴¹, sob o título *Le Viandier*, contendo 230 receitas, das quais 80 eram oriundas de manuscritos medievais, sendo tal livro reimpresso 23 vezes por 13 editores diferentes de Paris, Lyon e Toulouse.

⁴¹ Do segundo milênio a.C., oriundas da Mesopotâmia, datam as mais antigas receitas de cozinha de que se tem conhecimento.

4.4 ASPECTOS CULTURAIS DA SOCIEDADE PORTUGUESA NO SÉCULO XVII

Portugal, no século XV, a partir de 1415, com a tomada de Ceuta, arrancou na frente rumo à expansão marítima europeia, epopéia cantada e espalhada por toda parte pelo bardo português. Já no século XVI, Lisboa transformara-se em uma das grandes metrópoles cosmopolitas da Europa, atraindo as gentes comuns de todos os continentes por causa das excelentes oportunidades de multiplicação de riquezas, e também alguns dos principais mercadores europeus. Como era de se esperar, essa gente trazia consigo o seu modo de falar e a sua maneira de ser. A expansão europeia mexeu com a mentalidade e com a ideologia do homem português, seduzindo-o à beleza e aos encantos da cultura d'além fronteiras. Nesse contexto, a fixação de uma língua nacional⁴² emerge como uma forma de afirmação tanto de identidade como de autonomia.

Para a generalização e regulamentação da língua portuguesa, surgiram as *cartinhas* ou *cartilhas*, gramáticas, propostas de uniformização ortográfica e a produção de textos religiosos e morais. Segundo Mattos e Silva (1991), a partir da segunda metade do século XIV, em progressão constante na primeira metade do século XV, a modalidade escrita da língua portuguesa sedimentou-se, através da tradução e reprodução de documentos literários e para-literários.

Coelho (2000) informa que, no auge do século XVI, foram publicados em Portugal aproximadamente 1.904 títulos, distribuídos entre os seguintes temas: organização e doutrina da Igreja (651), moral e direito canônico (448), serviço do Estado e doutrina civil (278), literatura (139), biografias e orações fúnebres (98), filosofia e teologia (38), astronomia, matemática e repositório dos tempos (31), relatórios de viagem (23), questões médicas (18) e artes e técnicas⁴³ (14). Portanto, nada ainda que se reportasse à cozinha ou à arte culinária.

Vem de outra pesquisadora sobre a escrita portuguesa no século XVII, Marquilhas (2000), a informação de que a sociedade dessa época possuía baixíssimos níveis de alfabetização, Reis (1988 *apud* MARQUILHAS, 2000),

⁴² Os “vulgares”, designação oposta ao latim, que ainda mantinha o seu estatuto de língua de prestígio.

⁴³ Nos dados fornecidos pelo autor, verificou-se uma diferença da ordem de 166 livros.

Portugal, ainda em meados do século XIX, tinha 80% de analfabetos. O Portugal seiscentista correspondia ao perfil das sociedades de alfabetização restrita, nas quais, por razões técnicas, religiosas ou sociais, a maioria da população se manteve na tradição oral, e só um pequeno grupo privilegiado herdou e cultivou a tradição escrita. Todavia, com base em documentação inquisitorial, sabe-se que a prática da escrita, que serviu a uma classe reduzida, clerical, nas suas funções oficiais, serviu paralelamente a todas as faixas sociais, em níveis diversos, tais como o das relações privadas, o da intervenção comunitária ou o da prática da magia. Portanto, na sociedade portuguesa seiscentista, podia já depender de uma certa habilidade com a escrita a solução dos problemas cotidianos. Ainda, segundo Marquilhas, no início de 1621, no rol dos livros de propriedade dos leitores do bispado de Lamego, registrou-se a posse de 1.125 volumes, cuja temática se dividia em: religiosa (745), antiguidade latina e grega (120), literatura – diálogos, romances, novelas, fábulas, poesia lírica e épica, comédias e autos profanos – (73), ensino de gramática, retórica e filosofia (67), ciências – as técnicas “artes”, médicas, naturais, exatas e herméticas – (54), história e geografia (32), direito civil (21)⁴⁴. Assim, em Portugal, mais uma vez, atesta-se a inexistência de obra referente à cozinha ou à arte culinária para esse período.

Portugal adentra o século XVII precisando de reafirmar a sua identidade política e sócio-econômica, haja vista ter perdido, em 1580, a sua independência para a Espanha, só restabelecendo o funcionamento das suas instituições de forma própria e independente e a garantia do reconhecimento e de sua participação na política internacional como reino soberano em 1º de dezembro de 1640. Esses foram os ideais da política portuguesa, a partir do século XVII, numa Europa rendida ao prestígio da monarquia francesa.

Todavia, as instituições internas da monarquia reforçaram-se no reinado de D. João IV, o restaurador, no período compreendido entre 1640-1656, no que concerne à corte, aos tribunais superiores, à convocação de grupos militares para a guerra continental e para a independência dos territórios ultramarinos, após a criação do Conselho de Guerra e do Conselho Ultramarino, companhias de

⁴⁴ O conjunto soma 1.112 volumes, havendo uma diferença de 13 volumes, devido à impossibilidade de identificação desses. [explicação fornecida pela autora]

comércio, revitalização da língua e da cultura, reafirmação do papel das universidades e das organizações religiosas, bem como dos caminhos de uma arte nacional.

É em meio a todo esse processo de reconstrução da identidade portuguesa, anteriormente caracterizado, que, em 1680, surge *Arte de cozinha*, de autoria de Domingos Rodrigues. Esse manual, que em princípio seria apenas uma coletânea de receitas, abarca também a condição de “manual civilizatório”, na medida em que instrui quanto às normas de higiene na preparação dos alimentos e na conservação do ambiente de cozinha, bem como quanto à correta maneira de preparar um banquete, preservar saudáveis os gêneros alimentícios e receber os comensais; enfim, é um manual civilizatório em meio a uma compilação de receitas de cozinha no Portugal do século XVII.

4.5 QUEM: DOMINGOS RODRIGUES

Descrever-se-ão, a seguir, as variáveis sociolingüísticas: *quem escreveu, quando, onde, para quem e como*, relevantes para a análise deste trabalho. Responder a essas variáveis permitirá caracterizar o primeiro manual culinário impresso em Portugal em meio aos valores e rituais da sociedade lusitana da época.

Domingos Rodrigues nasceu em 1637, na Vila Cova, no bispado de Lamego e, morreu em 20 de Dezembro de 1719, na Cidade de Lisboa. Foi mestre de cozinha da Casa Real, no reinado de D Pedro II "O Pacífico" (1683-1706). De biografia reduzida, sabe-se, porém, que sua ascensão hierárquica foi devido à sua competência profissional. É de Rodrigues a informação contida no prólogo da *Arte de cozinha*, dizendo-se no ofício da arte culinária havia 29 anos, fato que revela a sua precoce inserção no mundo das artes culinárias, com apenas 14 anos de idade. A obra de Rodrigues veio a público em 1680, como se observa, pelo menos, três anos antes do início do seu exercício como mestre de cozinha de Sua Majestade. Entretanto, o seu ofício na arte culinária já era conhecido pela nobreza, pois servira, por longo período, ao pai do conde de Vimioso, a quem

Rodrigues fez o elogio do ilustre fidalgo, oferecendo-lhe, respeitosamente, a sua obra:

V. S. receba debaixo do seu amparo esta pequena demonstração do meu afecto, nem tenha o que só se encaminhar a seu gosto. Deus guarde a pessoa de V. S. para o esplendor de sua Casa, refúgio de seus servos, e única glória de seus apaixonados. Domingos Rodrigues⁴⁵

Para Cascudo (2004), Rodrigues servira ainda a D João IV, o primeiro soberano da linhagem dos Bragança. Todavia, salienta-se que Rodrigues serviu diretamente à D. Maria Francisca de Sabóia, filha do Duque de Nemours, nascida em Paris, e enviada a Portugal, por Luís XIV, com a finalidade de anular o seu casamento com D. Afonso VI e unir-se em matrimônio com seu irmão D. Pedro II, que passara a rei de Portugal. Tal ocorrência permite a hipótese da ascensão de Rodrigues como cozinheiro real, graças à indicação de D. Maria que o manteve como cozinheiro principal do palácio até morrer, três anos depois da publicação da *Arte de cozinha*. Assim, não se pode negar a influência da cozinha francesa e dos hábitos que a rainha trouxera consigo, na obra de Rodrigues, revelando os modos da corte e das grandes casas francesas nesse período. O real cozinheiro português teve a conveniência de servir a uma rainha que se interessava pela boa cozinha, oriunda de uma família cuja tradição era arregimentar bons cozinheiros, dentre os quais La Varenne⁴⁶.

No século XVII, o cargo de cozinheiro real tinha o seu *status*, sendo de sua responsabilidade a preparação dos banquetes realizados no paço real ou em casa dos nobres senhores. Como já se destacou, era prova de civilização o saber receber e estar à mesa.

Domingos Rodrigues, fortemente influenciado pela cultura francesa, muda a ementa e dita o novo parâmetro da etiqueta à mesa no Portugal do século XVII:

Com o exercício de vinte e nove anos e com a assistência dos maiores banquetes desta Corte, e de todos os da Casa Real, me habilitei para fazer esta Arte.⁴⁷

⁴⁵ Excerto da dedicatória da 2ª ed. da *Arte de cozinha* (1693)

⁴⁶ La Varenne, o cozinheiro mais prestigiado da França, no século XVII, deixou de trabalhar para o Conde D'Uxelles, para servir na casa dos Nemours, pais de D. Maria Francisca de Sabóia.

⁴⁷ Excerto do prólogo da *Arte de cozinha*.

4.6 O QUÊ: *ARTE DE COZINHA*

Arte de cozinha foi o primeiro tratado impresso de cozinha portuguesa, com caráter de manual da arte culinária, contendo receitas de todos os gêneros da culinária portuguesa ou não, compiladas pela primeira vez por um cozinheiro real, Domingos Rodrigues, que já era sabedor do sucesso dos demais compêndios culinários. Por isso, tem-se o interesse em saber para quem, quando, onde e como ele escreve. Além das receitas, esse tratado reúne uma série de ensinamentos sobre a forma do bem comer, assim como requintes para bem se receber e saber portar-se à mesa. Rodrigues fala desse tema no prólogo e no último capítulo, intitulado de “De algumas advertências muito necessárias para a inteligência e bom exercício desta Arte”, no qual adverte que os novos costumes, já conhecidos pela Europa, devem também a fazer parte da cozinha lusitana, como por exemplo, a redução da dosagem das especiarias, saindo da abundância para a parcimônia no século XVII, a fim de se evitar a alteração no sabor dos alimentos, fato recorrente nos séculos antecedentes; trata ainda da qualidade dos alimentos, da adaptação das quantidades ao número de convidados, das normas de higiene e a adoção de dietas medicinais. Observando a estrutura desse manual, percebem-se as características de duas tradições discursivas, ou seja, a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire um valor de signo próprio, presentes na obra de Rodrigues: as dos manuais civilizatórios⁴⁸ e as dos livros de cozinha, uma perpassando a outra, na medida em que se tem a divulgação das receitas atreladas ao saber portar-se à mesa, condição *sine qua non* para ser aceito como integrante de uma sociedade civilizada dessa época, sendo Portugal o último país da Europa ocidental a inserir-se como produtor desse tipo de livro.⁴⁹

Uma das marcas caracterizadoras dos manuais de cozinha é a compilação de receitas. Segundo Strong (2004), desde muito cedo, a troca de receitas fez parte dos hábitos da humanidade. Porém, antes da prática da escrita, a arte culinária

⁴⁸ Cf. Elias (1994) — Os manuais civilizatórios traziam instruções, tais como: “Não se deve haver meleca nas narinas. Ninguém demonstra decoro usando a mão e, em seguida, enxugando-a na roupa. É mais decente pegar o catarro em um pano, preferivelmente se afastando dos circunstantes. etc.

⁴⁹ Desde 1460, através do *Libro de arte coquinaria*, do suíço *Maestro* Martino, que a produção dessa literatura se tornara ininterrupta.

era transmitida oralmente. Depois, com o advento da escrita, multiplicaram-se os manuscritos “culinários” – evidência de um lídimo interesse leigo pela gastronomia –, cujos conteúdos se relacionam e se interpõem de tal modo que comprovam a existência de uma arte culinária medieval em toda a Europa, apesar das variações regionais. Quanto ao gênero receitas culinárias, a sua transmissão, na maioria das vezes, era feita informalmente, ou seja, as receitas eram transmitidas através das gerações, fazendo parte da herança familiar, ou sendo compartilhadas por interesses afins, mesmo porque, só depois da revolução cultural causada pela invenção da imprensa é que houve a proliferação de publicação de antigos livros de receita que já existiam em manuscrito, arduamente escritos um a um, processo dispendioso por sua própria natureza. Portanto, no espaço geográfico português, acredita-se que no século XVII essa transmissão ainda se dava majoritariamente no âmbito familiar, mantendo, assim, a sua tradição.

Nas páginas introdutórias ou no decorrer do livro do “cozinheiro Del Rei”, nada é revelado a respeito da origem das receitas que foram nele compiladas. Pelo contrário, Rodrigues afirma que todas as receitas ali contidas foram, por ele, experimentadas, e a maior parte delas inventadas graças à sua habilidade. Tal informação foi contestada por Cascudo (2004), que se baseou no estudo de dona Maria José da Gama Lobo Salema⁵⁰ a respeito do *Trattado di cucina spagnuolo*, manuscrito escrito em português, encontrado na Biblioteca Nacional de Nápoles, no qual se registra a popularidade de idênticos acepipes nas famílias fidalgas, oriundos das receitas de senhoras da nobreza, tais como a marmelada de dona Catarina Ximenes e a tigelada de leite ou as almogávanas de dona Isabel de Vilhena. Tem-se ainda a coincidência dos pratos: coelho, galinha ensopada, galinha mourisca, lampreia, manjar branco, murcela, pastéis de carnes, pastéis de pombos, pastéis de tutano, tigelada de leite, tigelada de perdiz e tutanos. Outro relato que impede o direito autoral de todas as receitas a Rodrigues é o registro da utilização de algumas delas nas cozinhas do rei e dos duques, na época de D. Manuel I “O Venturoso” (1495-1521) e de seu real filho D. João III “O

⁵⁰ Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, *Tratado de cozinha* – século XVI. Dissertação para Licenciatura em Filologia Românica. 1956.

Piedoso" (1521-1557), cerca de cento e quarenta anos antes da *Arte de cozinha*. Entretanto, as evidências de que houve compilação de receitas, como se demonstrou acima, praxe nessa tradição discursiva, não descredenciam a autoria do primeiro tratado impresso de cozinha portuguesa a Domingos Rodrigues, pois, além de compilá-las, fez adaptações que, inclusive, deram origem aos novos nomes de receitas: cardos de Fernão de Sousa, coelho de João Pires, coelho de Miguel Dias, galinha de Fernão de Sousa, galinha de Fernão Lopes, perdiz de Miguel Dias e pombos de D. Francisco.

Segundo Pericão e Faria (1987), são conhecidas dezoito edições desse tratado, conforme discriminado abaixo:

*ARTE DE COZINHA:*⁵¹

- 1680 – edição *princeps*, constituída da primeira parte, que trata do modo de cozinhar vários pratos de todo gênero de carnes e de fazer conservas, pastéis, tortas e empadas, e da segunda parte, que trata de peixes, mariscos, frutas, ervas, ovos, laticínios, doces, e conservas pertencentes ao mesmo gênero; foi publicada em Lisboa, por João Galvão.

- 1683 – a segunda edição também foi atribuída ao mesmo João Galvão; contém uma dedicatória ao conde de Vimioso, cujo pai o autor serviu por longo período, e a quem Rodrigues faz o elogio do ilustre fidalgo, oferecendo-lhe, respeitosamente, sua obra.

- 1692 – a terceira edição foi a edição utilizada por Gilberto Freire, citada em Casa grande e senzala.⁵² Segundo Pericão e Faria (1987), esse teria sido o único autor a referenciá-la.

- 1693 – a quarta edição, acrescida da terceira parte, que trata da forma dos banquetes para qualquer tempo do ano, e da maneira como se hospedarão os

⁵¹ As informações a respeito das dezoito edições encontradas, até a data de 1987, do livro *Arte de Cozinha* foram extraídas da apresentação dessa obra, feita por Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria, em julho de 1987.

⁵² Cf. Freire (2005) – “O cronista que acompanhou a Lisboa o cardeal Alexandrino em 1571 notou o abuso de açúcar, canela, especiarias e gemas de ovos cozidos na comida portuguesa. Informaram-lhe que a maior parte dos quitutes eram mouros. Observou também o fato de a meio do jantar mudarem-se os guardanapos – requinte de limpeza talvez desconhecido entre os italianos. Os velhos livros de cozinha portuguesa como a *Arte de cozinha* de Domingos Rodrigues, mestre-de-cozinha de Sua Majestade (Lisboa, 1692), vêm cheios de receitas mouras e mouriscas”

embaixadores, e como se guarnece uma mesa redonda à estrangeira; impressa em Lisboa, por Manuel Lopes Ferreira.

- 1732 – quinta edição, editada pela Officina Ferreiriana
- 1741 – sexta edição, impressa por Carlos Esteves Mariz.
- 1754 – sétima edição, citada na Cozinha do Mundo Português.
- 1758 – oitava edição, impressa por Manoel Antônio, na sua oficina de Lisboa.
- 1765 – nona edição, impressa por João Antônio da Costa, em Lisboa.
- 1794 – décima edição, impressa por João Antônio dos Reis.
- 1804 – décima primeira edição, reeditada por João Antônio dos Reis.
- 1814 – décima segunda edição, impressa na oficina de Eugênio Augusto, em Lisboa.
- 1814 – décima terceira edição, editada na Impressão Régia, em Lisboa.
- 1821 – décima quarta edição, impressa pela viúva de Lino da Silva Godinho.
- 1836 – décima quinta edição, impressa pela oficina de J. N. Esteves e Filho, na Rua dos Capelistas, nº 31-C, em Lisboa.
- 1836 – décima sexta edição, impressa na Tipografia de Eugênio Augusto, em Lisboa.
- 1844 – décima sétima edição, impressa na Tipografia de M. J. Coelho, em Lisboa.
- 1849 – décima oitava edição, impressa na oficina de Mathias José Marques da Silva.

O grande número de edições dessa obra comprova o interesse que esse tema mantinha junto à sociedade lisboeta dos séculos XVII ao XIX. Afinal, não se deve esquecer de que esse foi o primeiro tratado impresso de cozinha portuguesa, escrito em língua portuguesa, e direcionado à sociedade portuguesa, muito embora, em princípio, fosse restrito ao estrato mais elevado dessa sociedade, como se mostrará adiante. *Arte de cozinha* é um marco na literatura portuguesa, e serviu de protótipo para as obras que posteriormente surgiram, sendo que apenas duas dessas alcançaram tamanha notoriedade. Em 1798, portanto, cento

e dezoito anos após o lançamento da edição princeps do *Arte de cozinha*, chegou ao público português a edição do *Cozinheiro moderno ou nova arte de cozinha*, de Lucas Rigaud, que a menosprezava enfaticamente:

“O que me obrigou a dar à luz esta obra, foi ver um pequeno livro, que corre com o título de Arte de Cozinha, escrito em idioma portuguez; o qual de tão defeituoso, que sem lhe cotar os erros, e impropriedades em particular, se deve regeitar inteiramente como inutil, e incompatível com os ajustados dictames da mesma Arte.” (*apud* PERICÃO e FARIA, 1987)

Depois, só no século XIX, em 1840, de autor ignorado, que assina R.C. M., porém sabido cozinheiro da nobreza, no Brasil, surge um novo manual culinário. *O Cozinheiro Imperial*⁵³ valeu-se de estratégias semelhantes às de Rodrigues para ditar o comportamento à mesa, hábitos e cuidados nos procedimentos culinários, ministrando com autoridade as instruções civilizatórias. Da essência dos molhos aos segredos do perfume dos alimentos, *O Cozinheiro imperial* traçou um panorama da cozinha internacional, adaptando-a aos trópicos com o uso de ervas e especiarias nativas. E, para aqueles ainda muito inábeis na arte de comer e cozinhar, ensinou até mesmo como usar o garfo – utensílio em voga desde o século XVI. Demonstrou o seu orgulho, adequado ao papel que assume de renovador, criador e organizador dos hábitos que deveriam influir na vida cotidiana da época. Também menospreza as obras anteriores, sem, todavia, citar os seus nomes:

Ao Brasil faltava um tratado especial da arte culinária; contando apenas com uma ou duas compilações publicadas em Portugal muito tempo atrás, e que não satisfazem os desejos pela falta de variedade de pratos, explicações necessárias, e números de receitas, muito atrasadas em relação ao estado atual da ciência, tal necessidade já era sentida por todos. É tempo portanto de satisfazê-la.

Tanto em um autor como no outro, parece que o desprezo à obra de Rodrigues é muito menor do que o orgulho que os domina.

A edição do *Arte de cozinha* que é usada neste trabalho foi impressa em Lisboa (1995), pela Colares Editora, com base na edição de 1693, última edição em vida de Rodrigues, acrescida da 3ª parte do livro, contando, provavelmente

⁵³ Este livro foi redescoberto em 1995 e atualizado pelas mãos da professora universitária e cozinheira Vera Sandroni.

com a aquiescência do autor, sendo a sua impressão autorizada, pelas autoridades inquisitoriais da época, por se encontrar fiel à sua edição “original”.

Pode-se tornar a imprimir, vistas as licenças do Santo Ofício, e Ordinário, e depois de impresso tornará para se conferir, e taxar, e sem isto não correrá. Lisboa 13 de Dezembro de 1692. Mello P. Azevedo. Ribeyro. D. Cerqueyra.

Visto estar conforme com seu original, pode correr. Lisboa 30 de Julho de 1693. Pimenta. Noronha. Castro. Foyos.

Pode correr. Lisboa 1 de Agosto de 1693. Serrão

Taxam este livro em 10 Reis. Lisboa o primeiro de Agosto de 1693. Mello P. Lampea. Machado. Azevedo. Ribeyro. Sampayo.

O critério de edição utilizado pela Colares Editora, fixado no final do livro, foi a manutenção integral do texto, tal qual esse se apresenta da edição-base, procedendo, porém à atualização da grafia.

A presente reedição integral foi feita a partir da terceira edição da “Arte de Cozinha”, de 1693. Feita ainda em vida do autor, foi-lhe por ele acrescentada uma terceira parte, sendo por isso a mais completa e por essa razão foi a escolhida.

Na fixação do texto optou-se pela actualização da grafia, respeitando-se rigorosamente a redação original.

Portanto, essa edição foi escolhida por ser a que, provavelmente, reflete mais fidedignamente a gramática desse autor do século XVII.

Entretanto, fiel à proposta deste trabalho – analisar a sintaxe dos clíticos, no português europeu do século XVII, utilizando um autor fora do cânone literário –, trabalhar-se-á com as receitas em igual teor e forma, tal qual se apresentam na edição-base de 1693, preservando a sua sintaxe.⁵⁴

4.7 PARA QUEM

Como se demonstrou acima, Rodrigues, muito embora não fosse de ascendência nobre, devido ao exercício de sua profissão, desde cedo conviveu junto à corte portuguesa. E, esse, por si só, já poderia ser um fator relevante para que o público-alvo de sua obra fosse a classe social mais elevada. Porém, outros fatos

⁵⁴ A edição 1995 contém um criterioso estudo, feito por Alfredo Saramago, tratando da gastronomia lusitana no século XVII.

coadunam-se para se defender que o tratado *Arte de cozinha* é destinado apenas às pessoas das classes sociais mais favorecidas. Começar-se-á pela escolha dos ingredientes, que eram de difícil acesso às classes mais baixas, em decorrência de seu alto preço, pois, de acordo com a descrição desse primeiro tratado alimentar impresso, os portugueses do século XVII alimentavam-se de aves, berbigões, camarão, caramujos, carnes diversas, lagosta, leite, mexilhões, ovos, peixes e queijo. Isso sem ainda se mencionar as especiarias, cuja própria designação já lhe atribui certo *status*, pois, como se sabe, as especiarias eram, desde sempre, consideradas o “metal” precioso da Índia⁵⁵, produtos difíceis de se obter, pelos quais se esperavam caravanas e mercadores experientes vindos do oriente. Também denominadas de “pós para a cozinha”, as especiarias configuraram uma distinção entre a cozinha do século XVII e a dos séculos anteriores, haja vista que, nesse período, o uso das especiarias já é amplamente conhecido e venerado. De acordo com Pericão e Faria (1987), tem-se o registro de que desde a feira de Guimarães, que foi criada em 1258, um dos produtos sobre os quais incidia tributo era a pimenta, especiaria indicada no decreto de D. Afonso III, datado de 1253, cuja taxa correspondia a 15 libras por arroba, valor considerado alto para o padrão monetário da época – em 1253, Afonso III taxou o marco de prata (1 marco = 227,8 gramas = meia libra-peso) em 12 libras portuguesas, 240 soldos ou 2.880 dinheiros. A recomendação ao uso de especiarias, inclusive no fabrico medicamentoso, já fora feita, abundantemente, em outra recolha de receitas portuguesas, no código *Livro de cozinha da Infanta D. Maria*, datado do final do séc. XV, guardado na Biblioteca Nacional de Nápoles. Ressalta-se aqui a posição social de uma infanta, pertencente ao mais alto estrato social do país. Portanto, os ingredientes indicados no tratado de cozinha de Rodrigues eram artigos de luxo para a referida época, comprovadamente, restritos às classes mais abastadas, fato que revela o seu público-alvo: os endinheirados. Outro indício comprobatório dessa platéia é a elaboração da terceira parte do referido livro: *Forma com se hão de dar os banquetes em todos os meses do ano*. A palavra

⁵⁵ A primeira viagem concretizada da Europa para a Índia, cruzando o Atlântico, sob o comando do navegador português Vasco da Gama, no reinado do rei D. Manuel I (1497-1499), foi uma das mais memoráveis da Época dos Descobrimentos; consolidou a presença marítima e o domínio das rotas comerciais pelos portugueses.

banquete, ainda que se queira usá-la com sentido figurado, reporta a uma situação de refeição solene e aparatosa, para um grande número de convidados; evento distante da realidade dos menos favorecidos sócio-economicamente. Ainda, como já se expôs, a corte francesa, modelo para demais cortes europeias do século XVII, tinha como objetivo, ao cultivar modos refinados de se estar à mesa, com receitas peculiares, manter e enfatizar a distância hegemônica da corte das classes menos favorecidas, pois, embora as condições dos camponeses piorassem cada vez mais, havia um crescente número de burgueses galgando esferas sociais mais prestigiadas. Por último, outro fato que confirma o que ora se propugna é a declaração do senhor Antônio de Aguiar e Silva, censor do Santo Ofício, órgão responsável por proceder ao crivo, liberar ou negar uma publicação na época da inquisição:

Senhor Vossa alteza me ordena veja este livro da *Arte de Cozinha* de que é autor Domingos Rodrigues, e o quer dar à impressão Francisco de Souza; e ainda que a minha profissão não é esta, devia persuadir-se quem me inculcou para este exame, que eu especulativamente entenderia desta arte alguma coisa, porque praticamente era impossível, *sendo pobre*.⁵⁶ [grifo nosso]

Atesta-se, portanto, também através de tal declaração, que o primeiro tratado impresso de cozinha portuguesa teve como público-alvo a classe dos mais abastados, que, com certeza, poderia pôr em prática suas receitas.

4.8 QUANDO/ONDE

Arte de cozinha recebeu, do Tribunal do Santo Ofício, a licença para sua publicação, através do parecer concedido pelo censor Antônio de Aguiar e Silva. Esse parecer foi acompanhado com prudentes restrições teológicas, em 18 de março de 1679. Através dessas restrições, pôde-se conhecer como a atividade de cozinheiro, que era vista como um mero trabalho, ascende à posição de prestígio:

E quanto a este ofício de Cozinheiro, quando começou no mundo, não tinha outro título mais que de ministério, depois passou a Arte [...]

⁵⁶ Excerto da 1ª licença para a publicação da *Arte de cozinha*, concedida em 18/03/1679.

Depois passou a ofício, quando o luxo introduziu manjares mais delicados, e por tal se nomeia em Direito, [...] e o que mais é, passou a dignidade no Cozinheiro do Pontífice, e do Príncipe,

Nessa citação, percebe-se também que mesmo as autoridades eclesiásticas já tinham ao seu serviço uma pessoa na função de cozinheiro. E, talvez isso, somado ao fato de ser o autor do manual em questão o cozinheiro de V. Alteza, tenha coibido a vontade primeira do censor, que expressara o seu pesar pela presença de tal literatura em Portugal:

[...] contudo direi o que se me oferece. Dois livros vi impressos desta Arte de Cozinha, ambos Castelhanos, um de Pedro Moreto, outro de Francisco Martines Montino, e confesso que senti muito que corresse em Portugal, mas antes parecera conveniente, que se fizesse lei, em se proibissem, pelo prejuízo que redundava à República, e ainda ao serviço de Deus destes incentivos à gula, [...]

Por fim, servindo a uma série de objetivos, dentre os quais se destacam a reafirmação da identidade política e sócio-econômica de Portugal – depois de sessenta anos de dominação espanhola –, e a fixação do ofício da boa cozinha, a literatura lusa insere-se nas tradições discursivas dos livros de receitas e dos manuais civilizatórios, através da obra de Rodrigues:

Crédito é dos escritores a utilidade, que se tira dos seus escritos, porque então colhem o melhor fruto dos seus trabalhos, quando mais utilizam com as notícias, que inculcam. [...] E posto que em Portugal havia grande falta desta Arte, não foi só ela que me incitou tomar por minha conta sair à luz com este limitado fruto do meu desvelo, porque o engenho de muitos supria toda a falta; mas os repetidos rogos de meus amigos, e de alguns Senhores, que me obrigaram a condescender com o seu desejo, foram a causa principal desta minha resolução; [...] ⁵⁷,

Concedido o parecer favorável à publicação, o manual *Arte de cozinha* foi publicado, pela primeira vez, na Cidade de Lisboa, no ano de 1680, pelo editor João Galvão, nome distinto do que consta na licença fornecida:

[...] pelo que, Senhor, como esta Arte passou já a ofício, e o haja em todas as casas da Nobreza de Portugal, razão será haver quem o saiba obrar bem. O autor é grande oficial, tem a aprovação do S. Ofício, o livro conferi com outros, e não tem menos doutrina dos que tem saído a público, e é escrito na língua Portuguesa, com que será mais fácil aprenderem os principiantes, e se aperfeiçoarem os deste ofício, e assim me parece se pode dar a Francisco de Sousa a licença que pede para o imprimir. Deus

⁵⁷ Excerto do prólogo da *Arte de cozinha*.

guarde a Real Pessoa de V. A. Lisboa 18 de Março de 1679. *Antônio de Aguiar e Sylva*

4.9 COMO

Arte de Cozinha de 1693 já aparece com as três partes que compõem esse livro:

- Prólogo — apresentação e razão de sua criação;
- Primeira parte – trata do modo de cozinhar vários pratos de todo o gênero de carnes, e de fazer conservas, pastéis, tortas e empadas;
- Segunda parte – trata de peixes, mariscos, frutas, ervas, ovos, laticínios, doces, e conservas pertencentes ao mesmo gênero;
- Terceira parte – trata da forma de banquetes para qualquer tempo do ano, e do modo como se hospedarão os embaixadores, e como se garante uma mesa redonda à estrangeira.
- Capítulo último — de algumas advertências muito necessárias para a inteligência e bom exercício da arte culinária.

Na edição de 1693, foi a última vez que se registrou a dedicatória ao Conde de Vimioso, presente desde a primeira edição.

Segundo Saramago (1995), Rodrigues dedicou 129 receitas às caças, 99 às aves, 45 à carne de vaca, 25 à carne de porco, 66 aos peixes e 48 aos vegetais, ingrediente que não era de praxe nessa tradição. Os doces, frutas cristalizadas e compotas foram tratados em 103 receitas.

Quanto à questão da originalidade nas receitas portuguesas, percebe-se uma natural influência bem marcada da cozinha francesa, tanto na utilização de ingredientes, quanto na designação de diversos pratos: sopas ou caldo à francesa, galinha em potagem à francesa, frangos à francesa, folhado francês etc. Verificam-se, ainda, os traços das cozinhas:

- inglesa – Empadas inglesas e tortas inglesas;
- italiana – Sopas à italiana, cardo ou presunto agridoce à italiana;
- moura – Lombo de vaca à mourisca, peixe à mourisca, cucegos lardeados fritos à

mourisca, na olha moura e nas almojávemas:

- semita– Carneiro de judeu ou mãos de porco de judeu;
- turca– Frangãos turcos, pombos turcos com natas e cardos.

Na área dos temperos, muito embora haja um decréscimo em sua utilização, ainda se verifica um percentual elevado de uso (70 a 80%). Quase 50% das receitas de Rodrigues ou levam açúcar, ou vinagre e limões em excesso, ou as duas coisas ao mesmo tempo. O uso de gorduras também é elevado (80%), especialmente o uso da manteiga, que não banuiu de vez a banha de porco, o toucinho e o azeite. Vale a pena ressaltar que nessa época ser magro era sinal de fraqueza, falta de saúde, além de ser um indício de pobreza. A quantidade de receitas relativas aos doces demonstra a sua importância na culinária portuguesa. A cozinha portuguesa destaca-se também pela doçaria.

O prólogo é composto em prosa, contendo cinco parágrafos, com texto redigido em primeira pessoa do singular, descrevendo a necessidade de se ter, em Portugal, um livro dedicado a arte culinária, bem como relatando a solicitação de amigos e senhores da corte para que o fizesse.

E posto que em Portugal havia grande falta desta Arte, não foi só ela a que **me incitou** tomar por minha conta sair à luz com este limitado fruto do meu desvelo, porque o engenho de muitos supria toda a falta; mas os repetidos rogos de muitos amigos, e de alguns senhores que **me obrigaram** a condescender com o seu desejo, foram a causa principal desta minha resolução; e com efeito a conseguiram porque sempre os favorecidos adquirem alentados brios para empreenderem coisas não intentadas; que por isso intentei esta; porque **me persuadi** que faltar aos amigos que **me rogavam** não era fineza, e não satisfazer aos senhores que **ma pediam** era pouco respeito.

Uma vez aceita a proposta, apresenta a sua qualificação como cozinheiro e, termina descrevendo a “metodologia” que foi aplicada na formação do *Arte de cozinha*.

Com o exercício de vinte e nove anos e com a assistência dos maiores banquetes desta Corte, e de todos os da Casa Real, **me habilitei** para fazer esta Arte. Todas as coisas que nela ensino experimentei por minha mão e as mais delas inventei por minha habilidade. Creio provavelmente que a todos será útil; e quando **o não seja** a todos, ao menos quisera que todos **me agradeceram**, não o trabalho que tive, mas o grande desejo que tenho de que **o seja**; porque razão é que **se me agradeça** a boa vontade, com que solicito agradar a todos, **ensinando-lhes** o que sei.

Procurei toda a brevidade possível no **explicar-me**, para que mais facilmente possa ser entendido, porque não foi o meu intento fazer volumes, os quais, sendo grandes, muitas vezes servem de cansaço, que de proveito. Evitei muitas prolixidades, porque **me pareceram** impertinentes, que melhor é ensinar resumidamente, que enfastiar com muitos ditames. Deixei muitas miudezas por **me parecer** serão sabidas, ou que **se poderão** aprender facilmente com qualquer uso que ordinariamente este é o melhor mestre, porque sem ele nenhuma coisa **se faz** perfeita.

Quanto às estruturas lingüísticas observadas nas receitas desse tratado culinário, destacaram-se, de modo mais evidente, três diferentes estruturas, o que muito provavelmente indica tratar-se de receitas de procedência diversa:

- Estrutura 1 – Predominância do imperativo afirmativo; clítico pós-verbal

(Pág. 39) SOPAS À ITALIANA – Para se fazerem sopas à italiana, **cozam-se** dois arratéis de carneiro, e meio arràtel de toucinho em uma panela com canada e meia de água, meio quartilho de vinho, um golpe de vinagre, cheiros, e cebola; esta cebola hà-de ser cravejada com cravo, e canela inteira; e como estiver cozido, **tempere-se** com todos os adubos, e **ponha-se** a ferver: depois **tire-se** fora o toucinho, e o carneiro, de sorte que fique o caldo limpo; e não ficàndo mais que em três quartilhos, **deitem-lhe** uma quarta de manteiga, e quantidade de pimenta, **ponha-se** a ferver, e como estiver fervido o caldo, **deitem-lhe** dentro dois bolos de açúcar e manteiga em bocadinhos, e ferva até que engrosse, mexendo-se sempre; **deitem-lhe** meia dúzia de gemas de ovos batidas com quantidade de limão e canela: como estiver bem grosso, lancem em um prato, **ponham-lhe** o carneiro por cima, o qual estará sempre quente; armado com fatias de limão, e coberto com canela, **mande-se** à mesa.

- Estrutura 2 – Predominância do futuro do presente; clítico pré-verbal

(Pág. 68) PATOS DOURADOS – Um pato partido em quartos depois de bem cozido, **o afogarão** em toucinho derretido: como estiver afogado de sorte, que fiquem os quartos inteiros, **os passarão** por ovos batidos: logo assentando-os em sopa de nata sem açúcar, **os mandarão** corar. O tempero deste prato é geral para qualquer casta de carne, e ainda de peixe.

(Pág. 69) CAPEROTADA DE PATO – Depois do pato assado, e feito em pedaços, se assenta um prato ou frigideira sobre fatias: logo da olha **lhe deitarão** por cima duas colheres de caldo gordo, cobrindo-se o prato com um quarto de queijo do Alentejo ralado, misturado com salsa picada, **o molharão** com outra colher de caldo por cima. Feito isto, **o porão** a aboborar em umas brasas, e depois de enxuto, **o mandarão** à mesa.

• Estrutura 3 – Predominância do presente do indicativo; clítico pós-verbal

(Pág. 43) SOPAS DOURADAS DE NATA —Para sopas douradas de nata, **fazem-se** dois pães em fatias, e depois de passadas por uma dúzia de ovos muito bem batidos, **vão-se** pondo em um prato untado de manteiga, em camas, e cada cama de fatias se há-de cobrir de açúcar, e canela: **põem-se** a corar, e depois de coradas estas fatias, **batem-se** duas tigelas de nata no ovo (que sobrou das fatias) com açúcar e canela, muito bem batidas; e **deita-se** este polme por cima das fatias, as quais se tornam a corar; **deita-se** por cima mais açúcar, e canela, e **manda-se** à mesa.

Sabe-se que o modo imperativo é empregado quando se tem o intuito de exortar o interlocutor ao cumprimento da ação indicada pelo verbo. Entretanto, segundo Said Ali (2001), já no século XVI, a linguagem literária filiava o imperativo diretamente ao presente do indicativo. Cunha e Cintra (2007) descrevem o uso do presente e do futuro do presente simples do indicativo, como substitutos do imperativo. Porém, o uso alternado dessas estruturas fornece o indício de que diferentes mãos esculpíram essas receitas.

A primeira parte, que trata do modo de cozinhar vários manjares e diversas iguarias, está dividida em 20 capítulos. Os textos das receitas são constituídos, quase categoricamente, por um só parágrafo, apresentando seus ingredientes em meio ao modo de prepará-los.

A sopa de amêndoa **faz-se deitando-se** em meia canada de leite oito gemas de ovos, meio arrátel de açúcar, quatro onças de amêndoas muito bem pisadas, e uma quarta de manteiga. Tudo isto junto, depois de muito bem batido, **ponha-se** em um tacho a cozer em lume brando, e como for engrossando, **lance-se** em um prato (ou frigideira), **ponha-se** a corar na torteira, ou no forno, e corado **leve-se** à mesa.

A segunda parte, que trata do modo de cozinhar diversos pratos de peixes, mariscos, ervas, frutas, ovos laticínios, conserva e toda a sorte de doces, segue a mesma estrutura textual da primeira, sendo integrada por nove capítulos.

Põem-se a torrar cinco arrátéis de cacau; depois de torrado, **limpa-se** e **tira-se** a casca; **pisa-se** muito bem, **mistura-se** com três arrátéis de açúcar de pedra e três onças de canela fina peneirada; logo que estiver tudo isto muito bem misturado, **vai-se** moendo numa pedra (como quem mói tintas) **mói-se** segunda e terceira vez e quando estiver em massa, **deitam-se** oito baunilhas pisadas e peneiradas e **fazem-se** os bolos na forma que quiserem.

A terceira parte, de fato, é apenas nomeada de a *forma de como se hão de*

dar os banquetes em todos os meses do ano. Como a própria descrição anuncia, primeiramente, cada mês do ano constitui um capítulo, sendo que as receitas só apresentam os pratos que deverão ser servidos.

Novembro — primeira coberta

- 1 Perdizes com lombo de porco.
- 2 Patos com couve
- 3 Leitões assados.
- 4 Tigelada de queijo.
- 5 Pastéis de carneiro folhados.
- 6 Olha-podrida com paio e coentro.
- 7 Manjar-branco em pelas.
- 8 Peru sem osso.
- 9 Pombos turcos.
- 10 Pernas de porco.

Seguem-se, após, as receitas para banquetes ordinários e extraordinários para qualquer tempo do ano, inclusive organizando a disposição dos pratos à mesa.

A última parte repete a estrutura textual do prólogo. É destinada a uma série de advertências que visam ao cumprimento, sobretudo, de normas de higiene, comprovando, assim, o que já disse acima. *Arte de cozinha*, ainda que tardiamente, faz parte da já difusa tradição discursiva “manual civilizatório”.

Terceira advertência. Advirto mais a todos os Senhores, que prezam muito serem assistidos pelos exercitantes desta Arte que de nenhum modo consintam nas suas cozinhas, nem ainda por moços delas, a negros, mulatos, cabras, ou qualquer cozinheiro, que de sua criação, ou inclinação for vil, ou proceder com torpes, e depravados costumes; porque **lhe confesso** hão-de comer com muito pouca limpeza, e com muito risco em sua saúde, que assim **mo tem** mostrado a experiência de muitos anos, e o muito exercício desta minha Arte.

5 DESCREVENDO O ENGENHO DO COZINHEIRO ESCRITOR

Este capítulo é destinado à apresentação das estruturas lingüísticas encontradas nas receitas que integram o livro *Arte de cozinha*, compiladas por Domingos Rodrigues.

O valor de tal descrição é o conhecimento da sintaxe dos clíticos, no século XVII, através de um autor não contemplado pelo cânone literário de Portugal desse período, cuja escrita supostamente deverá refletir uma situação mais próxima do vernáculo da sociedade lusitana, uma vez que seu único objetivo é a transmissão de ‘suas’ receitas, reconhecendo, ele próprio, suas limitações:

Vencido deste motivo confesso me animei a não reparar na minha insuficiência; ainda que me argúam de que, havendo tão grandes officios, eu faça arte de cozinha, porque eu não escrevo para os que sabem, nem para os que só sabem murmurar, mas faço Arte para os que não sabem [...] Procurei toda a brevidade possível no explicar-me, para que mais facilmente possa ser entendido, porque não foi o meu intento fazer volumes, os quais, sendo grandes, muitas vezes servem de cansaço, que de proveito. Evitei muitas prolixidades, porque me pareceram impertinentes, que melhor é ensinar resumidamente, que enfastiar com muitos ditames. (*Arte de cozinha*, p. 39-40)

É produtivo lembrar que as taxas de alfabetização em Portugal sempre se mantiveram mais baixas que as dos restantes países da Europa do Norte e mesmo da Europa mediterrânica. Segundo Magalhães (1996), mesmo na transição para o século XX, a taxa de analfabetos mantinha-se ainda em cerca de 70%. Em finais da Idade Média, a imprensa tipográfica, o livro, a missiva pessoal, a privatização da leitura e da escrita, a mercantilização da economia contribuíram para a grande valorização da cultura escrita. Assim, ser alfabetizado correspondia, em primeiro lugar, a desempenhar um papel de relevo na hierarquia do estado, ou na hierarquia religiosa. Contudo, nos séculos XVI-XVIII, a escola convivia com o contraste entre “cultura erudita” e “cultura popular”. Nesse momento, ser alfabetizado pode corresponder a um desempenho autográfico razoável, permitindo, além da assinatura, a redação de pequenas mensagens, com deficiências ortográficas e caligráficas⁵⁸.

⁵⁸ No século XVI, João de Barros, mostrando a necessidade e ao mesmo tempo a dificuldade de introduzir o ensino da gramática, refere-se aos mestres com termos pejorativos: *Nem todos os que ensinam a ler e escrever, não são para officio que tem, quanto mais que entender a gramática. Uma das coisas menos olhadas*

Diante desses fatos e sendo Rodrigues um escritor de fora da “cultura erudita”, acredita-se que ele deixará à mostra, em sua escrita, a realização do uso da língua do dia-a-dia em detrimento da erudição presente entre os literatos de seu tempo.

Far-se-á a descrição das estruturas lingüísticas co-ocorrentes com clíticos de acordo com os seguintes contextos:

- 1) de ordem fixa;
- 2) de ordem variável.

A observação dos contextos de ordem fixa justifica-se para se verificar se a sintaxe dos clíticos, em Rodrigues, se mantém inalterada, conforme o padrão observado na história do português europeu (PE). E a observação dos seus contextos de ordem variável visa a conhecer a sua gramática, estabelecendo se seria mais inovadora ou mais conservadora, de acordo com a predominância da ênclise ou da próclise, respectivamente.

Como já se expôs, os observados contextos desencadeadores de ordem fixa dos clíticos em ênclise ou próclise são:

- **ORDEM FIXA PÓS-VERBAL:**
 - 1) Verbo em posição inicial absoluta (V1)
- **ORDEM FIXA PRÉ-VERBAL**
 - 1) Orações dependentes.
 - 2) Orações não-dependentes nas quais haja:
 - a) Verbo precedido por operador de negação predicativa;
 - b) Verbo precedido por quantificador;
 - c) Verbo precedido por sintagma -qu;
 - d) Verbo precedido por certos advérbios;
 - e) Verbo precedido por sintagma focalizado.

Já os observados contextos de ordem variável dos clíticos entre ênclise e próclise são as orações não-dependentes ‘neutras’ — designação cunhada por

que há nestes reinos é consentir em todas as nobres vilas e cidades, qualquer idiota e não aprovado em costumes do bom viver, pôr escola de ensinar meninos. (MAGALHÃES, 1994, p. 191) Apenas no século XVIII, a legislação pombalina foi ao encontro da ação dos mestres, estabelecendo regras de acesso à profissão, de exercício e a vigilância das funções docentes.

Martins (1994) —, ou seja, as orações não-dependentes destituídas dos cinco elementos pré-verbais acima especificados.

Esta descrição contemplará apenas as ocorrências de clíticos em orações integradas por formas verbais simples. A sintaxe dos clíticos foi observada nas 432 receitas, bem como no prólogo do livro *Arte de cozinha*. São 483 (29,55%) ocorrências de próclise, 1.144 (70,01%) ocorrências de ênclise e 7 (0,44 %) ocorrências de mesóclise, sendo que, na descrição abaixo, a mesóclise é contada junto à ênclise, por ser aquela uma colocação alternativa a esta nos tempos verbais de futuro do presente e do pretérito.

A partir de agora, apresentar-se-á a descrição, de acordo com os seguintes TIPOS de sentenças:

1) NÃO-DEPENDENTES:

- a) orações matrizes (absolutas ou principais);
- b) orações coordenadas aditivas (introduzidas pela conjunção E);
- c) orações coordenadas alternativas (introduzidas pela conjunção OU);
- d) orações coordenadas adversativas (introduzidas pelas conjunções MAS e PORÉM);
- e) orações coordenadas explicativas (introduzidas pela conjunção PORQUE).

2) DEPENDENTES:

- a) orações desenvolvidas completivas;
- b) orações desenvolvidas completivas sem conjunção;
- c) orações desenvolvidas relativas;
- d) orações desenvolvidas adverbiais;
- e) orações reduzidas de infinitivo não introduzidas por preposição;
- f) orações reduzidas de infinitivo introduzidas por preposição;
- g) orações reduzidas de gerúndio não introduzidas preposição;
- h) orações reduzidas de gerúndio introduzidas por preposição;
- i) orações reduzidas de gerúndio não introduzidas por preposição em estrutura de coordenação;

5.1 ORAÇÕES NÃO-DEPENDENTES

5.1.1 ABSOLUTAS OU PRINCIPAIS

As tabelas abaixo esboçarão os percentuais de ênclise e próclise, de acordo com os elementos que precedem o verbo. Os exemplos aparecerão primeiramente em contextos de ordem fixa e em seguida em contextos de ordem variável; os números insertos, entre colchetes, ao final de cada exemplo remetem às páginas que os contêm. Ao final do grupo de exemplos, quando se fizerem necessários, seguir-se-ão os comentários.

TIPO DE SENTENÇA	ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
ORAÇÕES ABSOLUTAS ou PRINCIPAIS	nenhum elemento	100% 354/354	—
	sujeito	28% 5/18	72% 13/18
	objeto direto	—	100% 1/1
	objeto indireto / oblíquos	—	100% 1/1
	elemento de negação	—	100% 2/2
	SADVs	6% 4/64	94% 60/64
	SPs com função adverbial	21% 19/92	79% 73/92
	oração subordinada	73% 274/374	27% 100/374
	tópico pendente	100% 4/4	—
	total	73% 660/910	27% 250/910

Tabela 6

5.1.1.1 ORDEM FIXA

- Verbo em posição inicial absoluta

Colocação pós-verbal (354 — 100%):

- (1) dois bolos de açúcar e manteiga em bocadinhos e ferva até que engrosse, mexendo-se sempre; **deitem-lhe** meia dúzia de gemas de ovos batidas [39-40]
- (2) **faça-se** um pão em fatias grossas, ponham-se em um prato untado de manteiga de vaca [40]
- (3) Feito um vintém de pão em fatias, ponha-se uma camada delas em uma frigideira grande untada de manteiga, **cubram-se** de açúcar e canela, [41]
- (4) **Põem-se** a afogar dois arrátéis de carneiro partido pelo meio com meio arrátel de toucinho e seus cheiros; tempera-se com todos os adubos [46]
- (5) **Tenham-se** no prato, que estará untado com uma onça de manteiga de vaca, fatias de pão. [46]
- (6) como estiver tudo isto na panela, depois de barrada para que não saia o bafo, ponha-se a cozer devagar em lume brando: **mande-se** à mesa sobre fatias com sumo de limão por cima. [61]
- (7) Afogarão muito bem os fígados das galinhas com uma posta de toucinho, e cheiros; **temperem-nos** com todos os adubos, [87]

O verbo em posição inicial absoluta manteve a colocação categoricamente pós-verbal do clítico. Portanto, verifica-se a manutenção do padrão gramatical do português europeu (PE).

• **Verbo precedido por elemento de negação**

Colocação pré-verbal (2 — 100%):

- (8) Se lhe quiserem deitar cheiros, não **lhe deitem** mostarda. [56-7]
- (9) este queijo não **se deita** em vinagre, [83]

O verbo precedido por um operador de negação também manteve a colocação categórica pré-verbal do clítico. Constata-se, portanto, mais uma vez, a manutenção do padrão gramatical do português europeu (PE).

• **Verbo precedido por tópico pendente**

Colocação pós-verbal (4 — 100%):

- (10) Almôndegas de galinha, **veja-se** Almôndegas de carneiro [59]

(11) Galinha de outros muitos modos, **veja-se** o índex. [59]

(12) Peru de outros modos, **veja-se** o índex. [61]

(13) Frângãos de vários modos, **veja-se** o índex. [67]

A estrutura de tópico pendente só ocorreu nas orações matrizes (absolutas ou principais). De acordo com o previsto, a ênclise manteve-se categórica.

• **Verbo precedido por objeto direto**

Colocação pré-verbal (1 — 100%):

(14) Um lombo de vaca depois de haver estado de conserva, **o assarão** no espeto: [82]

• **Verbo precedido por objeto indireto / oblíquo**

Colocação pré-verbal (1 — 100%):

(15) Aos pagens **se serve** na mesma forma. [176]

O exemplo 14 corresponde à estrutura de “deslocação à esquerda clítica”. Segundo Martins (1994), das cinco possibilidades existentes de tópicos marcados, essa estrutura é a única que permite a variação na posição dos clíticos. Percebe-se que em vez de ocorrer o clítico em posição intraverbal (mesóclise), por conta da estrutura de futuro do presente, ocorreu a próclise em estrutura de futuro sintético. Aliás, na gramática de Rodrigues, a mesóclise é preterida em favor da próclise, como se verá adiante, em estruturas de futuro do presente.

5.1.1.2 ORDEM VARIÁVEL

• **Verbo precedido por sujeito**

Colocação pós-verbal (5 — 28%):

(16) Dois arratéis de carneiro feito em pedaços, **põem-se** a afogar com uma quarta de toucinho, e seus cheiros: [48]

(17) Uma galinha **pica-se** com dois arratéis de carneiro, [55]

- (18) Uma galinha cortada em pedaços, **põe-se** a afogar com uma quarta de toucinho, cheiros, sal, e vinagre; [55]
- (19) Uma galinha metida em uma panela, com um arrátel de presunto magro, adubos inteiros, um marmelo em quartos, ou não havendo marmelos, maçãs azedas, meio arrátel de açúcar, um golpe de bom vinagre, **põe-se** a cozer: [57]
- (20) Uma lebre nova **pela-se** em fresco, [74]

Colocação pré-verbal (13 — 72%):

- (21) A sopa dourada **se faz** da mesma maneira que este prato acima: [42]
- (22) A sopa de amêndoa **se faz**, deitando-se em meia canada de leite, oito gemas de ovos, [42]
- (23) Um prato para sopas de nata, untado primeiro com manteiga, **se arma** com fatias de pão tostadas [43]
- (24) Desfeito de carneiro **se faz** fazendo dois arratéis de carneiro da perna em pequenos sem osso, [46]
- (25) A perna de carneiro recheada **se faz** como a perna armada, que acima dissemos; [51]
- (26) Esta olha **se faz** pelo tempo de Entrudo, e em todo o ano. [95]
- (27) O mesmo **se faz** de peru, pombos, [55]
- (28) O mesmo **se faz** de frangos, pombos, [56]
- (29) O mesmo **se faz** para peru, frangãos, [57]
- (30) O mesmo **se faz** a cabrito, e lombo de vaca. [80]
- (31) O mesmo **se faz** de frangãos, pombos, ou peru. [54]
- (32) O mesmo **se faz** de ostras, ameijoas, e longueirões. [114]
- (33) farão de toda ela dois bolos, um deles **se porá** com papel por baixo sobre uma folha de forno, [95]

À primeira observação dos exemplos acima, poder-se-ia pensar que a gramática de Rodrigues, nessa estrutura, privilegia o uso da próclise. Entretanto, isolando-se as sentenças (16) a (26), nas quais o sujeito aparece lexicalmente preenchido por um SN, tem-se um equilíbrio entre o uso pós e pré-verbal do clítico, sendo 45% de ocorrência de ênclise e 55% de ocorrência próclise. Nas demais, sete sentenças, observa-se que a (33) tem um sujeito quantificado,

elemento atrativo de próclise, além disso, o tempo verbal, que é futuro do presente, permite a próclise ou a mesóclise, a utilização dessa última, denominada em Mateus *et alii* (2003) como gramática antiga, já é restritíssima na gramática desse autor; as sentenças (27), (28), (29), (30), (31) e (32) não apresentam o núcleo do sujeito, mas têm um elemento focalizador, que também determina o uso da próclise.

• **Verbo precedido por SADVs**

Colocação pós-verbal (4 – 6%):

- (34) e ponha-se a ferver; depois **tire-se** fora o toucinho, e o carneiro, de sorte que fique o caldo limpo; [39]
- (35) e no mesmo presunto uma moeda de ouro portuguesa, uma pedra de açúcar, que pese uma quarta, duas gemas de ovos, duas camoesas, ou um marmelo, e não havendo estas frutas, duas maçãs azedas: logo **meta-se** o peru em uma panela [61]
- (36) lhe deitarão um miolo de pão de rala (do tamanho de um ovo) torrado, e desfeito em vinagre no gral, com espécies, cravo, pimenta, açafraão pouco, cominhos, e vinho bom: logo **ponha-se** no prato sobre fatias de pão, [76]
- (37) logo **misture-se** tudo isto com a pescada, [106]

Colocação pré-verbal (60 – 94%):

- (38) Assim também **se fazem** biscoitos. [43]
- (39) Também **se faz** de cabrito. [46]
- (40) Também **se faz** este gigote de peru, galinha, vitela, e de qualquer carne. [47]
- (41) Assim **se fazem** pombos, frangãos, e perus. [58]
- (42) Assim **se rechearão** frangãos, peitinho de carneiro, e cabecinha de cabrito. [63]
- (43) logo **os cozerão** em lume brando em uma tigela baixa, [63]
- (44) logo **se comporão** os pombos no prato, [64]

Conforme se mostrou no segundo capítulo deste trabalho, alguns advérbios, tais como: *agora/ora; ainda; aliaquí; ante(s)* (na acepção de ‘pelo contrário’);

assim; bem/mal; já; logo; mais (na acepção de ‘também’); *sempre e também*, implicam a posição pré-verbal dos clíticos.

Levando-se em consideração que, a partir do século XV, a colocação pré-verbal dos clíticos em orações não-dependentes se tornou preponderante, independentemente da presença ou não de elementos que os condicionassem e que o século XVI possuía uma sintaxe marcadamente pré-verbal, dos exemplos acima, pode-se concluir que a gramática internalizada no *Arte de cozinha* se mostra mais inovadora, pois que: nas orações (35), (36) e (37), a ênclise ocorre mesmo diante do advérbio *logo*, que implicava a próclise categórica; das 60 orações com sintagma adverbial pré-verbal, com próclise, 59 (98%) são compostas por advérbios proclisadores, situação de regra categórica — 37 *também*, 14 *assim*, 8 *logo* —, Excetuando o advérbio *logo*, das 73 orações com sintagma preposicional pré-verbal, com ocorrência de próclise, 62 (85%) têm a acepção de ‘assim’ / ‘também’ — *deste modo, desta sorte, deste mesmo modo, desta mesma sorte, desta maneira* —, estrutura categórica de próclise; as 11 restantes representam variação com 15% de próclise contra 21% de ênclise. Portanto, tem-se, nesse contexto, um indício favorável à hipótese de Martins (1994).

• Verbo precedido por SPs com função adverbial

Colocação pós-verbal (19 — 21%):

- (45) por cima destas talhadas **ponham-se** outras fatias de pão [40]
- (46) sobre esta cama **ponha-se** outra das fatias de queijo [44]
- (47) Para carneiro mourisco **põem-se** a afogar uma quarta de toucinho picado [45]
- (48) sobre esta cama **ponha-se** outra do carneiro com a gema de ovo picada por cima, [56]
- (49) com manteiga de porco, **faça-se** um bolo grande, em que caiba a perna inteira, [104]
- (50) com manteiga de porco, **faça-se** um bolo grande, em que caiba a perna inteira,
- (51) depois de sovada façam-se dois bolos, sobre um deles **ponha-se** o dito toucinho

Colocação pré-verbal (73 — 79%):

- (52) Deste modo **se fazem** coelhos, lebre, vitela e lombos. [59]
- (53) Deste modo **se assam** frangãos, perdizes e coelho. [76]
- (54) Finalmente sobre tudo isto **se deita** um ovo batido, que sobejou de cobrir o cabrito: [77]
- (55) Desta sorte **se faz** veado, e lombo de qualquer carne. [78]
- (56) deste modo **se mandará** à mesa com salsa em rama por cima. [79]
- (57) Com este queijo **se guarnece** muitos pratos. [83]
- (58) Deste modo **se fazem** pastelinhos de ovos moles, ou de amêndoas, levando uma quarta delas muito bem pisadas em lugar de tutanos. [97]

● **Verbo precedido por oração subordinada**

Colocação pós-verbal (273 — 73%):

- (59) armado com fatias de limão, e coberto com canela, **mande-se** à mesa. [40]
- (60) como estiver cheio, **lancem-lhe** o caldo, [40]
- (61) Feito um vintém de pão em fatias, **ponha-se** uma camada delas em uma frigideira grande untada de manteiga, [41]
- (62) feito isto, **tome-se** uma tampa com lume, [41]
- (63) Três arratéis de carneiro muito bem picado com meio arrátel de toucinho, seis ovos, e cheiros, ponham-se a afogar com uma colher de caldo, e um golpe de vinagre; como estiver afogado, **tempere-se** com todos os adubos, [98]
- (64) Depois de picada mui bem uma quarta de toucinho com cebola, **picar-se-hão** à parte dois; arratéis de carneiro: [44]
- (65) como estiver assado, **coar-se-há** o molho em uma tigela, [60]

Conforme já se observou, anteriormente, a posição intraverbal do clítico é de uso diminuto na obra de Rodrigues, ao todo são apenas sete ocorrências; as orações (64) e (65) são os dois únicos exemplos nos quais o clítico acontece em tal posição quando o verbo apareceu precedido por uma oração subordinada. São 242 orações cujos verbos estão no imperativo, 29 orações cujos verbos estão no presente e 2 orações cujos verbos estão no futuro do presente.

Colocação pré-verbal (100 — 27%):

- (66) Logo que estiver cozida **se derreterá** o toucinho, [53]
- (67) Depois de muito bem lardeado um peru novo ou perua, **o meterão** em uma panela com um pedaço de lombo de porco, [60]
- (68) como estiver cozida, **a abrirão** para se temperar do que lhe faltar; [60]
- (69) e tempere-se com espécies pretas; logo trinchando-se o peru, e pondo-se sobre fatias, **se lhe deitará** a calda [60]
- (70) Assado um peru do mesmo modo, que dizemos no prato antecedente, **se coará** o molho em uma tigela de fogo [61]
- (71) Feito o peru em pedaços, **se porá** em um prato [61]
- (72) Logo que estiverem limpos os pombos, abrindo-se pelas costas, **lhe meterão** presunto, [62]

Pode-se observar que, nas orações principais, quando o verbo está precedido por oração subordinada, a ênclise é amplamente majoritária. Verifica-se, entretanto, que a próclise é quase categórica (97 — 97%) quando o tempo verbal é o futuro do presente. Pode-se explicar essa preferência pela próclise como uma forma de se evitar a mesóclise. Nos três exemplos restantes, duas orações têm o verbo no imperativo e uma oração tem-no em presente do indicativo.

5.1.2 ORAÇÕES COORDENADAS ADITIVAS (INTRODUZIDAS PELA CONJUNÇÃO E)

TIPO DE SENTENÇA	ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
ORAÇÕES COORDENADAS INTRODUZIDAS PELA CONJUNÇÃO E	conjunção coordenativa	82% 159/194	18% 35/194
	elemento de negação	—	100% 1/1
	SADVs	21% 3/14	79% 11/14
	SPs com função adverbial	54% 21/39	46% 18/39
	oração subordinada	69% 94/136	31% 42/136
	total	72% 277/384	28% 107/384

Tabela 7

5.1.2.1 ORDEM FIXA

- **Verbo precedido por elemento de negação**

Colocação pré-verbal (1 — 100%):

(73) embrulhem-nas em papel, e **não se ponham** em parte húmida porque revem. [137]

No exemplário das orações coordenadas introduzidas pela conjunção E, tem-se um único contexto de ordem fixa da posição do clítico, ocorrendo a próclise. Na oração (73), observa-se a presença de um elemento de negação interposto entre a conjunção coordenativa e o verbo. Como já se expôs, a manutenção da próclise, quando o verbo aparece precedido por um elemento de negação, é categórica.

5.1.2.2 ORDEM VARIÁVEL

- **Verbo precedido pela conjunção coordenativa E**

Colocação pós-verbal (159 — 82%):

- (74) tempere-se com todos os adubos e **ponha-se** a ferver: [39]
- (75) fica um bom prato desta sorte; e **mande-se** à mesa. [40]
- (76) feito isto, **tome-se** uma tampa com lume, e **ponha-se** um pouco levantada sobre a sopa até que tome boa cor; [41]
- (77) logo lance-se por cima toda a manteiga que ficar, e **ponha-se** a corar em lume brando: [42]
- (78) ponham-se com o molho em um prato sobre fatias tostadas, e **ponha-se** o assado por cima com sumo de limão: [42]
- (79) deita-se por cima mais açúcar, e canela e **manda-se** à mesa. [43]
- (80) Alimpar-se-hão dois arratéis de carneiro da perna, dos nervos, e peles, e **picar-se-hão** com uma quarta de toucinho, [46]

Colocação pré-verbal (35— 18%):

- (81) lhe deitarão açafraão, e algum vinagre, e **se coalhará** com quatro gemas de ovos: [49]
- (82) logo que estiver cozida se derreterá o toucinho, e **se lançará** em uma tigela baixa, [53]
- (83) e quatro de camoesas, e **o temperarão** com vinagre, [61]
- (84) como estiverem temperados, se tirarão fora do caldo, e **se porão** em um prato [64]
- (85) como estiverem meio cozidos, se tirarão da primeira água e **se acabarão** de cozer no caldo [64]
- (86) logo se comporão os pombos no prato, encamando-os com o cardo, e **lhe deitarão** por cima o leite cozido; [64]
- (87) e uma colher de caldo da panela: logo corarão o prato, e **o mandarão** à mesa. [67]

Como já se disse, no século XVI, que é predominantemente proclítico, era suficiente que a conjunção aditiva E precedesse o verbo, que, então, deixava de ter o caráter de inicial absoluto, para que o clítico ocorresse predominantemente em posição pré-verbal. No elenco das orações coordenadas aditivas, introduzidas pela conjunção E com o clítico em posição pós-verbal, têm-se 136 (86%) orações cujo modo verbal está no imperativo contra 23 (14%) orações cujo

tempo verbal está no presente do indicativo, enquanto que, no elenco das orações coordenadas aditivas, introduzidas pela conjunção E com o clítico em posição pré-verbal, têm-se 34 (97%) orações cujo tempo verbal está no futuro do presente e 1 (3%) oração cujo tempo verbal está no presente do indicativo.

• **Verbo precedido por SADVs**

Colocação pós-verbal (3 — 21%):

- (88) em um prato (ou frigideira até se acabarem; e logo **lance-se** por cima toda a manteiga que ficar,
- (89) com seu sumo de limão por cima: e assim **levem-se** à mesa.
- (90) Entese-se em água um arrátel de arroz, e depois **coza-se** com uma canada de leite [121]

Colocação pré-verbal (11 — 79%):

- (91) e entre a galinha, e assim **se leva** à mesa. [58]
- (92) e se acabarão de cozer no caldo, que ficou dos pombos e juntamente **se temperarão** com todos os adubos: [64]
- (93) ficando a lebre com a proporção que era dantes: e finalmente **se comporá** com seus lardos por cima, [74-5]
- (94) para que não fique forte o escabeche: e sempre **se fará** a quantidade, conforme for o peixe, [107]
- (95) e a botarão sobre as perdizes postas já no prato, e assim **se mandarão** à mesa. [162]
- (96) e o botarão por cima dos quartos do peru postos na frigideira, e assim **a corarão**, e mandarão à mesa. [162]

Mais uma vez, observa-se a posição pós-verbal do clítico quando o verbo aparece precedido pelo advérbio *logo*, conforme a oração (88). Ressalta-se que, segundo Martins (1994), essa estrutura, no século XVI, restringe o clítico à posição pré-verbal. A oração (89) é muitíssimo interessante, por apresentar o advérbio *assim*, integrante do elenco de advérbios que, ao precederem o verbo, determinam a próclise. O tempo verbal dessa estrutura, com o clítico em posição pré-verbal, também é predominantemente o futuro do presente (9 — 75%).

● **Verbo precedido por SPs com função adverbial**

Colocação pós-verbal (21 — 54%)

- (97) em um prato ou pelangana feitos em sopas, e molhadas com o caldo **ponham-se** a abeberar sobre a mesma tigela.
- (98) cubram-se de açúcar e canela, e sobre esta cama **ponha-se** outra, da mesma sorte;
- (99) e logo em outra parte **piquem-se** os cheiros,
- (100) e com oito ovos cozidos **ponha-se** a cozer na tigela, em lume brando.
- (101) e da largura de quatro dedos, **faça-se** em postas e ponha-se na galinha, por cima e por baixo.

Colocação pré-verbal (18 — 46%):

- (102) com açúcar e canela por cima em um prato, até se encher, e em cima **se porá** a galinha. [53]
- (103) e na mesma sertã **lhe deitarão** a mostarda misturada com o fígado, [56]
- (104) sobre elas se porão os frângãos e com talhadas de paio ao redor do prato **se mandarão** à mesa. [66]
- (105) que hão-de pôr logo em um pequeno de rescaldo, para que se não corte, e sobre fatias de pão **se mandarão** à mesa. [80]
- (106) e lhe deitarão sumo de laranja, e sobre fatias **o mandarão** à mesa. [83]
- (107) Pelarão as asas, pescoços, e mais miúdos das aves (excepto os bicos, e pés) em água quente e em cada pescoço **se dará** um golpe pelo meio, [86]
- (108) o corarão em umas brasas, (como tigelada) e com sumo de limão por cima **se mandará** à mesa. [95]

No contexto acima, os índices de variação são mais próximos, prevalecendo, porém, a ênclise. Entretanto, salienta-se que, de novo, a próclise ocorre preferencialmente em estrutura de futuro do presente (12 — 75%).

● **Verbo precedido por oração subordinada**

Colocação pós-verbal (94 — 69%):

- (109) coza-se muito bem, e como estiver cozido, **tempere-se** com todos os adubos, [45]

- (110) derrete-se meio arrátel de toucinho, e limpo dos torresmos **se junta** com o pingo do carneiro: [47]
- (111) um golpe de vinagre, e seus cheiros, e estando já cozido, **tempere-se** com todos os adubos: [48]
- (112) faça-se uma pequena salsa pisada com coentros, e depois de terem deitado o carneiro em um prato untado de manteiga, sobre fatias de pão com sumo de limão por cima, **deite-se** a salsa no carneiro [48]
- (113) façam-se fora de parte umas sopas da dita substância, e depois que estiverem mui bem aboboradas, **vire-se** a tigela [52]
- (114) corte-se meio arrátel de cidrão em talhadinhas delgadas e depois de passadas pelos mesmos ovos, **pôr-se-hão** à roda do prato, [58]
- (115) faz-se logo um pão em fatias, e cortadas a modo de dados, **põem-se** em um prato [58]

Colocação pré-verbal (42 — 31%):

- (116) e lardeando-se primeiro com lardos de toucinho grossos salpimentados, **se mete** em uma panela [59]
- (117) e como estiverem cozidos, **se untarão** por cima com uma gema de ovo; [62]
- (118) se meterão em uma olha; e como estiverem meios cozidos, **se tirarão** fora: [67]
- (119) e desfeito com um pouco do molho, **o deitarão** no que está fervendo: [69]
- (120) e pondo-se em umas brasas até que levante fervura, **a deitarão** sobre as perdizes, [70]
- (121) e picando-se primeiro com um peito de galinha, e uma quarta de toucinho, **se temperarão** no cepo com quatro ovos, [71]
- (122) e depois de cozidos, **se temperarão** com todos os adubos, [72]

Observa-se que, também para orações coordenadas aditivas (introduzidas pela conjunção E), quando o verbo é precedido por uma oração subordinada, a preferência pela ênclise é majoritária e, novamente, a próclise ocorre quase categoricamente quando o tempo verbal está no futuro do presente (38 — 90%).

5.1.3 ORAÇÕES COORDENADAS INTRODUZIDAS PELA CONJUNÇÃO OU

TIPO DE SENTENÇA	ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
ORAÇÕES COORDENADAS INTRODUZIDAS PELA CONJUNÇÃO OU	conjunção coordenativa	100% 5/5	
	total	100% 5/5	0%

Tabela 8

5.1.3.1 ORDEM FIXA

● Verbo precedido por conjunção coordenativa OU

Colocação pós-verbal (5 — 100%):

- (123) mete-se no forno três horas, ou **põem-se** em um rescaldo ao redor do lume, [59]
- (124) e corem-se com a tampa de brasas, ou **mandem-se** ao forno, [123]
- (125) depois de cozidas ralem-se ou **pisem-se** [136]
- (126) **ralem-se** as cidras, ou **pisem-se**, e deem um arrátel de cidra [137-8]
- (127) Acrescente-se, ou **diminua-se** conforme for necessário. [147]

Poucas são as ocorrências de orações alternativas introduzidas pela conjunção OU, mesmo assim, observa-se que a ênclise foi categórica. Esse resultado contraria o que foi atestado por Martins (1994), quando, apesar dos poucos exemplos por ela encontrados, mas baseando-se no PE atual, no qual, nas orações coordenadas disjuntivas, a próclise é obrigatória, defende que, nesse tipo de estrutura, a posição do clítico tenha sido sempre pré-verbal na história do PE.

5.1.4 ORAÇÕES COORDENADAS ADVERSATIVAS INTRODUZIDAS PELAS CONJUNÇÕES MAS / PORÉM

TIPO DE SENTENÇA	ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
ORAÇÕES COORDENADAS INTRODUZIDAS PELAS CONJUNÇÕES MAS / PORÉM	conjunção coordenativa	100% 2/2	—
	oração subordinada	50% 1/2	50% 1/2
	total	75% 3/4	25% 1/4

Tabela 9

5.1.4.1 ORDEM FIXA

- **Verbo precedido por conjunção coordenativa MAS**

Colocação pós-verbal (2 — 100%):

(128) Também se fazem perdizes e coelhos, mas **põem-se** só sobre a de queijo.

[55]

(129) este queijo não se deita em vinagre, mas **traz-se** na mesa até que se gasta. [83]

Nos dois exemplos de oração coordenada adversativa, introduzidas pela conjunção MAS, a ênclise foi categórica. Mesmo sendo poucas as ocorrências desse contexto, observa-se que é um contexto de variação em que, provavelmente, no século XVI, a próclise era a posição usada.

5.1.4.2 ORDEM VARIÁVEL

- **Verbo precedido por oração subordinada**

Colocação pós-verbal (1 — 50%):

(130) Nesta conserva se mete o solho frio, e é para se ir comendo logo: porém se se houver de guardar, ou mandar para fora, **deitem-lhe** menos

vinagre. [110]

Colocação pré-verbal (1 — 50%):

(131) Porém se quiserem fazer o carneiro com abóbora, alfaces, beringelas, alcachofras ou ervilhas, **lhe deitarão** açafrão, [49]

Nas orações coordenadas adversativas, introduzidas pela conjunção **PORÉM**, em ambos os exemplos, também ocorreu uma subordinada entre o conectivo e o verbo, impossibilitando, assim, qualquer conclusão.

5.1.5 ORAÇÕES COORDENADAS EXPLICATIVAS INTRODUZIDAS PELA CONJUNÇÃO PORQUE

TIPO DE SENTENÇA	ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
ORAÇÕES COORDENADAS EXPLICATIVAS INTRODUZIDAS PELA CONJUNÇÃO PORQUE	conjunção coordenativa	—	100% 2/2
	sujeito	—	100% 1/1
	total	—	100% 3/3

Tabela 10

5.1.5.1 ORDEM FIXA

● Verbo precedido por conjunção coordenativa

Colocação pré-verbal (2 — 100%):

(132) os favorecidos adquirem alentados brios para empreenderem coisas não intentadas; que por isso intentei esta; porque **me persuadi**, que faltar aos amigos [32]

(133) Evitei muitas prolixidades, porque **me pareceram** impertinentes [32]

- **Verbo precedido por sujeito**

Colocação pré-verbal (1 — 100%):

(134) qualquer uso que ordinariamente este é o melhor mestre, porque sem ele nenhuma coisa **se faz** perfeita.

As ocorrências de orações coordenadas explicativas só foram atestadas no prólogo da *Arte de cozinha*, fato bastante compreensível, porque, na tradição discursiva livro de receitas, é praxe ter-se apenas a indicação de como proceder.

5.2 ORAÇÕES DEPENDENTES

5.2.1 ORAÇÕES DESENVOLVIDAS COMPLETIVAS

TIPO DE SENTENÇA	ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
ORAÇÕES DESENVOLVIDAS COMPLETIVAS	nenhum elemento; conjunção subordinativa	—	100% 2/2
	sujeito		100% 1/1
	total	—	100% 3/3

Tabela 11

5.2.1.1 ORDEM FIXA

- **Verbo precedido por conjunção subordinativa**

Colocação pré-verbal (2 — 100%):

(135) o grande desejo que tenho de que **o seja**; [32]

(136) Vencido deste motivo, confesso, **me animei** a não reparar na minha insuficiência, [31]

- **Verbo precedido por sujeito**

Colocação pré-verbal (1 — 100%)

(137) ao menos quisera que todos **me agradecessem** [32]

As receitas culinárias seguem um padrão textual próprio de sua “tradição discursiva”, ou seja, a indicação dos ingredientes e do modo de prepará-los, conforme apresentado no primeiro capítulo. Assim, justifica-se a parca ocorrência das orações subordinadas desenvolvidas completivas, restritas ao prólogo e ao epílogo⁵⁹, porque tal tipo de sentença não é pertinente às receitas.

5.2.2 ORAÇÕES DESENVOLVIDAS RELATIVAS

TIPO DE SENTENÇA	ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
ORAÇÕES DESENVOLVIDAS RELATIVAS	pronome relativo	—	100% 43/43
	sujeito	—	100% 3/3
	elemento de negação	—	100% 1/1
	SADVs	—	100% 1/1
	SPs com função adverbial		100% 1/1
	oração subordinada	33% 1/3	67% 2/3
	total	2% 1/52	98% 51/52

Tabela 12

5.2.2.1 ORDEM FIXA

- **Verbo precedido por pronome relativo**

Colocação pré-verbal (43 — 100%):

(138) E como tudo estiver cozido e temperado do sal e dos muitos adubos pretos, que **lhe faltarem**, ponham-se dois pães em um prato [41]

(139) faça-se a capela em uma frigideira, em que **se deitará** uma colher de caldo da panela, [50]

⁵⁹ Rodrigues o denomina apenas de “Advertência — Capítulo Último”.

- (140) e depois que estiverem muito bem aboboradas, vire-se a tigela em que **se fizerem**, sobre o prato, [52]
- (141) e se lançará em uma tigela baixa, em que **se porá** a galinha em quartos, [53]
- (142) e pondo-se os pombos por cima acabarão de cozê-los neste molho, o qual **se fará** mais grosso [63]
- (143) e o deitarão por cima das mãos, que **se mandarão** à mesa, depois de coradas [77]
- (144) Cozidas e fritas as mãos de vitela, se albardarão com ovos, e se porão sobre uma sopa, que **se chama** Joldres. [80]

● **Verbo precedido por sujeito**

Colocação pré-verbal (3 — 100%):

- (145) fatigando, e debilitando a natural cocção do estômago; e todas as vezes que esta **se vicia**, [179]
- (146) Não devem os homens só saber para si, porque isso é enterrar o talento que Deus **lhes deu**; [31]
- (147) porão a lebre a afogar em uma panela com a mesma água, em que a buchada **se lavou** do sangue, [75-6]

● **Verbo precedido por SADV**

Colocação pré-verbal (1 — 100%):

- (148) sepultando voluntariamente no esquecimento o de que precisamente **se necessita**. [31]

● **Verbo precedido por SPs com função adverbial**

Colocação pré-verbal (1 — 100%):

- (149) Feito este molho, se lançará por cima do coelho, o qual com seu limão por cima **se mandará** à mesa. [73]

● **Verbo precedido por elemento de negação**

Colocação pré-verbal (1 — 100%):

- (150) e ponham-se a enxugar em uma cana em parte; que **lhe não dê** fumo. [122]

5.2.2.2 ORDEM VARIÁVEL

• Verbo precedido por oração subordinada

Colocação pós-verbal (1 — 33%):

- (151) Assada uma galinha, assa-se o fígado dela, o qual depois de pisado, **deite-se** em uma pequena de mostarda [56]

Colocação pré-verbal (2 — 67%):

- (152) oito gemas de ovos, para que incorpore, canela, cravo da Índia e almíscar: deitar-se-há em tigelinhas que coradas **se mandarão** à mesa. [74]

- (153) e uma cama de talhadinhas de queijo Flamengo (o qual se for salgado, **lhe tirarão** o sal, [119]

As orações subordinadas desenvolvidas relativas fazem parte dos contextos de regra categórica de próclise em toda a história do PE. Verifica-se, todavia, na oração (151), que a ocorrência do clítico não se dá como o previsto, pois ocorre a ênclise mesmo quando há a presença de um pronome relativo.

Na oração (150), observa-se que o clítico está interpolado. As estruturas de interpolação do *Arte de cozinha* serão tratadas, conjuntamente, ao final deste capítulo (5.3.2).

5.2.3 ORAÇÕES DESENVOLVIDAS ADVERBIAIS

TIPO DE SENTENÇA	ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
ORAÇÕES DESENVOLVIDAS ADVERBIAIS	conjunção subordinativa	—	100% 27/27
	sujeito	—	100% 3/3
	elemento de negação	—	100% 11/11
	SPs com função adverbial	—	100% 5/5
	oração subordinada	—	100% 2/2
	total	—	100% 48/48

Tabela 13

5.2.3.1 ORDEM FIXA

● Verbo precedido por conjunção subordinativa

Colocação pré-verbal (28 — 100%):

- (154) as pendurem na chaminé em uma cana, para que **se enxuguem**: fregem-se na sertã, [85]
- (155) pedaço de lacão, chouriços, linguiça, e lombo de porco, tudo misturado com nabos, se **os houver**, [94]
- (156) e depois de lhe fazerem duas asas de massa (como de panela) e seu testo lavrado, a porção em um forno a cozer devagar; quando **se mandar** à mesa a sangrarão, tirando-lhe molho. [95]
- (157) ponham-se a cozer: quando **os mandarem** à mesa, desfeita uma gema de ovo em uma colher de caldo com sumo de limão, [96]
- (158) e duas folhas de louro; fechem a empada com repolego grosso, para que quando **se cozer** não arrebente, [101]
- (159) Depois de muito bem cozidos os pés de porco, tirados os ossos, e se **os quiserem** doces passados por açúcar em ponto, [104]
- (160) e em uma tigela baixa, untada de manteiga se vá pondo cama de carneiro, cama de toucinho, e cama de cheiros, até que **se acabe** tudo: [52]

● **Verbo precedido por sujeito**

Colocação pré-verbal (3 — 100%):

- (161) Quero dizer, que os homens não hão-de ser avarentos de alguns segredos das suas artes, para que os menos práticos **as possam** exercitar com mais destreza. [31]
- (162) tanto que a água **se gastar**, e ficar a substância, [57]
- (163) Entretanto que isto **se faz**, porão a cozer dois cardos partidos em pequenos: [64]

● **Verbo precedido por SPs com função adverbial**

Colocação pré-verbal (5 — 100%):

- (164) Porão em uma tigela um pouco de vinagre destemperado debaixo do pato, que se há-de estar assando, para que nela **se tome** pingo, [69]
- (165) abrirão um buraco em cima, para que por ele **se lhe deite** dentro a substância que ficou do perdigado, [95]
- (166) e façam-se dentro três caixinhas, para que em uma **se ponha** molho quente para assado, [111]
- (167) Deitem-se dois arrátéis de marmelos em quartos aparados, em três arrátéis de açúcar em ponto delgado, para que nele **se cozam**: [136]
- (168) para que da mesma forma **se ponham** os pratos, [177]

● **Verbo precedido por oração subordinada**

Colocação pré-verbal (2 — 100%):

- (169) e ponham-se a torrar, até que fiquem pardas, para que botando-se no carneiro, **o façam** preto; [48]
- (170) para que tudo junto **se torne** a frigir. [56]

● **Verbo precedido por elemento de negação**

Colocação pré-verbal (11 — 100%):

- (171) Cortada pela junta do pescoço a cabeça da vitela, se pelará como quem pela um leitão, enquanto **se não cozer**, se porá em água fria: [79]
- (172) como estiver cozida, lhe deitarão seis cebolas grandes com alguns golpes em cada uma pelo meio, de maneira que **se não partam**, [81]

- (173) lhe deitarão uns pós de farinha, de sorte que não **se faça** em massa na sertã, [86]
- (174) cozam-se em fogo brando, para que **se não chamusquem**, [130]
- (175) mexendo-se sempre; para que **se não peguem**, até que a massa esteja dura: [133]
- (176) para que **lhe não dê** ar frio [139]
- (177) e cuidado que devem ter, quando seus amos estiverem enfermos, fazendo a dieta pelo regimento, que for dispensado pelos Médicos que lhe assistirem; que enquanto a esta parte **me não toca** a mim, [178-9]

5.2.4 ORAÇÕES REDUZIDAS DE INFINITIVO NÃO INTRODUZIDAS POR PREPOSIÇÃO

5.2.4.1 ORDEM FIXA

- (178) por não terem um livro em que estudem o que lhes não lembra: que **fiar-se** da memória sem estudo é querer perder facilmente o que se sabe [31]

O exemplo (178) foi a única ocorrência de reduzida de infinitivo não introduzida por preposição e, conforme o esperado, atestou-se a ênclise.

5.2.5 ORAÇÕES REDUZIDAS DE INFINITIVO INTRODUZIDAS POR PREPOSIÇÃO / LOCUÇÃO PREPOSITIVA

TIPO DE SENTENÇA	ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
ORAÇÕES REDUZIDAS DE INFINITIVO COM PREPOSIÇÃO	preposição / locução prepositiva	—	100% 22/22
	elemento de negação	—	100% 1/1
	total		100% 23/23

Tabela 14

5.2.5.1 ORDEM FIXA

- **Verbo precedido por preposição ou locução prepositiva**

Colocação pré-verbal (22 — 100%):

- (179) Deixei muitas miudezas por **me parecer** serão sabidas [32]
 (180) Com esta ordem se vai enchendo o prato até **se acabar** tudo. [44]
 (181) e isto até **se acabar** o polme. [52]
 (182) Para **se fazer** carneiro de alfitete de outro modo, [52]
 (183) Para **se fazer** uma galinha de alfitete, [53]
 (184) em que se porá a galinha em quartos, para **se corar** em lume brando por baixo, [53]
 (185) com açúcar, e canela por cima em um prato, até **se encher**, e em cima se porá a galinha. [53]
 (186) e depois de **lhe fazerem** duas asas de massa (como de panela, e seu testo lavrado), [95]

- **Verbo precedido por elemento de negação**

Colocação pré-verbal (1 — 100%):

- (187) e se não bastar para cobrir os mexilhões, deem-lhe vinagre frio, e por cima sal, e azeite que faça lasso para **se não corromperem**. [113]

Segundo Martins (1994), depois da segunda metade do século XIV, as orações infinitivas introduzidas por preposição passaram à regra categórica de posição pré-verbal do clítico, excetuando a preposição DE, que sempre determinou a próclise, sem ocorrência de variação. Essa autora tratou, nomeadamente, das preposições DE, PERA e A, encontrando, ainda, poucos exemplos de outras, tais como EM e SEM. Encontrar a próclise categórica revela a manutenção do padrão proclítico na gramática internalizada no século XVII.

5.2.6 ORAÇÕES REDUZIDAS DE GERÚNDIO NÃO INTRODUZIDAS POR PREPOSIÇÃO

TIPO DE SENTENÇA	ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
ORAÇÕES REDUZIDAS DE GERÚNDIO SEM PREPOSIÇÃO	nenhum elemento	100% 96/96	—
	elemento de negação	—	100% 1/1
	SADVs	100% 11/11	—
	oração subordinada	100% 7/7	—
	total	99% 114/115	1% 1/115

Tabela 15

5.2.6.1 ORDEM FIXA

- Nenhum elemento em posição pré-verbal

Colocação pós-verbal (96 — 100%):

(188) agradar a todos, **ensinando-lhes** o que sei. [32]

(189) Que a ferramenta seja a melhor que puder ser, **conservando-a** sempre muito limpa [33]

(190) em qualquer tempo que lhes for necessária, se sirvam, dela, **tendo-a**, pronta [33]

- (191) dois bolos de açúcar e manteiga em bocadinhos e ferva até que engrosse, **mexendo-se** sempre [39]
- (192) A sopa de amêndoa se faz, **deitando-se** em meia canada de leite, [42]
- (193) se arma com fatias de pão tostadas, e com açúcar em pó por cima delas: e logo **batendo-se** quatro tigelas de nata [43]
- (194) Pique-se um, ou dois arratéis de carneiro da perna (**alimpando-se** primeiro muito bem, sem levar pele nem nervo algum) [45]

● Verbo precedido por SADVs

Colocação pós-verbal (11 — 100%):

- (195) e logo **tirando-se** fora do lume, deem-lhe uma dúzia de ovos por cima [41]
- (196) logo **batendo-se** tudo, para que fique bem unido, [57]
- (197) um golpe de vinho, pouco vinagre e um quartilho de água: logo **barrando-se** a panela para que não saia o bafo, [59]
- (198) e tempere-se com espécies pretas; logo **trinchando-se** o peru, [60]
- (199) Frigirão uns pombos novos meio fritos em toucinho derretido: logo, **tirando-se** fora os pombos, [63]
- (200) logo **embrulhando-os** em uma folha de papel, [63]
- (201) logo **assentando-os** em sopa de nata sem açúcar, [68]

● Verbo precedido por oração subordinada

Colocação pós-verbal (6 — 100%):

- (202) Logo que estiverem limpos os pombos, **abrindo-se** pelas costas, [62]
- (203) a acabarão de assar; depois de assada, **tirando-lhe** o papel, e pondo-se no prato, a mandarão à mesa. [68]
- (204) Depois que as mãos de cabrito estiverem peladas, **cozendo-as** primeiro, [77]
- (205) e três gemas de ovos duras, que deitarão nos polegares, **untando-os** primeiro de manteiga: [78]
- (206) Estando três dias em conserva quatro arratéis de vitela da perna, **cortando-se** toda em talhadinhas muito delgadas, [79]
- (207) Afogue-se em meio arrátel de toucinho uma galinha inteira, depois de afogada, **dando-lhe** uns golpes nas juntas, [100]

- **Verbo precedido por elemento de negação**

Colocação pré-verbal: (1 — 100%)

(208) e debilitando a natural cocção do estômago; e todas as vezes que esta se vicia, se destemperam os humores, não **se gerando**, naquela proporção [179]

Os únicos elementos que alterariam a posição pós-verbal do clítico, em orações reduzidas de gerúndio, para a posição pré-verbal seriam a preposição EM ou algum elemento de negação. Observa-se, inclusive, que, dos 12 sintagmas adverbiais presentes nas orações reduzidas de gerúndio não introduzidas por preposição, 11 (92%) ocorrem com o advérbio *logo*, citado por Martins (1994) como integrante do elenco de advérbios que regeriam a próclise. Atesta-se, então, nessa estrutura, a manutenção da ênclise, de acordo com a regra categórica da história do PE.

5.2.7 ORAÇÕES REDUZIDAS DE GERÚNDIO NÃO INTRODUZIDAS POR PREPOSIÇÃO EM ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO

TIPO DE SENTENÇA	ELEMENTO PRÉ-VERBAL	ÊNCLISE	PRÓCLISE
ORAÇÕES REDUZIDAS DE GERÚNDIO SEM PREPOSIÇÃO EM ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO	conjunção coordenativa	100% 70/70	—
	SADVs /	100% 1/1	—
	SPs com função adverbial	100% 1/1	
	total	100% 72/72	—

Tabela 16

5.2.7.1 ORDEM FIXA

- **Verbo precedido por conjunção coordenativa**

Colocação pós-verbal (70 — 100%):

- (209) Desta massa se irão fazendo uns bolinhos como folhas de louro, frigindo-se, e **pondo-se** em camas com açúcar, [53]
- (210) e tempere-se com espécies pretas; logo trinchando-se o peru, e **pondo-se** sobre fatias, se lhe deitará a calda [60]
- (211) logo embrulhando-os em uma folha de papel, e **atando-os** com um cordel, se irão assando outra vez no espeto [63]
- (212) a acabarão de assar, depois de assada, tirando-lhe o papel, e **pondo-se** no prato, a mandarão à mesa. [68]
- (213) e lardeando-as por dentro dos golpes com lardos de presunto, e **apertando-as** muito bem à roda com um cordel as porão a assar com lume por baixo, [70]
- (214) e pisando-as em um almofariz, e **desfazendo-as** com o mesmo molho das perdizes (como quem faz mostarda botarão esta potagem em uma tigela [70]
- (215) e depois, frigindo-a em manteiga, e **passando-a** por um pouco do molho da conserva fervendo, quente se mande à mesa. [88]

● **Verbo precedido por SADV**

Colocação pós-verbal (1 — 100%)

- (216) e depois, **frigindo-a** em manteiga, e passando-a por um pouco do molho da conserva fervendo, quente se mande à mesa. [88]

● **Verbo precedido por SPs com função adverbial**

Colocação pós-verbal (1 — 100%):

- (217) tirando-lhe o miolo, e em seu lugar **metendo-lhe** natas, [121]

As duzentos e dezessete orações acima expostas exemplificam os contextos de regra categórica, bem como os contextos de variação da posição dos clíticos na obra de Domingos Rodrigues. A seguir, comentar-se-ão os contextos de ordem fixa e os contextos de ordem variável dos clíticos, definindo, segundo a análise desses

contextos, a gramática de Rodrigues como menos ou mais inovadora, conforme proposto no início deste trabalho.

5.3 COMENTANDO OS RESULTADOS

5.3.1 PARA RELEMBRAR

Apresentaram-se, no capítulo 3, neste trabalho, os contextos de ‘Variação 1’ e ‘Variação 2’, divisão proposta por Galves *et alii* (2001). Do contexto de ‘Variação 1’, fazem parte as orações principais finitas cujo complexo verbo / clítico esteja precedido por um sujeito referencial não-focalizado / não-quantificado, por certos sintagmas adverbiais ou por sintagmas preposicionais com função adverbial. Do contexto de ‘Variação 2’, fazem parte as orações principais finitas cujo complexo verbo / clítico esteja precedido pelas conjunção coordenativa ou por oração dependente.

5.3.2 ORDEM FIXA

Ao longo de todo o trabalho, inclusive no começo deste capítulo, falou-se sobre as regras que determinam a posição pré ou pós-verbal dos clíticos. A justificativa desta dissertação é a análise da sintaxe dos clíticos na gramática de Rodrigues, a fim de qualificá-lo, no século XVII, como detentor de uma obra mais ou menos conservadora.

A exposição dos dados observados no *Arte de cozinha* revela a ordem fixa dos clíticos em concordância com os critérios estabelecidos na página 2; a saber:

1- Nas orações não-dependentes, quando o verbo ocupou a posição inicial absoluta, a ênclise manteve-se categórica (354 — 100%); situação esperada, de acordo com a história do PE. Nessa situação, a gramática de Rodrigues mostra-se conservadora.

2- Nas orações não-dependentes, sempre que o verbo apareceu precedido por elemento de negação, a posição pré-verbal dos clíticos foi categórica (17 — 100%). Nesse quesito, a gramática de Rodrigues também se mostra conservadora.

3- Em orações não-dependentes com verbo precedido por tópico pendente, só houve a ocorrência de ênclise (4 — 100%), ocorrência que, no registro da obra de Rodrigues, se mantém fiel à norma padrão.

4- Nas orações reduzidas de gerúndio, bem como nas orações reduzidas de gerúndio em estrutura de coordenação, a ênclise é categórica (186 — 99,47%), ocorrendo a próclise apenas quando o verbo é precedido por elemento de negação (1 — 0,53%). Sendo essa a posição padrão dos clíticos em tais orações em todos os tempos, mais uma vez, verifica-se, na gramática registrada no *Arte de cozinha*, o padrão conservador.

5- Ressalta-se que, nas coordenadas introduzidas pela conjunção MAS, só ocorreu ênclise; nas explicativas, só ocorreu próclise e, com a conjunção alternativa OU, a ênclise é categórica. Esse último fator é oposto à Martins (1994), bem como difere da sua explicação para a sintaxe dos clíticos nesse contexto. Mesmo sendo em pequena quantidade, o fato de se registrar apenas a ênclise, nas coordenadas introduzidas pela conjunção MAS e nas alternativas, é um indício de que alguma mudança já está em andamento.

5.3.2 ORDEM VARIÁVEL

Para que se possa confrontar, no *Arte de cozinha*, a hipótese de Martins (1994) com a hipótese de Galves *et alii* (2001), observar-se-á a sintaxe dos clíticos, nas orações ‘neutras’ ou contextos de “Variação 1 e 2”, conforme a descrição abaixo:

1- Sendo o verbo precedido por conjunção coordenativa, a ênclise é dominante (166 — 82%); a ocorrência da próclise é (37 — 18%). No capítulo dois, verificou-se que, nos séculos XV e XVI, a posposição dos clíticos se torna pouquíssimo freqüente em orações não-dependentes ‘neutras’, ficando restrita, quase que exclusivamente, aos seus verbos em posição inicial absoluta. Assim,

encontrar a ênclise dominando majoritariamente nesse contexto é mais um indício de que a sintaxe dos clíticos começa a mudar em direção à do PE contemporâneo no século XVII, hipótese proposta por Martins (1994), revelando, ainda, que a gramática na obra de Rodrigues é mais inovadora.

2- Nas orações não-dependentes ‘neutras’ cujo verbo é precedido por sujeito, quanto à variação entre ênclise e próclise, de forma geral, a próclise é majoritária (14 – 70%); ênclise (6 – 30%), sendo o clítico SE utilizado em 92% dos casos, tanto de ênclise, quanto de próclise. Entretanto, verificou-se que, quando o sujeito está lexicalmente preenchido, tem-se um equilíbrio entre o uso pós e pré-verbal do clítico, sendo ênclise (5 – 45%) e próclise (6 – 55%); seis sentenças proclíticas não apresentam o núcleo do sujeito, comportando-se como estrutura de Focalização que determina o uso da próclise; e uma sentença tem como sujeito um quantificador, também elemento atrativo de próclise, assim, desse elenco, 7 (50%) orações proclíticas estão fora do contexto de variação. Portanto, o uso da ênclise nessa estrutura revela sim uma gramática inovadora, pois, ainda, Martins (1994) mostra, tanto através dos dados por ela levantados, quanto em trabalhos de outros autores⁶⁰, que, no século XV, a anteposição dos clíticos é largamente preferida à sua posposição quando um sujeito lexical precede o verbo. Aliás, a passagem do clítico da posposição para a anteposição quando o verbo é precedido por sujeito já está registrada desde o início do século XIV⁶¹. Ou seja, na gramática de Rodrigues, século XVII, já não se verifica a predominância da posição pré-verbal do clítico quando o verbo é precedido por sujeito lexical. Tal comportamento também comprova a inovação na gramática registrada no *Arte de cozinha*.

3- Em orações com verbo precedido por sintagma adverbial, têm-se três orações enclíticas com o advérbio LOGO e uma com o advérbio ASSIM (ambos

⁶⁰ Martins (1994: 81) utiliza especialmente o trabalho de Mattos e Silva (1989): “As frases com sujeito lexical pré-verbal apresentam dentro dos *Diálogos de S. Gregório* um comportamento peculiar por permitirem a anteposição do clítico, ao contrário do que acontece com as frases com sujeito vazio. Confirma-se assim uma vez mais que o preenchimento da posição de sujeito por uma categoria lexical, em orações não-dependentes afirmativas, favorece a anteposição do clítico (sem a tornar necessária).”

⁶¹ Martins (1994: 81) — “Tenha-se em atenção, finalmente, a opinião de Mattos e Silva (1989). Esta autora estuda um texto literário do século XIV (*Diálogos de S. Gregório*) de características conservadoras (nomeadamente em relação à colocação dos clíticos). [...] “A ênclise deixa de ser obrigatória quando o verbo não inicia o enunciado principal, pois está precedido de outros componentes: sujeito explícito, complemento ou circunstanciais [*sic*].”

definidos como advérbios proclisadores), indício de mudança na sintaxe dos clíticos em direção ao português europeu contemporâneo. Nas orações em que ocorre a próclise, 63 (88%) são compostas por advérbios proclisadores — 37 também, 18 assim, 8 logo —, então, fora do contexto de variação. São, então, 8 (47%) orações com ênclise contra 9 (53%) orações com próclise em igual contexto de variação. Essa situação contrapõe-se à observada nos séculos XV e XVI, quando a colocação pré-verbal dos clíticos em orações não-dependentes se tornou preponderante, independentemente da presença ou não de elementos que os condicionassem.

4- Nas orações com verbo precedido por sintagma preposicional com função adverbial, a próclise (89 — 69%) é majoritária; ênclise (40 — 31%). Em estruturas de orações não-dependentes ‘neutras’ cujo verbo é precedido por sintagma preposicional, Martins (1994) afirma haver indícios do favorecimento da anteposição dos clíticos, porém, por causa dos poucos dados encontrados (2/3 próclise), diz que tal hipótese é tênue. Contudo, levando-se em consideração que tal estrutura é suscetível de variação e, que o século XVI é predominantemente proclítico, o uso da ênclise nesse contexto, na gramática de Rodrigues, parece ser um indicativo de inovação.

5- Em estruturas com o verbo precedido por oração subordinada, a ênclise é majoritária (368 — 72%); próclise (143 — 28%). No século XVI, predominantemente proclítico, a anteposição do clítico também era regular quando a oração principal com verbo inicial estava precedida por oração subordinada que dela dependesse. Como se vê, na gramática de Rodrigues, a sintaxe dos clíticos em tal contexto mostra-se inovadora.

6- Nas orações desenvolvidas relativas, encontrou-se uma ênclise, fato totalmente inusitado para o padrão da época. Trata-se do exemplo (151), rerepresentado a seguir: *Assada uma galinha, assa-se o fígado dela, o qual depois de pisado, deite-se em uma pequena de mostarda* [56]. Esse exemplo, apesar de único, evidencia sim que há algo de novo no trajeto da sintaxe dos clíticos em direção ao PE contemporâneo, já no século XVII.

Além dos comentários acima expostos, observam-se os seguintes fatores:

a) No século XVII, tornou-se escasso o uso da interpolação, mas, quando acontecia, era restrita ao advérbio de negação NÃO. Segundo Martins (1994), tanto a preferência pela ênclise, quanto a perda da interpolação generalizada acontecem simultaneamente, evidenciando uma gramática mais inovadora, portanto, mais próxima da gramática do português europeu contemporâneo. Em todas as ocorrências de interpolação, no *Arte de cozinha*, o único elemento interpolado é o advérbio de negação NÃO. Aliás, das 17 ocorrências de elemento de negação precedendo o verbo, em 12 há interpolação (71%). Tais ocorrências, já descritas na apresentação dos dados, distribuídas pelos distintos tipos de sentenças, são abaixo reunidas:

- (1) e ponham-se a enxugar em uma cana, em parte que **lhe não dê** fumo. [122]
- (2) Cortada pela junta do pescoço a cabeça da vitela, se pelará como quem pela um leitão, enquanto **se não cozer**, se porá em água fria: [79]
- (3) como estiver cozida, lhe deitarão seis cebolas grandes com alguns golpes em cada uma pelo meio, de maneira que **se não partam**, [81]
- (4) cozam-se em fogo brando, para que **se não chamusquem**, [130]
- (5) mexendo-se sempre; para que **se não peguem**, até que a massa esteja dura: [133]
- (6) para que **lhe não dê** ar frio [139]
- (7) Deita-se em um alguidar em água fria a flor de laranja doce ou da China, a maior e melhor, lava-se muito bem de modo que **a não quebrem**, [139]
- (8) que, enquanto a esta parte **me não toca** a mim, nem aos mais cozinheiros, [179]
- (9) e se não bastar para cobrir os mexilhões, deem-lhe vinagre frio, e por cima sal, e azeite que faça lasso para **se não corromperem**. [113]
- (10) se **lhe não quiserem** ovos façam-lhe potagem de salsa [55]
- (11) como se forem coalhando, bula-se com o tachinho, para que **se não peguem**: [131]
- (12) que hão-de pôr logo em um pequeno de rescaldo, para que **se não corte**, [80]

b) Como se viu, a mesóclise não é uma posição de preferência do clítico na obra de Rodrigues, correspondendo apenas a 1% do total. A posição dos clíticos que permite a expressão do tempo futuro, sem que a mesóclise se faça presente, é a próclise. No elenco das orações não-dependentes ‘neutras’, quando o verbo é precedido por conjunção coordenativa, sintagma adverbial, sintagma preposicional e oração subordinada, têm-se um total de 206 ocorrências de próclise, sendo 189 (92%) dessas no tempo verbal futuro do presente. Assim, desconfia-se de que o índice de próclise em tais estruturas seja por conta da restrição do tempo verbal escolhido.

5.4 CONCLUSÃO

Completando a exegese que ora se finda, atesta-se aqui que, na obra do cozinheiro português, do século XVII, Domingos Rodrigues, autor do primeiro manual de cozinha impresso em Portugal, não inserido no cânone literário de tal período, a gramática é mais inovadora, isto é, mais próxima da gramática do português europeu contemporâneo, pois, que, nas orações não-dependentes ‘neutras’, encontrou-se o uso de 62% de ênclise (588 ocorrências) contra 38% de próclise (355 ocorrências).

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto deste trabalho surgiu da necessidade de se contribuir para responder à pergunta: *Quando se iniciou a fase moderna do português europeu?* Tomou-se conhecimento de que, para tal pergunta, existiam duas respostas distintas, uma fornecida por Martins (1994) e a outra fornecida por Galves *et alii* (2001). Sendo a sintaxe dos clíticos um eficiente indicador gramatical, podendo-se, através de sua mudança, reconstituir boa parte da história gramatical de uma língua, as duas citadas sintaticistas valeram-se desse caminho para formular as

hipóteses de periodização do português europeu moderno. Todavia, como já se disse, não chegaram a uma data uniforme.

O *corpus* examinado por cada uma dessas pesquisadoras, e que lhes serviu de base para a defesa de suas hipóteses, é formado por textos escritos por autores integrantes do cânone literário do PE, ou seja, por agentes detentores da norma padrão em suas épocas. Quando se teve acesso à obra de Rodrigues, verificou-se tratar-se de um autor não inserido nesse contexto e que poderia contribuir para elucidar o impasse estabelecido, pois, na medida em que fosse detectada, em sua obra, “a gramática do dia-a-dia”, no século XVII, ter-se-iam dados comprobatórios ou da hipótese de Martins (1994) ou da hipótese de Galves *et alii* (2001).

Assim, a descrição e a análise dos dados acima apresentados revelaram que a sintaxe dos clíticos no manual culinário *Arte de cozinha* se mostra fiel, em quase todo o tempo, à norma de ordem fixa da posição dos clíticos, em conformidade com a história do português europeu. Porém, nas orações dependentes relativas, que prevêm a fixação do clítico na posição pré-verbal, foi encontrada uma ‘anomalia’, isto é, a ocorrência de uma ênclise em uma oração subordinada. Poder-se-ia pensar que tal ocorrência é fruto de uma escolarização deficiente, mas observa-se que as demais normas de fixação da posição do clítico não apresentaram alteração. Além disso, no capítulo 2 deste trabalho, viu-se que a fixação da posição dos clíticos, no português europeu, não depende da ação reguladora da escola, faz parte do uso comum desses falantes. As orações não-dependentes ‘neutras’, nas quais a posição dos clíticos é variável, mostraram, por outro lado, o uso crescente da ênclise, observando-se inclusive que, quando a próclise apresentou maior percentual de ocorrência, se encontrou alguma restrição que a tornava necessária.

Por todo o conteúdo deste trabalho, especialmente pela descrição e análise deste capítulo, acredita-se que a sintaxe dos clíticos apresenta, no século XVII, traços de mudança a caminho da gramática do português europeu contemporâneo. Esse resultado une-se ao trabalho de Martins (1994), reforçando-lhe a hipótese de que a fase moderna do português europeu se iniciou nesse século.

LAUS DEO

REFERÊNCIAS:

- ALI, Manuel Said. (1921). *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: Editora UnB. 2001
- AUROUX, Sylvain. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP.
- BARROS, João de. (1540). *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1971.
- BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (Orgs.). (2004). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BRAGA, Teophilo (1876). *Grammatica Portugueza Elementar*. Porto; Rio de Janeiro.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1978). *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Biblioteca Breve.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1984). *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- CASCUDO, Luís da Câmara (2004). *História da alimentação no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Global Editora.
- COELHO, Antônio Borges. (2000). Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (séculos XV-XVI). In: TENGARRINHA, José. (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP; EDUSC; Portugal: Instituto Camões. p. 57-75.
- COELHO, Francisco Adolfo. (1868). *A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Coimbra: Imprensa da universidade.
- COSTA, Antonio Luiz Monteiro Coelho. (2006). *A louca história do real, dos réis e do mil-réis*. In: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1156934-EI6607,00.html>. 31/07/2007.
- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Filipe Lindley. (2007). *Nova gramática do português contemporâneo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon.
- DUARTE, M. Inês P. da Silva. (1987). *A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre movimento*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Apud MARTINS, Ana Maria (1994). *Clíticos na história do português*. 2 v. Tese (Doutorado em Lingüística Portuguesa) – Faculdade Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.
- ELIA, Sílvio. (2003). *Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

ELIAS, Norbert. (1993). *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. 2 v. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ELIAS, Norbert. (1994). *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. 1 v. 2ª ed. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ELIAS, Norbert. (2001). *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FARACO, Carlos Alberto. (2008). *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. (Org.). (1998). *História da Alimentação*. 4ª ed. Tradução: Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: estação Liberdade.

FREIRE, Gilberto. (2005). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 50ª ed. São Paulo: Global Editora. p. 300.

GALVES, Charlotte. (2003). Sintaxe e estilo: A colocação de clíticos nos sermões do padre Vieira. In: ALBANO, Eleonora. *et al.* (Org.). *Saudades da língua*. São Paulo: Mercado das Letras. p. 245-60.

GALVES, Charlotte. BRITO, Helena. SOUZA, Ma. Clara Paixão de. (2005). The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe *Corpus*. In: *Journal of Portuguese Linguistics*. 4 v., nº 1. Variation and Change in the Iberian Languages: the Peninsula and beyond. Lisboa: Edições Colibri. p. 39-67.

HANSEN, João Adolfo. (Org.). (2003). *Antonio Vieira: cartas do Brasil (1626-1697)*. São Paulo: Hedra.

KABATEK, Johannes. (2006). Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, Tânia. *et alii.* (Org.) *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Tomo II. Salvador: EDUFBA. p. 505-27.

LOBATO, Antonio José dos Reis. (1770). *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

LOBO, Tânia. (1996). A sintaxe dos clíticos. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.) *A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA. p. 85-115.

LOBO, Tânia. (2001). Sintaxe portuguesa e sintaxe brasileira na Bahia do século XIX. In: *Para uma sociolingüística histórica do português no Brasil*, edição filológica e análise lingüística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. v. 4.

LYONS, John. (1979). *Introdução à lingüística teórica*. Tradução Rosa Virgínia Mattos e Silva; Hélio Pimentel. São Paulo: CIA Ed. Nacional.

MACIEL, Maximino. (18--[?]). *Grammatica Analytica*.

- MACIEL, Maximino. (1922). *Grammatica Descriptiva* baseada nas doutrinas modernas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Paulo de Azevedo & Cia.
- MACIEL, Maximino. (1925). *Lições Elementares de Lingua Portuguesa*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- MAGALHÃES, Justino Pereira. (1996). Linhas de investigação em história da alfabetização em Portugal: um domínio do conhecimento em renovação. In: *Revista Brasileira de Educação*. n° 2. p. 42-60.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. (1986). História do Galego-Português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno). Instituto Nacional de Investigação Científica. Coimbra. *Apud* MARTINS, Ana Maria (1994). *Clíticos na história do português*. 2 v. Tese (Doutorado em Lingüística Portuguesa) – Faculdade Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.
- MARQUILHAS, Rita. (2000). *A faculdade das letras: Leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MARTINS, Ana Maria (1994). *Clíticos na história do português*. 2 v. Tese (Doutorado em Lingüística Portuguesa) – Faculdade Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.
- Martins, Ana Maria (2003). "Variação e Mudança no Português". *A Língua Portuguesa: Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais - 2002*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais & Instituto de Estudos Sociais, p. 29-44.
- MARTINS, Wilson. (2002). *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1988). Diversidade e unidade: a aventura lingüística do português. In: CASTRO, Ivo. (Org.). (1991). *Curso de história da língua portuguesa: leituras complementares*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (2002). *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 5ª ed. São Paulo: Contexto.
- OLIVEIRA, Fernão de. (1536). *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeus Torres; Carlos Assunção. Lisboa: Barbosa & Xavier Ltda. Artes Gráficas. 2000.
- PÉCORA, Alcir. (1994). *Teatro do Sacramento*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Edusp.
- PÉCORA, Alcir. (Org.). (2001). *Antonio Vieira: Sermões*. 2ª reimpressão. São Paulo: Hedra.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. (1907). *Grammatica Expositiva*: adaptada ao 1º, 2º e 3º anno do gymnasios. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. (1934). *Gramática Expositiva*: curso elementar. 61ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. (1956). *Gramática Expositiva*: curso superior. 98ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- REDON, Odile; SABBAN, Françoise; SERVENTI, Silvano (1998). *The medieval kitchen; recipes from France and Italy*. Tradução: Edward Schneider. Chicago/London: The Univ. of Chicago Press.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. (1932) *Elementos de Grammatica Portugueza*. 7ª ed. Bahia: Livraria e Papelaria Catilina.
- RIBEIRO, Ilza. (1996). Algumas reflexões sobre a atuação da Lei Tobler-Mussafia no português arcaico. In: *Estudos lingüísticos e literários*. Mestrado em Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador: GRAFUFBa. p. 186-198.
- RIBEIRO, João. (1901). *Grammatica Portugueza* curso superior. 10ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Classica Francisco Alves.
- RIBEIRO, João. (1903). *Grammatica Portugueza; curso médio*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- RIBEIRO, Júlio. (1885) *Grammatica portugueza*. 2ª ed. São Paulo: Teixeira & Irmãos Editores.
- RODRIGUES, Domingos. (1693). *A Arte de cozinha*. Lisboa: Manuel Lopes Ferreira. Reedição integral, com estudo prefaciador por Alfredo Saramago. Sintra: Colares Editora. 1995.
- RODRIGUES, Domingos. (1732). *A Arte de cozinha*. Lisboa: Officina Ferreiriana. Leitura, apresentação, notas e glossário por Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1987.
- SILVA JR, Pacheco da; ANDRADE, Lameira de. (1894). *Grammatica da Lingua Portugueza*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Guimarães.
- STRONG, Roy. (2004). *Banquete: Uma história ilustrada da culinária, dos costumes e da fartura à mesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- TENGARRINHA, José. (Org.). (2000). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP; EDUSC; Portugal: Instituto Camões.